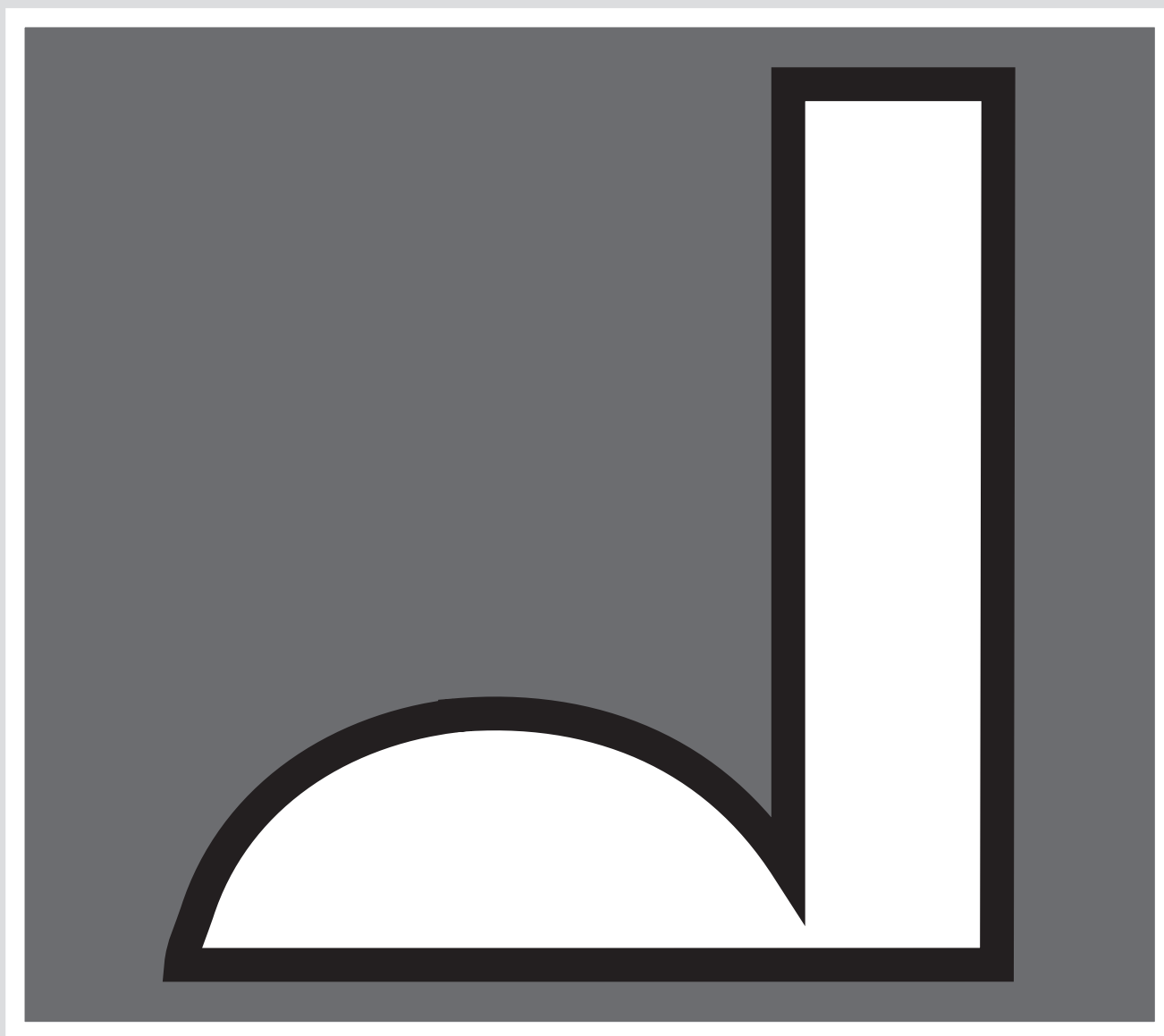




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 163 - SÁBADO, 16 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª REUNIÃO, EM 15 DE SETEMBRO DE 2006	
1.1 – ABERTURA	
1.1.1 – Leitura de Carta de Felicitações enviada pelo Presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia ao Presidente Senador Renan Calheiros, por ocasião do aniversário de Sua Excelência	
1.2 – EXPEDIENTE DESPACHADO (Art. 155, § 2º, do Regimento Interno)	
1.2.1 – Minuta do Relatório Preliminar dos trabalhos realizados pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, apresentado pelo Senador Paulo Paim, Relator	
1.2.2 – Transcrição de material a ser transformado em livro intitulado “O Rufar dos Tambores”, subscrito pelo Senador Paulo Paim	
1.2.3 – Aviso da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 50, de 2006, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América.	28996
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 51, de 2006.	28997
	3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL
	Nºs 209 e 210, de 2006.
	28998
	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
	Nºs 1.857 a 1.863, de 2006.
	28999
	<u>SENADO FEDERAL</u>
	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
	– 52ª LEGISLATURA
	6 – SECRETARIA DE COMISSÕES
	7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
	8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
	9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
	10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
	11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
	12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
	<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
	13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
	14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
	15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
	16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 5ª Reunião, em 15 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a reunião às 9 horas e 20 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– No plenário não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Passo a ler, para que conste dos Anais, o seguinte:

Brasília, 14 de setembro de 2006

A Sua Excelência

Senhor Senador José Renan Vasconcelos Calheiros,
Presidente do Senado Federal do Congresso Nacional
da República Federativa do Brasil
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência o texto da Carta de Felicitações enviada pelo Presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, Serguei Mironov.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta estima e consideração. – **Vladimir I. Tyurdenev**.

(Tradução não-oficial)

A Sua Excelência

Senhor Senador José Renan Vasconcelos Calheiros,
Presidente do Senado Federal do Congresso Nacional
da República Federativa do Brasil
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Queira aceitar minhas cordiais felicitações por ocasião do seu aniversário.

Participação ativa da vida política e social do Brasil permitiu a Vossa Excelência alcançar grandes resultados e se tornar um político de destaque, e a sua dedicação aos princípios do Partido do Movimento Democrático do Brasil teve um papel importante nisso. Tenho certeza que Vossa Excelência continuará conseguindo êxitos no seu responsável cargo.

Desejo-lhe, Excelentíssimo Senhor Presidente, felicidade, bem-estar e boa saúde. – **S. Mironov**.

Moscú, 16 de setembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa felicitação de aniversário ao nosso querido Presidente do Senado da República veio por parte do Presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, Sr. Serguei Mironov.

Quero também, em nome do Congresso Nacional e não somente do Senado, estender a S. Ex^a os meus cumprimentos pela história, pela caminhada, pelo aniversário. Que a data de amanhã, dia 16, repita-se por muitos e muitos anos. Parabéns ao Presidente Renan, que tem feito um trabalho belíssimo em favor do povo brasileiro. Estendo à sua família as felicitações.

Aproveito a oportunidade para informar a todos que está pronto o relatório da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, composta de 11 Deputados e 11 Senadores. A Comissão é fruto de um ato conjunto da Câmara e do Senado, assinado pelo Senador Renan Calheiros e pelo Presidente da Câmara, Aldo Rebelo. A Comissão foi instalada há praticamente um ano. Fui indicado Relator, e meu relatório está pronto.

Neste momento, entrego o relatório à Mesa do Senado da República para que seja publicado nos Anais da Casa. O relatório apresenta uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos salários dos aposentados e pensionistas, um avanço no sentido de transferir a contribuição do empregador para o faturamento, incentivando, assim, que mais pessoas tenham emprego.

Quero também registrar na Casa o trabalho de pesquisa realizado aqui pelos consultores do Senado que me ajudaram muito desde o dia em que entrei na Câmara até este momento no Senado da República. Este material vai ser transformado em livro, e solicito que também seja registrado nos Anais da Casa.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o expediente despachado:

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º)

CONGRESSO NACIONAL

Brasília, 12 de setembro de 2006

Senhoras e Senhores Parlamentares membros da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo estou remetendo a Vossas Excelências minuta do relatório preliminar dos trabalhos realizados por esta comissão.

A idéia de uma comissão mista para debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo surgiu com o Requerimento do Congresso Nacional nº 30, de 2004, de nossa autoria. Tal requerimento obteve aprovação por unanimidade.

A partir de então, por meio do Ato Conjunto nº 3, de 2005, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a comissão Mista Especial foi criada.

O Relatório da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo concretiza o esforço dos parlamentares no balizamento da questão do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Durante os sete primeiros meses deste ano, Senadores e Deputados membros da comissão viajaram pelo Brasil, colhendo opiniões, auscultando os diferentes segmentos de nossa população, montando, em última análise, um rico mosaico de informações sobre a questão salarial e outros temas correlatos.

O presente relatório servirá como contribuição para a discussão no âmbito do Congresso Nacional, gostaria muito que Vossas Excelências encaminhassem sugestões, sempre que entenderem serem necessárias alterações no relatório. Ao longo do tempo em que realizamos esta Comissão, estabelecemos uma relação muito direta com trabalhadores, aposentados e pensionistas, do setor público e da iniciativa privada.

Constatamos a importância do salário mínimo e do reajuste dos aposentados e pensionistas com forma de garantir a dignidade e a qualidade de vida do nosso povo. O importante trabalho desta Comissão Mista Especial deve ser louvado.

Com meu abraço, – Relator Senador **Paulo Paim**.

**RELATÓRIO PRELIMINAR DA
COMISSÃO MISTA ESPECIAL
DO SALÁRIO MÍNIMO**

*Criada por meio do Ato Conjunto nº 3, de 2005,
“destinada a efetuar estudos visando apresentar
sugestões sobre a política de reajustes para o
salário mínimo do País.”*

Presidente: Deputado JACKSON BARRETO
Vice-Presidente: Deputado WALTER BARELLI
Relator: Senador PAULO PAIM

Brasília
Agosto de 2006

**PREFÁCIO DO SENHOR PRESIDENTE
DO CONGRESSO NACIONAL**

O Relatório Final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo consubstancia o esforço dos parlamentares no balizamento da questão do salário mínimo. Durante os sete primeiros meses deste ano, Senadores e Deputados membros da comissão viajaram pelo Brasil, colhendo opiniões, auscultando os diferentes segmentos de nossa população, montando, em última análise, um rico mosaico de informações sobre a questão salarial e outros temas correlatos.

A iniciativa de percorrer o país discutindo uma política permanente para o salário mínimo, que contemplasse também a questão de proporcionar uma renda digna aos aposentados e pensionistas, é um marco na relação do Poder Legislativo com a sociedade.

O importante trabalho da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo deve ser louvado. Vão aqui minhas sinceras felicitações ao Deputado Jackson Barreto, presidente da Comissão, ao Deputado Walter Barelli, Vice-Presidente, ao Senador Paulo Paim, responsável pela relatoria, assim como aos demais componentes da Comissão pelo excelente trabalho. Trata-se de mais um exemplo que valoriza e enobrece o Congresso Nacional.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Congresso Nacional.

PREFÁCIO

Ao longo do tempo em que realizamos esta Comissão, estabelecemos uma relação muito direta com trabalhadores, aposentados e pensionistas, do setor público e da iniciativa privada. Constatamos a importância do salário-mínimo na construção da dignidade de nosso povo.

Com base nessa constatação, foram desenvolvidos os trabalhos, cujo resultado damos conhecimento, por meio deste relatório final, aos senhores Deputados e Senadores. Tentamos neste texto tratar de várias mazelas relacionadas ao mercado de trabalho, ao salário mínimo e à previdência social, bem como apresentar soluções.

Aprovado este relatório no âmbito da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, as proposições serão encaminhadas aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde todos os Deputados e Senadores poderão apresentar sugestões de melhora aos projetos de lei.

Agradecemos à Consultoria Legislativa do Senado Federal e à Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais, pelo eficiente assessoramento realizado durante todos os trabalhos da Comissão.

Agradecemos ainda a participação de todas as centrais sindicais, confederações, federações, sindi-

catos e associações, sejam dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e dos municípios, além da colaboração dos diversos pesquisadores, sem a qual não seria possível traçar diagnóstico correto da situação.

Deputado **Jackson Barreto** (Presidente)
Deputado **Walter Barello** (Vice-Presidente)
Senador **Paulo Paim** (Relator)

SUMÁRIO

Capítulo I – Organização e Desenvolvimento dos Trabalhos

- I.1. Composição
- I.2. Apresentação

Capítulo II – Diagnóstico da Atual Situação

- II.1. O salário mínimo na perspectiva de inclusão social e redistribuição de renda
- II.2. Pela garantia de um mecanismo legal e permanente que proteja o salário mínimo

Capítulo III – O Debate no Âmbito da Comissão

- III.1. Audiências públicas realizadas
- III.2. Principais pontos discutidos

Capítulo IV – Considerações Finais e Propostas

- IV.1. Reajuste do salário mínimo
- IV.2. Reajuste dos benefícios previdenciários
- IV.3. Contas municipais
- IV.4. Informalidade no mercado de trabalho e tributação
- IV.5. Educação e produtividade do trabalhador
- IV.6. Recomendações
- IV.7. Proposições legislativas

Anexos

- Tabela com variação do PIB e do salário mínimo nos últimos anos
- Resumo das audiências públicas
- Proposições legislativas sobre a política de reajuste do salário mínimo no Congresso Nacional

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

I.1. COMPOSIÇÃO

A Comissão foi composta de doze senadores e doze deputados conforme tabelas a seguir:

SENADORES TITULARES			SENADORES SUPLENTEs		
Bloco (PFL-PSDB)			Bloco (PFL-PSDB)		
José Jorge	PE – 3245 – 1977	1	Leonel Pavan (1)	RS – 4041 – 4197	
Lúcia Vânia (1)	GO – 2035 – 2868	2	Eduardo Azeredo	MG – 2324 – 2883	
César Borges (1)	BA – 2212 – 2982	3	Rodolpho Tourinho	BA – 3173 – 2862	
Romeu Tuma (3)(4)	SP – 2051 – 2743	4	Juvêncio da Fonseca (3)	MS – 1128 – 1920	
PMDB			PMDB		
Amir Lando (2)	RO – 3130 – 2970	1	Romero Jucá (2)	PE – 2111 – 1653	
Luiz Otávio (2)	PA – 3050 – 2958	2	Garibaldi Alves Filho (2)	RN – 2371 – 1813	
Ney Suassuna	PB – 4345 – 1885	3	Maguito Vilela	GO – 1132 – 1942	
Bloco (PT-PSB-PL)			Bloco (PT-PSB-PL)		
Paulo Paim	RS – 5232 – 5227	1	Serys Sihelessarenko	MT – 2291 – 2721	
João Ribeiro	TO – 2163 – 1848	2	Vago		
PDT (2)			PDT (2)		
Cristovam Buarque	DF – 2268 – 2265	1	Augusto Botelho	ES – 2041 – 1931	
PTB (2)			PTB (2)		
Mozarildo Cavalcanti	RR – 4078 – 1160	1	Sérgio Zambiasi	RS – 1207 – 2944	
P-SoL (2)			P-SoL (2)		
Heloisa Helena	AL – 3197 – 2934	1	Vago		

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000 – CN (publicada no DOU de 21.06.2000)

Dia 25/10/2005 – É lida e aprovada a criação da Comissão
Dia 1º/12/2005 – Designação dos membros
Dia 07/12/2005 – Instalação da Comissão

(1) Substituição feita em 05/12/2005 SF. Bloco (PFL/PSDB);

(2) Substituição feita em 06/12/2005. Liderança do PMDB

(3) Indicação do Sen. Antônio Carlos Magalhães como Titular e do Sen. Juvêncio da Fonseca como Suplente. Ofício nº 001/2006 de 17/01/2006

(4) Substituição do Sen. Antônio Carlos Magalhães pelo Sen. Romeu Tuma, como titular da Comissão. Ofício nº 002/2006 de 19/01/2006

DEPUTADOS TITULARES

DEPUTADOS SUPLENTE

PT		PT	
Vicentinho	SP - 5740 - 2740	1	Dr ^o Clair (3)
Tarcísio Zimmermann (3)	RS - 5372 - 2372	1	Marco Maia (3)
PMDB		PMDB	
Cláudio Rorato	PR - 5483 - 2483	1	Benjamin Maranhão
Wilson Cignachi (7)	RS - 5927 - 2927	2	Marcelo Barbieri (7)
Bloco (PFL / PRONA)		Bloco (PFL / PRONA)	
Betinho Rosado (1)	RN - 5558 - 2558	1	Gervásio Silva
Carlos Batata (4)	PE - 5707 - 2707	2	Vago
PSDB		PSDB	
Walter Barelli	SP - 5374 - 2374	1	Carlos Alberto Leréia
PP		PP	
Leodegar Tiscoski	SC - 5254 - 2254	1	João Leão
PTB		PTB	
Jackson Barreto	SE - 5733 - 2733	1	Arnaldo Faria de Sá (6)
PL		PL	
Medeiros	SP - 3946 - 2946	1	Vanessa Grazziotin (2)
PV		PV	
Vittorio Medioli	MG - 5754 - 2754	1	Sarney Filho
PPS		PPS	
Cláudio Magrão (5)	SP - 5550 - 2550	1	Vago

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000 - CN (publicada no DOU de 21.06.2000)

Dia 11/2005 - É lida e aprovada a criação da Comissão

Dia 1º/12/2005 - Designação dos membros

Dia 07/12/2005 - Instalação da Comissão

(1) Substituição feita em 7/12/2005. Liderança do PFL na Câmara dos Deputados

(2) Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB), por cessão, em 8/12/2005. Liderança do PL na Câmara dos Deputados

(3) Indica o Dep. Tarcísio Zimmermann como Titular; a Dep. Dr^o Clair e o Dep. Marco Maia como Suplentes. Ofício nº 001/Plen, de 16/01/2006.

(4) Indica o Dep. Carlos Batata como Titular. Ofício nº 005-L-PFL/06, de 18/01/2006.

(5) Indica o Dep. Cláudio Magrão como Titular. OF/LID/Nº 009/2006, de 18/01/2006.

(6) Indica o Dep. Arnaldo Faria de Sá como Suplente. Ofício 022/2006, de 23/01/2006.

(7) Indica o Dep. Wilson Cignachi e Marcelo Barbieri, como titular e suplente, respect. - Of. Gab I nº 46-02.02.06.

I.2. APRESENTAÇÃO

A idéia de uma comissão mista para debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo surgiu com o Requerimento do Congresso Nacional nº 30, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim. Tal requerimento obteve aprovação por unanimidade.

A partir de então, por meio do Ato Conjunto nº 3, de 2005, foi criada a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

De acordo com o Requerimento nº 30, de 2004, editado no referido Ato Conjunto, compete à Comissão Mista Especial do Salário Mínimo estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo. Por decisão da própria Comissão, a questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas também passou a ser objeto de atenção dos parlamentares, já que, em grande medida, as aposentadorias e pensões estão sujeitas aos reajustes do salário mínimo.

As atividades foram desenvolvidas em duas etapas. Na primeira foram ouvidos entes dos governos em suas três esferas, entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados, além de estudiosos e pesquisadores da temática do salário mínimo. Em uma segunda etapa, a Comissão se deslocou para diferentes regiões do País, de forma a promover reuniões com entidades regionais interessadas no tema do salário mínimo e das aposentadorias e pensões.

O presente relatório, além desta parte introdutória, compõe-se ainda de três capítulos. O capítulo II traz um diagnóstico da atual situação onde são estabelecidos os marcos dos trabalhos da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. O capítulo III apresenta o resumo dos trabalhos da Comissão em todas as audiências realizadas. Diferentes diagnósticos acerca da situação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários foram apresentados no decorrer das audiências públicas realizadas entre janeiro e junho de 2006. Do mesmo modo, os participantes trouxeram opiniões e propostas para análise da Comissão. Finalmente, no capítulo IV, cerne deste relatório, são apresentadas as considerações finais e as propostas decorrentes dos trabalhos.

Compõem ainda o relatório os anexos contendo tabela com variação do PIB e do salário mínimo nos últimos exercícios, resumos de todas as audiências públicas realizadas pela Comissão e relação de todas as proposições legislativas sobre a política de reajuste do salário mínimo em tramitação no Congresso Nacional.

CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO DA ATUAL SITUAÇÃO

II.1. O salário mínimo na perspectiva de inclusão social e redistribuição de renda

O País apresenta-se como um dos pioneiros na adoção do salário mínimo. O Decreto-Lei nº 2.162, que cria esse mecanismo no Brasil, data de 1º de maio de 1940. A perspectiva na qual se assentara a iniciativa do então Presidente Vargas era a de que, num futuro próximo, o assalariamento deveria consolidar-se como relação geral de trabalho. Nesse sentido, a legislação trabalhista, na qual o estabelecimento do salário mínimo se inscrevia como um dos pilares, estaria compondo um projeto nacional de modernização ao qual se propusera o Estado Novo. Assim, ao mesmo tempo em que o País buscava industrializar-se, intentava-se, por outro lado, a construção de marcos institucionais e legais que dessem estatura ao trabalho, agora trabalho assalariado, que garantiria ao trabalhador, todo trabalhador, relação de trabalho regulamentada, com jornada fixada em lei, férias, além de outros benefícios.

A questão é que, no Brasil, nunca se concretizou a universalização da relação de trabalho assalariada. Grande parte de nossa força de trabalho subsiste na informalidade, fenômeno que veio a recrudescer a partir dos anos 80. Mais da metade dos trabalhadores ocupados hoje vive sem acesso a qualquer tipo de proteção trabalhista. O Estado não logrou a consecução de uma âncora institucional que garantisse e consolidasse a generalização dos direitos trabalhistas tal como preconizado inicialmente. O projeto do assalariamento se perdeu, portanto, no decorrer do processo de modernização.

O Brasil da informalidade crescente, da reprodução ampliada da pobreza e da miséria é, em grande medida, caudatário desta incompletude gestada na esteira de nossa “modernização sem mudança”. Com efeito, se até o final dos anos 70, havia uma tendência, ainda que tímida, de ampliação do percentual de cobertura da legislação trabalhista, a virada dos 80 traz a reversão desse panorama. Hoje, além do fato já ressaltado de que mais da metade dos trabalhadores estão na informalidade, outros dados mais gerais corroboram o quadro de degradação social. Segundo o Mapa da Exclusão Social¹, o Brasil possuía em 2000 cerca de 47,3% de excluídos contra 42,6% em 1980. Esse aumento representa também uma inflexão perversa de tendência, já que em 1960 o índice era da ordem de 49,6%.

¹ Atlas da Exclusão Social, vol. 2, Campinas, Unicamp, 2004.

O quadro geral é, portanto, de um sistema econômico que se reproduz gerando pobreza, mesmo em momentos de crescimento. Tomando-se ainda o mesmo período 1980-2000, podemos observar que, segundo dados do IPEA, o crescimento do produto *per capita* foi de 8,8 %, algo não tão expressivo quanto as médias históricas – sobretudo quando se toma o período 1950-1980 – mas, de todo modo, um crescimento, o que torna ainda mais dramático o quadro de aumento da exclusão no mesmo período. Na verdade, o que parece estar sinalizado no dado acima é a ausência de mecanismos de inclusão social, de elevação da renda e de melhoria, em geral, das condições de vida da parte mais vulnerável de nossa população.

O salário mínimo, em tese, se configuraria como um dos principais mecanismos institucionais de que o governo pode lançar mão à guisa de uma política redistributiva. Isso porque, de acordo com os principais estudiosos do tema, a despeito do peso da informalidade, um eventual reajuste do salário mínimo, além de atingir diretamente os assalariados nesta faixa de renda, atua como um referencial para os rendimentos dos trabalhadores sem carteira, assim como para o preço dos serviços dos trabalhadores por conta própria. É o chamado “efeito farol” que faz com que o salário mínimo funcione como uma espécie de lastro para a massa salarial.

Ao garantir reajustes efetivos ao salário mínimo, inclusive incorporando ganhos de produtividade hoje não apropriados pelos trabalhadores, promove-se um resgate da função social e redistributiva do salário mínimo.

II.2. Pela garantia de um mecanismo legal e permanente que proteja o salário mínimo

A sistemática de reajuste do salário mínimo, na forma como vem se dando nos últimos anos, desvirtua o papel desse salário, privilegiando a lógica orçamentária, em detrimento do atributo social e redistributivo que se lhe conferia originalmente. Com efeito, o peso dos assalariados do funcionalismo público, assim como da previdência social, parecem consubstanciar o grande balizador do patamar do salário mínimo.

Ou seja, os argumentos para a fixação do salário mínimo levam em conta dois segmentos sociais que, apesar de importantes, não representam a totalidade daqueles que auferem o salário mínimo. São eles:

- uma parte do funcionalismo público – de grande peso, sobretudo, nos municípios do interior das regiões mais pobres;
- os aposentados e pensionistas da previdência social.

Esses dois contingentes oneram as contas públicas, seja diretamente, caso dos funcionários, seja indiretamente, caso do orçamento da Previdência. Ambos têm, em conjunto, peso significativo na tomada de posição do governo com relação à fixação do salário mínimo.

A questão que se coloca é que há uma grande parcela de trabalhadores assalariados, sem carteira, e mesmo autônomos, para quem o salário mínimo mantém-se como referência. Esses segmentos, no entanto, não compartilham das restrições impostas pelos limites das contas governamentais e, mesmo assim, permanecem caudatários de uma situação que pode ser considerada, no mínimo, inusitada.

O salário mínimo, que, historicamente se constituiria no principal instrumento redistributivo em favor das camadas mais pobres, opera, engessado pela restrição fiscal, no sentido contrário, perpetuando desigualdades. Atua, assim, como um fator a mais a contribuir para o secular processo de reprodução de nossa desigualdade social.

Na forma, portanto, como vem sendo administrado, refém das restrições dos orçamentos – federal, estaduais e, sobretudo, municipais – e da própria Previdência Social, o salário mínimo perdeu sua função social e sua capacidade redistributiva. Resta, ao final – também dentro de uma ótica do equilíbrio, agora dos orçamentos públicos –, uma função de mero fator de correção das contas do governo, instrumento de ajuste contábil, o que, de resto, tem implicações importantes no sentido da manutenção das disparidades de renda e, portanto, da preservação das desigualdades no País.

A presente iniciativa de constituição da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo concentra esforços no sentido de restituir o cunho distributivo do salário mínimo, não apenas pelo resgate de sua função social, mas também pela iniciativa implícita do estabelecimento de um mecanismo legal e permanente para o seu reajuste. A adoção de uma sistemática com anteparo legal parece consistir em uma importante solução. Outros países adotam procedimento idêntico. Na França, o salário SMIC (Salário Mínimo Inter-profissional de Crescimento) é anualmente reajustado com base no repasse integral da inflação medida por índice oficial, acrescido de um adicional de produtividade, como forma de fazer o trabalhador também compartilhar do aumento da produtividade verificada na economia.

Além disso, a perenidade de uma sistemática de reajuste respaldada em preceito legal, deverá proporcionar maior proteção do salário mínimo face às injunções políticas de cunho eleitoreiro e mesmo aos arroubos tecnocráticos destinados a fazer do salário mínimo variável chave de políticas macroeconômicas contracionistas e ortodoxas.

Em suma, o salário mínimo talvez seja o único mecanismo re-distributivo a que o governo pode lançar mão imediatamente. Torna-se, assim, muito importante o esforço envidado por esta Comissão para a consecução dos objetivos propostos.

CAPÍTULO III O DEBATE NO ÂMBITO DA COMISSÃO

III.1. Audiências públicas realizadas

Durante os meses de janeiro a junho de 2006, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo realizou quinze audiências públicas², a saber:

Dia 24-1-2006 – audiência pública com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego.

Dia 2-2-2006 – audiência pública com a presença de representantes de entidades sindicais.

Dia 7-2-2006 – audiência pública com a presença de representantes de entidades patronais.

Dia 14-2-2006 – audiência pública com a presença de representantes dos aposentados e pensionistas.

Dia 21-2-2006 – audiência pública com a presença de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Dia 7-3-2006 – audiência pública com a presença de representantes dos municípios e dos servidores públicos.

Dia 14-3-2006 – audiência pública com representantes do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Dia 21-3-2006: audiência pública com representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Dia 4-4-2006 – audiência pública com pesquisadores de universidades.

Dia 10-4-2006 – audiência pública na cidade de Curitiba.

Dia 24-4-2006 – audiência pública na cidade de São Paulo.

Dia 8-5-2006 – audiência pública na cidade de Salvador.

Dia 22-5-2006 – audiência pública na cidade de Porto Alegre.

Dia 5-6-2006 – audiência pública na cidade de Manaus.

Dia 21-6-2006 – audiência pública com representantes dos aposentados e pensionistas.

² Encontra-se em anexo o conjunto dos resumos das audiências públicas.

III.2. Principais pontos discutidos

A seguir serão expostos os principais pontos observados nas audiências públicas no tocante ao diagnóstico dos problemas que transitam em torno da questão do salário mínimo, assim como às recomendações e proposições apresentadas.

No que tange ao diagnóstico, devem ser destacados os seguintes pontos:

- o Brasil é um país extremamente desigual e o salário mínimo pode ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade;
- o salário mínimo influencia direta ou indiretamente a vida da maioria da população brasileira, constituindo-se, assim, em uma espécie de pedra angular da política de valorização do trabalho;
- não existe uma política de Estado que preveja um mecanismo sistemático de reajuste do salário mínimo, ficando este último à mercê da conjuntura político-econômica vigente;
- houve, nas últimas décadas, um processo de queda do salário médio, fazendo com que grande parte dos salários estejam concentrados em valores próximos ao do salário mínimo;
- um aumento do salário mínimo tem influência direta ou indireta sobre toda economia, mesmo nos segmentos informais, para os quais o salário mínimo funciona como referência;
- os benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social com valores acima do salário mínimo têm sofrido reajustes menores, o que faz com que haja uma perda de poder de compra desses benefícios, com relação ao próprio salário mínimo;
- a cesta de bens correspondente aos aposentados e pensionistas, em geral na terceira idade, tem sofrido aumentos mais elevados do que os verificados pelos índices de preços ordinários;
- o déficit da Previdência é apresentado de forma a caracterizá-la como um peso; no entanto, isso não é verdade, pois a pluralidade de fontes destinadas, constitucionalmente, à Seguridade Social supre todas as necessidades;
- na área rural, o efeito da dinamização na economia local decorrente do aumento do salário mínimo é verdadeiro; a evidência do efeito distributivo da previdência rural é gigantesca, o que vem ressaltar a importância da vinculação do benefício previdenciário ao salário mínimo;

- o salário mínimo deve ser vislumbrado num contexto mais amplo, onde o acesso universalizado aos bens públicos, como saúde, educação de qualidade, transporte, entre outros, também tem papel fundamental na melhoria das condições de vida dos trabalhadores;

- há também a questão dos juros altos que, em última análise, prejudicam o desenvolvimento econômico e social, reduzindo o nível de emprego e o poder de compra dos trabalhadores, assim como a possibilidade de aumento real do salário mínimo.

No que tange às propostas e recomendações, são os seguintes os pontos mais recorrentes:

- a importância de se vislumbrar o salário mínimo no âmbito de uma política de renda e de cidadania;

- a garantia de que o reajuste do salário mínimo seja estendido também aos aposentados e pensionistas que percebem benefícios em valores acima do salário mínimo;

- a recuperação do valor do salário mínimo deve acontecer concomitantemente com a implementação de políticas compensatórias e o controle da inflação;

- a criação de novos mecanismos de financiamento da Previdência Social, reduzindo a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas em prol da incidência dessa contribuição sobre o faturamento, diminuindo os encargos trabalhistas sobre o emprego;

- a percepção do salário mínimo não apenas na perspectiva de Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, principalmente, tendo em vista sua capacidade de fortalecer o mercado interno;

- a necessidade de que seja estabelecido um prazo-limite para a recuperação das perdas históricas do salário mínimo;

- o reajuste do benefício do aposentado e do pensionista deve ser balizado por um índice que considere as necessidades e a realidade desses indivíduos, sabidamente mais idosos;

- a criação de um fundo federal para ajudar os municípios que extrapolem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em virtude de aumentos no salário mínimo;

- a criação do Imposto de Solidariedade sobre Grandes Fortunas e utilização da

receita proveniente desse imposto para a formação de um fundo para a valorização do salário mínimo;

- a necessidade de se pensar mecanismos e políticas públicas para incorporar, na Seguridade Social, o trabalhador informal;

- o estabelecimento de uma sistemática de aumento do salário mínimo que leve em conta a evolução do PIB e da produtividade.

CAPÍTULO IV CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS

IV.1. Reajuste do salário mínimo

Todas as vezes que se discute o aumento do salário mínimo, surgem vozes discordantes, alegando conseqüências negativas que poderiam advir de uma elevação do piso nacional. Neste tópico, com base em tudo que foi discutido no âmbito da Comissão, rebateremos várias falácias que rodeiam os reajustes do salário mínimo e apresentaremos a proposta que entendemos ser a melhor para a sociedade brasileira.

Um dos principais objetivos do salário mínimo é reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda do País. E isso se mostra verdadeiro, quando se considera o impacto do salário mínimo sobre a distribuição de salários. Na literatura brasileira, existem vários trabalhos que analisam esse impacto. Em especial, existe o estudo de Fajnzylber – *Minimum wage effects throughout the wage distribution: evidence from Brazil's formal and informal sectors* – publicado como Texto para Discussão nº 151 do Cedeplar/UFMG em 2001. O autor encontra evidências de que o salário mínimo afeta de forma significativa os salários daqueles cujo rendimento está em torno do valor do mínimo. Além disso, mostra que esse efeito estende-se até os trabalhadores que recebem salário bem acima do valor do mínimo (ainda que o efeito seja decrescente na renda) e que o impacto sobre a distribuição de salários, embora menos significativo, também está presente no setor informal da economia.

Há ainda que se comentar a redução da pobreza decorrente do aumento do salário mínimo por meio das políticas públicas de previdência e assistência social. Existem estudos demonstrando que milhões de brasileiros vivem acima da linha da pobreza graças aos benefícios previdenciários. Deixamos para discutir melhor esse tema no tópico seguinte que trata do reajuste dos benefícios da previdência.

Cabe enfatizar que o aumento do salário mínimo, ao combater a pobreza, torna-se instrumento importante para facilitar o crescimento econômico, pois, conforme estudo do Banco Mundial – *Redução da Pobreza e Crescimento: Círculo Virtuoso e Vicioso* – a

pobreza causa um impacto negativo muito expressivo sobre o crescimento. Em média, um aumento de 10% na pobreza reduz o crescimento anual em um ponto percentual.

Apesar dos aspectos positivos na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda, argumenta-se, ainda assim, que valores elevados do piso nacional podem ter um efeito contrário no mercado de trabalho, incentivando demissão e informalidade. Ou seja, existem críticos que acreditam ocorrer uma deterioração na quantidade e na qualidade do emprego quando o mínimo aumenta, pois alguns postos de trabalho seriam fechados, enquanto em outros haveria uma migração para o setor informal.

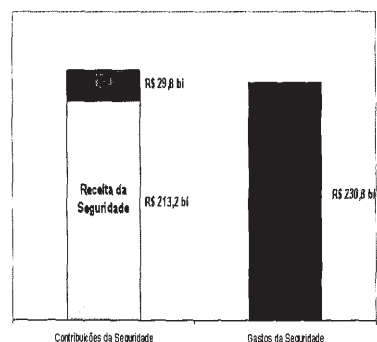
Contrariamente a essa tese de que pode haver efeitos negativos no mercado laboral, existem estudos indicando que as conseqüências sobre o nível de emprego são bastante reduzidas ou até nulas. Para citar apenas uma pesquisa, é muito conhecido o trabalho de Miguel Foguel – Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil – publicado como Texto para Discussão nº 564 do IPEA em 1998. Nesse estudo, o autor conclui que, considerando uma elevação de 10% no salário mínimo, não há impactos substanciais na proporção de ocupados por posição na ocupação. Os resultados sugerem também que a proporção de trabalhadores com carteira no total de ocupados aumentou 1,1%, enquanto a proporção dos sem carteira e conta-própria apresentou leve queda. Portanto, um aumento do mínimo, além de gerar vários efeitos benéficos decorrentes da elevação da renda do trabalhador, ainda propiciaria pequena redução no grau de informalidade.

Sobre o impacto fiscal, é recorrente a argumentação de que a previdência social será abalada por causa dos aumentos do salário mínimo. É bom enfatizar que a previdência faz parte da Seguridade Social, conforme o art. 194 da Constituição Federal, que estabelece: *a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Consta do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2004, emitido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que os recursos da Seguridade Social atingiram a cifra de R\$ 213,2 bilhões em 2004. Os dispêndios do sistema foram de R\$ 230,8 bilhões. Ou seja, aconteceu um resultado negativo da ordem de R\$ 17,6 bilhões.

Caso não houvesse desvinculação de 20% das receitas de contribuição (no valor de R\$ 29,8 bilhões), a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 12,2 bilhões. Assim sendo, parcela dos recursos des-

vinculados do orçamento da Seguridade Social pode ter financiado despesas do orçamento fiscal ou contribuído com o superávit primário alcançado pelo Governo Federal. O diagrama a seguir retrata a situação.



Notas: * Receitas da seguridade = contribuições da seguridade - DRU;

* Resultado 1 = Receita da seguridade - despesa da seguridade = - R\$ 17,6 bilhões

* Resultado 2 = Contribuições da seguridade - despesa da seguridade = R\$ 12,2 bilhões

Fonte: Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2004 – Tribunal de Contas da União

Portanto, se não fosse a DRU – Desvinculação de Receitas da União, a Seguridade Social seria superavitária, não sendo pertinente dizer que a previdência sofrerá com o aumento do salário mínimo.

Sobre o impacto do mínimo nas contas municipais, a solução passa pelo aumento das transferências aos municípios. Este tema está tratado com mais detalhes no tópico IV.3.

Atualmente, defende-se bastante o superávit primário nas contas públicas e, nessa discussão, coloca-se o salário mínimo como vilão. Isso acontece porque se vislumbra o aumento do salário mínimo apenas como custo, esquecendo-se de argumentar que aumentos reais desse salário contribuem para o incremento da demanda agregada e, portanto, para o crescimento econômico.

Em 2006, a massa de rendimentos de cerca de 40 milhões de pessoas, entre beneficiários da seguridade social e trabalhadores ativos que ganham até um salário mínimo, deverá crescer aproximadamente R\$ 15 bilhões, além de haver o incremento de R\$ 1,5 bilhões para os beneficiários do seguro-desemprego e do abono salarial, conforme divulgado pelo economista Rogério Nagamine, na publicação Informações FIPE, de abril de 2006.

Esse incremento expressivo da demanda agregada, além de promover crescimento econômico, contribui para melhorar a arrecadação tributária do Estado e, por decisão política do Governo Federal, gerar superávits primários.

Considerando que, pelos argumentos demonstrados, não há qualquer impedimento de ordem econômica para a adoção de uma política consistente

de recuperação do poder de compra do salário mínimo, e, considerando ainda que o objetivo primordial desta Comissão é estabelecer critério permanente de reajuste do piso nacional, retirando a margem aleatória dos aumentos, bem como acabando com as discussões políticas que são travadas ano a ano no Congresso Nacional, propomos que o salário mínimo seja reajustado anualmente, recebendo a correção monetária dos últimos doze meses, conforme variação do INPC, e, além disso, perceba, a título de aumento real, percentual equivalente a, pelo menos, o dobro da variação positiva do PIB do exercício anterior.

Pode-se pensar que é exagero vincular o aumento do salário mínimo ao dobro do PIB; no entanto, esse sentimento é mito. Basta ver que a variação do PIB em 2005 foi de aproximadamente 2,3%. Como a inflação medida pelo INPC, de maio de 2005 a março de 2006 (período considerado para o último aumento do salário mínimo), ficou em de 3,21% e o aumento total dado ao salário mínimo foi de 16,67%, podemos deduzir que o aumento real foi igual a 13,04%, o que representa mais de cinco vezes a variação do PIB. Ou seja, o próprio Poder Executivo sinaliza que nossa proposta é perfeitamente viável.

Essa comparação pode ser estendida a exercícios anteriores e também veremos que, em várias situações, o **aumento real** do salário mínimo foi bem superior à variação do PIB, conforme tabela abaixo³:

Assim, temos confiança que nossa proposta é perfeitamente plausível e contribuirá para o desenvolvimento econômico deste País. A respectiva proposição é a de letra A, no item IV.7.

Ano	Reajuste real do Salário Mínimo	Variação real do PIB do exercício anterior
2000	5,39	0,79
2001	12,17	4,36
2002	1,27	1,31
2003	1,23	1,93
2004	1,19	0,54
2005	8,23	4,90
2006	13,04	2,30

³ No Anexo I, consta a tabela detalhada sobre as variações reais do PIB e do salário mínimo.

IV.2. Reajuste dos benefícios previdenciários

Os benefícios previdenciários representam o mais importante instrumento de proteção social a que o trabalhador e sua família têm acesso. Aposentadorias e pensões pagas pelo sistema previdenciário beneficiam diretamente cerca de 24 milhões de pessoas no Brasil atualmente. A importância social do chamado Regime Geral da Previdência Social é incontestável. Trata-se de um dispositivo constitucional que movimenta anualmente, mais de R\$ 145 bilhões, garantindo o sustento de aposentados e pensionistas, bem como de outros dependentes.

Entretanto, dois desafios se fazem presentes, no que tange à consecução de uma política de recuperação dos benefícios previdenciários. De um lado, a defasagem de reajustes dos benefícios em relação ao salário mínimo. De outro, as perdas decorrentes da adoção do chamado fator previdenciário. Discute-se, a seguir, cada um desses desafios.

IV.2.1. O reajuste dos benefícios previdenciários

A atual sistemática de reajuste dos benefícios previdenciários obedece a preceito legal que prevê a recuperação das perdas inflacionárias de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Somente os benefícios da base, cujo valor corresponde a um salário mínimo, vêm recebendo reajustes diferenciados, igualando-se ao reajuste dado ao próprio salário mínimo. Neste ano de 2006, o reajuste do salário mínimo foi de 16,6%, extensivo aos benefícios previdenciários de mesmo valor. Já os benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 5%.

Essa diferença de tratamento para cidadãos detentores de um mesmo status parece algo inaceitável. O trabalhador que, durante toda sua vida laboral, contribuiu para o sistema previdenciário e que logrou, finalmente, uma merecida aposentadoria, vê seu benefício ser gradativamente reduzido em função de uma política que não leva em consideração os direitos e as necessidades dos aposentados e pensionistas.

A recomposição do poder de compra dos benefícios previdenciários é, portanto, questão candente no debate atual. Observa-se que as partes envolvidas – governos, aposentados e pensionistas – apresentam argumentos fortes e válidos para defenderem suas posições.

Com relação aos governantes, alegam estarem cumprindo a Constituição, que garante a reposição do poder de compra dos benefícios previdenciários. Com efeito, as decisões de governo tomadas nos últimos anos apontam no sentido de melhorar a distribuição de renda, sem comprometer as metas fiscais, por meio do salário mínimo. Isso implica reajustá-lo com ganhos reais e, em contrapartida, inviabilizar a concessão de

igual atualização para os benefícios da previdência com valores acima de um salário mínimo. Para estes, simplesmente, repassam-se os custos inflacionários como forma de manter o poder aquisitivo.

No entanto, do ponto de vista dos aposentados e pensionistas, pesam a seu favor dois fortes argumentos. Em primeiro lugar, se persistirem os ganhos reais para o mínimo, sem que sejam repassados aos benefícios previdenciários acima desse valor, no curto prazo, milhares de benefícios estarão no piso, ou seja, serão equivalentes a um salário mínimo.

Note-se ainda que o custo de vida de pessoas com mais de 60 anos é superior ao custo de vida do resto da população. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que considera as famílias com 50% de idosos e renda mensal entre um a trinta e três salários mínimos, o custo de vida dessas famílias é superior ao das famílias sem idosos. Entre 1994 e 2004, a inflação medida pelo IPC-3i ficou em 224,30%, enquanto o índice da população em geral (IPC da FGV) foi de 175,96%.

A grande questão reside, então, no fato de que não existe índice fixado em lei, nem o modo de cálculo, apenas o enunciado de que o reajuste deve preservar o valor real do benefício. Significa dizer que nada impede que não se adote um índice que calcule corretamente o custo de vida da terceira idade. Inclusive, há dúvidas sobre a eficiência do INPC em medir a inflação para essa faixa da população.

Não se pode olvidar que os aposentados e pensionistas têm cumprido função social da maior importância, uma vez que sua renda tem sido fundamental para a paz social, para união das famílias e para o desenvolvimento dos municípios onde vivem. No Brasil, o idoso com renda não vai para asilos nem é abandonando pela família. Cumpre muitas vezes o papel de garantidor do sustento de filhos e netos.

Nesse sentido, está-se propondo a criação de um índice de correção previdenciária, que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado. Esse parâmetro também seria estendido aos que já estão em gozo do benefício previdenciário, cujo cálculo seria realizado a partir da data da publicação da nova lei.

Esse índice seria utilizado como limite para a queda relativa entre os benefícios pagos, pois, a cada reajuste anual concedido pela previdência social, o resultado da divisão entre o novo salário de benefício do segurado e novo salário de benefício mínimo não

deverá ser inferior ao índice de correção previdenciária. Essa relação será estabelecida gradativamente, no período de cinco anos. Ver proposição de letra B no item IV.7.

Esse mecanismo protege os benefícios de uma queda sistemática frente ao piso do INSS. É importante ressaltar que os segurados com os benefícios mais próximos ao salário mínimo são os que mais sofrem com esse arrocho.

IV.2.2. O fator previdenciário

É fato que, nos últimos anos, assiste-se a um processo contínuo de envelhecimento da população brasileira. Isso vem significar que a sobrevivência dos aposentados e pensionistas tem tendido à majorar-se, suscitando uma pressão maior sobre os gastos do sistema previdenciário.

Para fazer frente a esse desafio, o Governo Federal implantou, mediante a Lei nº 9.876, de 1999, o chamado fator previdenciário.

Esse fator representa, na prática, um redutor do benefício da aposentadoria. O cálculo do valor do benefício é feito com base no salário médio de contribuição no período que vai de julho de 1994 até a data do requerimento de aposentadoria, excluídos os 20% menores salários. A essa média, aplica-se o fator previdenciário.

A adoção do fator visava, em última análise, enfrentar a pressão sobre as contas do sistema previdenciário, advinda, sobretudo, da tendência de elevação da expectativa de sobrevivência, o que acarretaria custos maiores em função do aumento do período de vida dos segurados. Além disso, a expansão da cobertura previdenciária e assistencial, em decorrência da entrada em vigor da nova Carta Magna, também se configurava outro considerável elemento de pressão. Note-se que o governo invocava ainda o argumento da busca de uma maior justiça distributiva como justificativa da "Lei do Fator".

A avaliação do fator previdenciário feita pelos pesquisadores do IPEA demonstra que, de fato, houve um aumento na idade média de aposentadoria por tempo de contribuição, passando, no caso dos homens, de 54,3 anos antes do fator, em 1999, para 56,9 anos, depois de sua implantação, em 2004. No caso das mulheres, esse aumento foi de 49,7 para 52,2 anos, entre 1999 e 2004. Já o tempo de contribuição médio, ainda na comparação de 1999 e 2004, passou de 32,7 para 33,8 anos, no caso dos homens, e de 27,5 para 28,7 anos, no caso das mulheres.

Tais números evidenciam que a adoção do fator previdenciário resultou, efetivamente, em uma redução dos gastos com a aposentadoria por tempo de contribuição. Isso, não só pelo aumento generalizado da

idade de aposentadoria, mas também pelo incremento do tempo de contribuição. A estimativa da economia, de acordo com os cálculos dos técnicos do IPEA, chegou a 24,3% em 2004.

Mas o aspecto mais polêmico no que tange ao fator previdenciário se relaciona à expectativa de sobrevida, que influi decisivamente no valor desse índice. Com efeito, quanto maior a expectativa de sobrevida em geral, menor o fator e, portanto, menor o valor da aposentadoria do trabalhador. Como os índices de expectativa de sobrevida, com base nas projeções de população por sexo e grupo de idade, apresentam tendência de aumento, a redução do fator previdenciário aparece como uma realidade para os próximos anos.

Isso significa dizer que os trabalhadores estarão sujeitos a um período de contribuição cada vez mais extenso para fazerem jus a um provento de aposentadoria de valor idêntico àqueles de situação contributiva igual à sua, mas que já se aposentaram. Com efeito, esse parece ser o objeto da grande polêmica: a redução do valor dos proventos de aposentadoria dos trabalhadores como função de uma tendência da sociedade. O peso de uma tendência geral estaria, pois, recaindo unicamente sobre os trabalhadores. Além disso, novas informações provenientes dos censos e das pesquisas domiciliares podem suscitar alterações significativas nas projeções do IBGE, o que aumentaria ainda mais o ônus sobre os segurados.

Outro aspecto importante a assinalar reside no fato de que o fator assume valores sempre menores para as mulheres em comparação aos homens. Já o argumento da justiça distributiva, parece impertinente, pois, de acordo com o estudo do IPEA, publicado em 2006: Não há nenhum indício causal de redistribuição social da renda, interna à Previdência Social, relacionado à economia de despesa produzida pela Lei do Fator. (IPEA, Texto para Discussão nº 1.161, p. 33, 2006).

Portanto, o fator previdenciário, ainda que se constitua em dispositivo legal que tenha permitido uma significativa economia de despesa ao sistema previdenciário, onera o trabalhador e, sobretudo, a trabalhadora, não possibilitando, a esses segurados, o conhecimento antecipado de qual será sua situação quando da aposentadoria, tendo em vista as mudanças na expectativa de sobrevida, que interferem diretamente no valor do fator.

O que se está aqui preconizando é o fim do fator previdenciário e a adoção de outro mecanismo para fazer frente à questão do aumento da sobrevida. Trata-

se da introdução de dispositivo legal que estabeleça idade mínima de 60 e 55 anos para aposentadoria de homens e mulheres, respectivamente, mantendo-se a sistemática de cálculo sobre as 80% maiores contribuições desde 1994, e adotando ainda uma regra de transição, conforme proposições C e D, constantes do item IV.7.

A vinculação de todos os benefícios previdenciários ao reajuste do salário mínimo, assim como o resgate do poder de compra das aposentadorias e pensões, nos termos aqui propostos, implicará em significativa melhoria das condições de vida dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. Além disso, é importante ressaltar os impactos, em termos macroeconômicos, do aumento do valor dos benefícios, no fortalecimento das economias locais, sobretudo nas regiões mais pobres do País.

IV.3. Contas municipais

Relativamente às contas municipais, o aumento do salário mínimo pode gerar problemas aos prefeitos quando as despesas de pessoal extrapolam os limites legais. Referimo-nos à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), cujo art. 19 dispõe: Para os fins dispostos no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I – União: 50% (cinquenta por cento);
- II – Estados: 60% (sessenta por cento);
- III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

Situações-limite são mais frequentes nos municípios mais pobres da Região Norte e Nordeste. Se o teto imposto pela LRF for descumprido, o município tem duas opções: aumentar impostos, o que é inviável, ou demitir pessoal, o que prejudicará o serviço público.

Para resolver esse problema, propomos que haja um aumento das transferências aos municípios carentes por meio do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Em 2003, foi enviada ao Congresso Nacional a proposta de reforma tributária do Governo Federal. Na Câmara dos Deputados, recebeu a denominação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 41, de 2003. No Senado, foi renumerada para PEC no 74, de 2003. Após intensos debates em ambas as Casas, a PEC foi promulgada, em parte, como Emenda Constitucional (EC) no 42, de 2003. A parcela não promulgada, que incorporava emendas modificativas do Senado, retornou à Câmara dos Deputados para nova deliberação, onde

se encontra desde o início da sessão legislativa de 2004, tramitando sob as numerações PEC 285/04 e PEC 293/04.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pelas regras atuais, recebe, mensalmente, 22,5% do montante arrecadado a título de imposto sobre a renda (IR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI). A proposta de elevação desse percentual para 23,5% foi aprovada no Senado Federal, na parte da reforma tributária que retornou à Câmara. O pagamento do ponto percentual adicional ocorreria no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano (nova redação proposta ao inciso I, b, e ao § 5º do art. 159 da Constituição Federal).

Assim, recomendamos a aprovação da citada PEC, pois propiciará mais recursos aos municípios e, por conseguinte, resolverá o problema das contas municipais com o pagamento dos servidores que ganham salário mínimo.

IV.4. Informalidade no mercado de trabalho e tributação

Ao se estabelecer que as contribuições sobre a folha de salários devem cobrir o pagamento de todos os benefícios previdenciários, impõe-se à sociedade um modelo de difícil e onerosa viabilidade.

As novidades do processo produtivo têm reduzido as oportunidades no mercado de trabalho. Até mesmo o fim da indexação dos salários e das garantias de sua recomposição frente à inflação afetam a capacidade das contribuições sobre a folha de salários de arcarem com o conjunto das despesas previdenciárias.

Por outro lado, a Constituição Federal estabelece um processo múltiplo de financiamento da Seguridade Social. Contribuições sociais sobre folha de salários, faturamento, lucro e outras permitem construir um sistema que se complementa.

A atual contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamento dos empregados privilegia as empresas com maior suporte tecnológico, maiores ganhos de escala, maiores lucros e aquelas cujas receitas são oriundas, na sua maior parte, da área financeira.

Em pior situação ficam as empresas que utilizam mão-de-obra intensiva.

Assim, é urgente construirmos um sistema integrado de contribuições que privilegie as empresas com utilização intensiva de mão-de-obra e permita viabilizar o emprego e a expansão da previdência social sem afetar suas receitas.

O ideal é que o sistema de tributação atente também para a desoneração da folha de salários, pois os elevados encargos trabalhistas impostos pela relação formal de trabalho elevam o custo desse fator e geram informalidade no mercado laboral. O crescimento da informalidade apresentado na última década preocupa, uma vez que é foco de perda de arrecadação tributária e previdenciária. Além disso, as pessoas que não contribuem para a previdência social têm pouco ou nenhum acesso a programas de apoio à renda e ao seguro-desemprego e enfrentam um grau de incerteza muito mais alto quanto à sua renda futura. Em suma, o trabalho informal é responsável por um grande contingente de pessoas que não gozam de qualquer tipo de proteção social.

Nesse sentido, propomos mudança na base de cálculo da COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Em vez de incidir sobre o faturamento da empresa, passaria a incidir sobre o faturamento bruto deduzido do valor da folha de salários e da contribuição patronal paga pela empresa. Como a base de cálculo diminuiu, propomos que a alíquota seja majorada. Esta passaria de 3% para 4%, no caso da COFINS cumulativa e de 7,6% para 10%, no caso da COFINS não-cumulativa. Tais percentuais podem ser modificados, dependendo do comportamento da efetiva arrecadação.

Qual o objetivo dessa mudança na base de cálculo? Note que, quanto maior for o valor da folha de pagamentos da firma, menor será a base para incidência da COFINS. Dessa maneira, haveria favorecimento à formalização da mão-de-obra, sem, entretanto, desestimular as empresas que investem em modernização, objetivando melhoria dos níveis de competitividade.

Como o foco é privilegiar as atividades econômicas intensivas em mão-de-obra, conjuntamente à alteração da COFINS, propomos a diminuição da contribuição patronal sobre a folha de salários. Esta passaria dos atuais 20% para 15%.

A seguir apresentamos uma simulação, com dados hipotéticos (mas que revela bem a dinâmica da alteração proposta), que mostra que a tributação diminuirá para as empresas intensivas em trabalho (consideradas, por hipótese, aquelas cuja massa salarial representa 40% do faturamento bruto) e aumentará para as firmas intensivas em capital (consideradas, por hipótese, aquelas cuja massa salarial representa 5% do faturamento bruto). Após todas as alterações, esperamos que a arrecadação até aumente, já que, cada vez mais, as empresas estão trocando o fator trabalho pelo fator capital.

Simulação de novo desenho tributário

		Empresas intensivas em capital	Empresas intensivas em trabalho
Massa salarial	A	5,00	40,00
Faturamento Bruto	B	100,00	100,00
Contribuição patronal sobre folha de salários (20%)	$C = A \times 20\%$	1,00	8,00
Receita proveniente da COFINS (3% sobre o faturamento bruto)	$D = B \times 3\%$	3,00	3,00
Receita final atual	$E = C + D$	4,00	11,00
Faturamento deduzido do valor da folha de salários e da contribuição patronal	$F = B - (1,15 \times A)$	94,25	54,00
Contribuição patronal sobre folha de salários (15%)	$G = A \times 15\%$	0,75	6,00
Receita proveniente da COFINS (4% sobre o faturamento deduzido)	$H = F \times 4\%$	3,77	2,16
Receita final com nova tributação	$I = G + H$	4,52	8,16
Diferença entre a nova tributação e a tributação atual	$J = I - E$	0,52	-2,84

Obs: nada será alterado em termos de acidente de trabalho

A nossa proposta está consolidada na proposição de letra E, no item IV.7.

O projeto apresentado não pretende prejudicar as empresas que investem em tecnologia e, portanto, demandam menos mão-de-obra. Não se pretende substituir, total ou parcialmente, a contribuição incidente sobre a folha de salários ou pagamentos pela contribuição sobre a receita ou faturamento. Todas as empresas continuarão com as contribuições hoje existentes, alterando-se apenas alíquotas e base de cálculo.

Assim, não se pretende extinguir a contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários (art. 22, I e II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), a

incidente sobre a folha de pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício (art. 22, III, da Lei nº 8.212, de 1991), a incidente sobre os pagamentos efetuados em decorrência da prestação de serviços intermediados por cooperativas de trabalho (art. 22, IV, da Lei nº 8.212, de 1991) nem a contribuição do empregado (art. 20 da Lei nº 8.212, de 1991), descontada do salário que é pago pela empresa, que tem a obrigação de repassá-la ao INSS. Ao revés, o projeto pretende reduzir em um quarto tão-somente a contribuição prevista no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, isto é, a contribuição patronal incidente sobre a folha de salários.

Desse modo, é reduzida a oneração da empresa que tem maior gasto com empregados. Frise-se este ponto: a redução da alíquota é apenas para as contribuições decorrentes de pagamentos de salários, ou seja, a empregados, que têm vínculo de emprego, ou decorrentes de pagamentos a trabalhadores avulsos, para os quais nosso sistema jurídico estabelece igualdade de direitos em face dos empregados (art. 7º, XXXIV, da Constituição Federal). Em nada está sendo alterada a contribuição incidente sobre pagamentos efetuados a trabalhadores autônomos ou outros contribuintes individuais da previdência.

Para compensar a perda da arrecadação decorrente da redução da alíquota da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários é necessário o aumento da COFINS, que é a contribuição incidente sobre o faturamento, entendida essa expressão com o significado de receita bruta, já incorporada à legislação em vigor.

Porém, para avançarmos um pouco mais no estímulo à criação de empregos, exatamente porque vislumbramos ser necessário incentivar mais as empresas que optam, apesar de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, por contratar mão-de-obra na forma de relação de emprego, incluímos alteração na base de cálculo da COFINS, de modo a excluir dessa base de cálculo os valores efetivamente pagos a título de salário e a título da contribuição previdenciária patronal prevista no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

Assim, as empresas e os setores da atividade econômica que geram um maior número de empregos formais serão beneficiados duplamente com a proposta, pois, caso aprovada, terão reduzidas não só a alíquota da contribuição sobre a folha de salários, mas também a base de cálculo da COFINS.

Já as empresas que hoje optam por contratar mão-de-obra sem vínculo empregatício, seja por meio de outras modalidades lícitas, seja por meio da chamada “economia informal”, terão um maior incentivo para contratar empregados de forma regular.

Aumentamos, proporcionalmente, a alíquota da COFINS devida pelas pessoas jurídicas industriais estabelecidas na Zona Franca de Manaus. Mantivemos no projeto a diferença de 1,6% existente entre as alíquotas incidentes sobre a receita auferida pelas pessoas jurídicas industriais estabelecidas na Zona Franca de Manaus e os percentuais relativos aos créditos oriundos da aquisição de mercadorias dessas pessoas jurídicas, de modo a manter inalterados os mesmos benefícios tributários existentes.

Optamos por não alterar as alíquotas concentradas da COFINS, que incidem apenas em um elo da cadeia de produção de comercialização de certos produtos, tais como produtores e importadores de derivados de petróleo (incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 1998), entre outras, por serem casos específicos, que devem receber tratamento por leis também específicas.

Seja como for, é preciso sempre ter em mente que todas as empresas que têm custos significativos com empregados formalizados serão beneficiadas com o projeto ora apresentado, ainda que arquem com uma alíquota de COFINS mais elevada, uma vez que terão redução da carga tributária em razão das alterações não só da alíquota da contribuição previdenciária patronal, como também da base de cálculo da COFINS.

IV.5. Educação e produtividade do trabalhador

O valor monetário do salário mínimo é fundamental para o trabalhador, mas sabemos que, pelo menos no médio prazo, não é suficiente para garantir as condições mínimas de vida de cada cidadão e sua família.

É absolutamente necessário, para uma melhor qualidade de vida de todo brasileiro, que o Poder Público assegure o acesso a serviços essenciais gratuitos como saúde, educação, instalação de água e esgoto e apoio financeiro à construção de moradia. Isso, diferentemente do salário mínimo, não será dado apenas a quem trabalha, mas estará disponível para todos, inclusive os desempregados.

Especial atenção conferimos à área de educação. A história do País é marcada por baixos investimentos na educação pública. Isso impediu o aumento da produtividade, reduzindo a dinâmica da renda nacional, e manteve a concentração da renda, comprimindo os salários das camadas de baixa qualificação.

Devemos acabar com a desigualdade no acesso ao conhecimento. Não há política distributiva, nem aumento monetário do salário mínimo, que se sustente sem um aumento na produtividade dos trabalhadores de baixa renda. E isso passa pela educação de qualidade para todos.

Assim, recomendamos que o governo privilegie os investimentos em educação, propiciando uma educação pública de qualidade, de forma a conseguirmos um aumento da produtividade dos trabalhadores de baixa renda e diminuirmos a desigualdade existente no Brasil.

IV.6. Recomendações

Ao Poder Legislativo

Recomenda-se que seja aprovado dispositivo da PEC nº 285, de 2004, que prevê a elevação do percentual, de 22,5% para 23,5%, sobre a arrecadação tributária cujo destino é o Fundo de Participação dos Municípios, de forma a aumentar os recursos disponíveis para as cidades mais pobres e não haver óbices aos aumentos dados ao salário mínimo.

Ao Poder Executivo

Recomenda-se que o governo privilegie os investimentos em educação, propiciando uma educação pública de qualidade, de forma a se obter um aumento da produtividade dos trabalhadores de baixa renda e propiciar uma redução na desigualdade existente no Brasil.

Aos Poderes Legislativo e Executivo

Recomenda-se atenção especial com vistas à construção uma política de capacitação dos jovens brasileiros, bem como dos cidadãos com mais de quarenta anos de idade, baseada no ensino técnico-profissionalizante, de forma a garantir empregabilidade a essas pessoas.

IV.7. Proposições legislativas

Proposição A

PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O salário mínimo será majorado, em abril de cada exercício, em percentuais que reflitam recuperação da perda inflacionária e aumento real.

Parágrafo único. Os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social serão majorados na mesma data e na mesma proporção que o salário mínimo.

Art. 2º O percentual a título de correção monetária será aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice similar, de forma a refletir a inflação dos últimos doze meses.

Art. 3º O aumento real será equivalente, no mínimo, ao dobro da variação positiva do produto interno bruto no exercício anterior.

Parágrafo único. Caso a variação do produto interno bruto no exercício anterior seja negativa, não haverá o reajuste do salário mínimo a título de aumento real.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Proposição B

PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No reajuste anual dos benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, além do disposto no art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá ser observado o índice de correção previdenciária.

§ 1º O índice de correção previdenciária corresponde ao resultado da divisão do salário de benefício pelo salário de benefício mínimo pago pelo regime geral de previdência social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado, segundo a fórmula constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º O salário de benefício atualizado de cada segurado será o produto do salário mínimo de benefício, reajustado com base nos percentuais definidos pelo regime geral de previdência social, pelo índice de correção previdenciária, conforme a fórmula constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º A forma de reajuste preconizada pelo art. 1º será aplicada de forma progressiva, incidindo inicialmente sobre um cinco avos da diferença entre o índice de correção previdenciária e o resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A sistemática referida no caput será aplicada anualmente, cumulativa e sucessivamente, até completar cinco avos da mencionada diferença, segundo as fórmulas constantes dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 3º Após o período de transição de que trata o art. 2º, a cada reajuste anual concedido pelo Regime Geral de Previdência Social, o resultado da divisão do novo salário de benefício do segurado pelo novo salário de benefício mínimo não poderá ser inferior ao valor correspondente ao índice de correção previdenciária.

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da despesa decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I à Proposição B

Cálculo do índice de correção previdenciária

$$ICP = \frac{SB_0}{SBM_0}$$

onde:

ICP = índice de correção previdenciária;

SB₀ = Salário de benefício do segurado na data de sua concessão;SBM₀ = Salário de benefício mínimo pago na data da concessão do
SB₀.**Anexo II à Proposição B**

Atualização do benefício

$$SB = SBM \times ICP$$

onde:

SB = salário de benefício atualizado;

SBM = salário de benefício mínimo reajustado conforme percentual
definido pelo regime geral de previdência social;

ICP = índice de correção previdenciária

Anexo III à Proposição B

Atualização do benefício durante o período de transição

$$SB_n = SBM \times ICP_n$$

onde:

SB_n = salário de benefício atualizado durante o período de transição;SBM = salário de benefício mínimo reajustado conforme percentual
definido pelo regime geral de previdência social;ICP_n = índice de correção previdenciária do respectivo ano de
transição.**Anexo IV à Proposição B**

V:\SLEG\SSTAQ\SFNOTAS\2006\20060915ND.doc 15/09/06 14:03

Cálculo do índice de correção previdenciária durante o período de
transição

$$ICP_n = ICP_0 + \left(n \times \frac{ICP - ICP_0}{5} \right)$$

onde:

ICP_n = índice de correção previdenciária do respectivo ano de
transição;ICP₀ = resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo
salário de benefício mínimo pago pelo regime geral de previdência social, cujos
valores correspondam aos pagos na data da publicação desta lei;n = número de anos decorridos após a entrada em vigor desta lei, até
completar cinco anos;

Sala da Comissão,

Proposição C**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**

Modifica a Lei nº 8.213, de 1991, e a Lei nº 9.876, de 1999, para estabelecer o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. O salário-de-benefício consiste, para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *b*, *c*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 1º

§ 6º No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste, para os benefícios de que tratam as alíneas **a**, **b**, **c**, **d**, **e** e **h** do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os incisos I e II do **caput**, os incisos I e II do § 6º, os §§ 7º, 8º e 9º do art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, e os art. 5º e 7º, da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Sala da Comissão,

Proposição D**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2006**

Estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 201.
.....

§ 7º

I – sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

..... (NR)”

Art. 2º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 201 da Constituição Federal, o segurado do regime geral de previdência social, que tenha sua inscrição efetivada no regime até a data da promulgação desta Emenda, terá assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 201, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos em cinco anos os requisitos a que se refere o inciso I deste artigo e serão considerados, para efeito de redução da idade mínima a que se refere o inciso II deste artigo, os limites decorrentes do art. 201, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Proposição E**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**

Altera a Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

I – quinze por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma

de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 3º, o inciso IV do art. 4º, o inciso II do art. 5º e o art. 8º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 2º

V – valores pagos a título de salário a empregados e trabalhadores avulsos;

VI – valores pagos a título da contribuição social prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 10. As deduções previstas nos incisos V e VI do § 2º dependem da prévia regularidade na contratação dos empregados e trabalhadores avulsos. (NR)”

“Art. 4º

IV – sessenta e cinco centésimos por cento e quatro por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades.

..... (NR)”

“Art. 5º

II – sessenta e cinco centésimos por cento e quatro por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades.

..... (NR)”

“Art. 8º Fica elevada para quatro por cento a alíquota da COFINS.

..... (NR)”

Art. 3º O inciso II do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

II – sessenta e cinco centésimos por cento e quatro por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades.

..... (NR)”

Art. 4º Os arts. 1º, 2º, 3º e 31 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 2º A base de cálculo da contribuição é o valor do faturamento, conforme definido no *caput*, com as seguintes deduções:

I – valores pagos a título de salário a empregados e trabalhadores avulsos;

II – valores pagos a título da contribuição social prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º São também deduzidas da base de cálculo as seguintes receitas:

§ 4º As deduções previstas no § 2º dependem da prévia regularidade na contratação dos empregados e trabalhadores avulsos. (NR)”

“Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de dez por cento.

§ 5º

I – quatro por cento, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida:

II – sete inteiros e cinco décimos por cento, no caso de venda efetuada a:

..... (NR)”

“Art. 3º

§ 17. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 3º do art. 2º desta Lei, na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de cinco inteiros e seis décimos por cento e, na situação de que trata a alínea *b* do inciso II do § 5º do art. 2º desta Lei, mediante a aplicação da alíquota de nove inteiros e um décimo por cento.

..... (NR)”

“Art. 31. O valor da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, de que trata o art. 30, será determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento, correspondente à

soma das alíquotas de um por cento, quatro por cento e sessenta e cinco centésimos por cento, respectivamente.

§ 1º As alíquotas de sessenta e cinco centésimos por cento e quatro por cento aplicam-se inclusive na hipótese de a prestadora do serviço enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

..... (NR)”

Art. 5º O inciso II do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

II – dez por cento, para a COFINS-Importação.

..... (NR)”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão,

ANEXOS

ANEXO I

Variação do PIB e do Salário Mínimo

Ano	PIB		Salário Mínimo					Correção monetária do período medida pelo INPC
	Valor a preços correntes em R\$	Taxas reais de variação (%)	Mês de reajuste	Valor a preços correntes em R\$	Reajuste nominal (%)	Reajuste real (%)	Período referente à correção monetária	
1999	973.845.966.000	0,79	mai/99	136	4,62	0,71	mai/1998 a abr/1999	3,88
2000	1.101.255.078.000	4,36	abr/00	151	11,03	5,39	mai/1999 a mar/2000	5,35
2001	1.198.736.188.000	1,31	abr/01	180	19,21	12,17	abr/2000 a mar/2001	6,27
2002	1.346.027.553.000	1,93	abr/02	200	11,11	1,27	abr/2001 a mar/2002	9,72
2003	1.556.182.114.000	0,54	abr/03	240	20,00	1,23	abr/2002 a mar/2003	18,54
2004	1.766.621.034.000	4,90	mai/04	260	8,33	1,19	abr/2003 a abr/2004	7,06
2005	1.937.598.291.000	2,30	mai/05	300	15,38	8,23	mai/2004 a abr/2005	6,61
2006			abr/06	350	16,67	13,04	mai/2005 a mar/2006	3,21

Fonte: Banco Central e IPEADData

ANEXO II

RESUMO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

24 de janeiro de 2006 – Ministro do Trabalho e Emprego

O presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, abriu a audiência, ressaltando como eixo do debate a busca de uma política de recuperação do

poder de compra do salário mínimo, não deixando de contemplar os aposentados e os pensionistas.

Em seguida, o Ministro Luís Marinho fez uma breve exposição ressaltando a evolução do salário mínimo no período 1995-2006. Em linhas gerais, foram apresentados alguns quadros comparativos dando mostras de que a proposta de aumento salarial encaminhada pelo governo, com a anuência das centrais sindicais,

representa um aumento real de 13%. Este seria o maior aumento do salário mínimo verificado desde 1995. No cômputo geral, o crescimento real do salário mínimo acumulado durante o governo Lula será de 25,3%, contra 20,5% e 20,6% no primeiro e segundo mandatos de Fernando Henrique, respectivamente.⁴

O Ministro informou ainda que foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, uma comissão quadripartite para discussão do salário mínimo, em busca de uma sistemática de reajuste de longo prazo, que lhe garanta ganhos reais. Tal sistemática seria orientada pelos princípios da responsabilidade e da sustentabilidade dos aumentos salariais. Durante um período de transição, os aumentos do salário mínimo, segundo o Ministro, deverão se dar a cada ano no mês anterior ao mês de base, de modo a se fixarem, em definitivo, no mês de janeiro.

Fazem parte daquela comissão, representantes das três esferas governamentais (União, estados e municípios), de entidades sindicais, dos aposentados e pensionistas, além de representantes dos empregadores. A referida comissão é composta de quatro sub-comissões para tratar, respectivamente, dos seguintes temas: (i) distribuição de renda; (ii) finanças públicas; (iii) sistema produtivo; e (iv) base constitucional. O Ministro prontificou-se a trazer à Comissão Mista do Salário Mínimo as informações e resultados produzidos pela comissão quadripartite, tão logo seja possível.

Após a apresentação, o Ministro foi argüido pelos parlamentares e os principais pontos debatidos foram os seguintes:

- necessidade de se pensar o salário mínimo no âmbito de uma política de renda e de cidadania;
- a questão dos juros altos que, em última análise, prejudicam o desenvolvimento econômico e social, reduzindo o nível de emprego e o poder de compra dos trabalhadores;
- novos mecanismos de financiamento da Previdência Social, reduzindo a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas em prol da incidência dessa contribuição sobre o faturamento, reduzindo assim o custo direto do emprego;
- necessidade de se compreender o salário mínimo dentro de uma perspectiva de igualdade;
- percepção da inflação como algo que suscita a perda de competitividade;

- necessidade de se resgatar o salário-família como peça importante de uma política de elevação da renda;

- garantia de que o reajuste do salário mínimo seja estendido também aos aposentados e pensionistas que percebem benefícios em valores acima do salário mínimo;

- necessidade de se promover a recuperação do valor do salário mínimo tendo como bases o fortalecimento do real (R\$), a consolidação de um conjunto de políticas compensatórias e o controle da inflação;

- percepção do salário mínimo não apenas na perspectiva de Lei de Responsabilidade Fiscal mas, principalmente, tendo em vista o fortalecimento do mercado interno;

- necessidade de que o reajuste do mínimo leve em conta o crescimento do PIB, a inflação e a produtividade do trabalho;

- sobre a tabela atual do Imposto de Renda: necessidade de se ampliar o número de faixas de contribuição;

- necessidade de uma parceria mais efetiva entre Governo e demais setores da sociedade para a construção de uma política de Estado para o salário mínimo;

- reconhecimento do papel do agro-negócio na redução do preço de alimentos básicos, contribuindo assim para o aumento do poder de compra do salário mínimo;

- necessidade de redução do gasto do governo com propaganda, destinando, assim, mais recursos para o aumento do salário mínimo;

- necessidade de redução do preço dos produtos de primeira necessidade, desde que não haja prejuízo real ao setor produtivo;

- necessidade de parâmetros mais realistas para a fixação do valor do salário mínimo, incorporando, inclusive, os programas de transferência de renda existentes;

- necessidade de um trabalho mais cooperativo entre Congresso Nacional e Poder Executivo;

- importância do salário mínimo como efetivo indexador de outros rendimentos;

- importância de que a proposta de aumento do salário mínimo a ser enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional seja remetida, não como medida provisória, mas como projeto de lei;

⁴ Encontra-se em anexo o conjunto de transparência da referida exposição.

- percepção de que a questão do salário mínimo envolve, direta ou indiretamente, cerca de 100 milhões de brasileiros;

- percepção de que o dólar (US\$) não pode ser usado diretamente como indicador de aumento do poder de compra do salário mínimo devido à queda do poder de compra daquela moeda.

O Ministro Luís Marinho reiterou a posição do governo, reforçando ainda a idéia do trabalho conjunto com a Comissão Mista do Salário Mínimo.

2 de fevereiro de 2006 – Representantes das entidades sindicais

A Comissão ouviu os seguintes convidados:

- Antônio Fernando dos Santos Neto – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB);
- Canindé Pegado – Central Geral dos Trabalhadores (CGT);
- João Felício – Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Moacir Roberto – Coordenação Conferência dos Trabalhadores (CCT);
- Paulo Pereira da Silva – Força Sindical;
- Enílson Simões Moura – Social Democracia Sindical (SDS);
- José Calixto Ramos – Nova Central Sindical dos Trabalhadores;
- Erledes Elias da Silveira – Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT).

O presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, abriu a audiência, ressaltando a importância da reunião na busca de uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, tendo em vista, ainda, a situação dos aposentados e dos pensionistas.

Em seguida, o presidente passou a palavra, respectivamente, ao Deputado Walter Barelli, vice-presidente da Comissão, que ressaltou a importância histórica daquela reunião, e ao Senador Paulo Paim, relator da Comissão, que aproveitou o ensejo para dar as boas-vindas aos participantes.

A palavra foi repassada aos representantes das entidades sindicais, que fizeram, cada um, uma exposição de 15 minutos sobre o tema. Os principais aspectos abordados pelos convidados foram os seguintes:

- necessidade de que seja estabelecida uma política de Estado para o reajuste do salário mínimo;

- importância do salário mínimo para a população brasileira, já que quase metade da população ocupada recebe até 1 (um) salário mínimo;

- necessidade de que os benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social estejam atrelados ao salário mínimo;

- percepção de que Previdência Social não é deficitária;

- necessidade de que seja estabelecido um prazo (5 ou 10 anos) para a recuperação das perdas históricas do salário mínimo.

Foram as seguintes as propostas para formulação de uma política de reajuste permanente elaboradas pelos representantes das entidades sindicais:

- desonerar a tributação sobre o salário mínimo;

- desonerar a cesta básica de alimentos, de remédios e da construção civil;

- proporcionar incentivos fiscais às empresas que adotarem o sistema de participação nos lucros e resultados;

- antecipar a discussão dos reajustes para o período pré-orçamentário;

- antecipar a “data-base” de reajuste do salário mínimo para janeiro;

- estabelecer o critério de reajuste que leve em consideração a relação entre o maior e o menor salário pago pelo setor público;

- vincular o aumento do salário mínimo ao reajuste dos aposentados que ganham acima do mínimo;

- estabelecer como critério de reajuste permanente a reposição da inflação acrescida da média dos últimos dois anos;

- rever os critérios de composição da cesta básica referente ao estabelecimento do valor do salário mínimo, incorporando novos itens, de acordo com a realidade atual da vida do trabalhador e de sua família;

- estabelecer como critério de reajuste permanente a média de crescimento do PIB e a inflação acumulada no ano de referência.

7 de fevereiro de 2006 – Representantes das entidades patronais

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Flávio Benatti – Confederação Nacional do Transporte (CNT);

- Simone Saisse – Confederação Nacional da Indústria (CNI);

- Carlos Tadeu de Freitas Gomes – Confederação Nacional do Comércio (CNC);

- Luciano Marcos de Carvalho – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Foram também convidadas a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação Nacional das Micros e Pequenas Indústrias (AS-SIMPI); no entanto, não enviaram representantes.

Considerando as explanações apresentadas pelos convidados, os principais pontos levantados foram:

- os gastos do governo crescem em relação ao PIB, o que acaba por exigir aumento de carga tributária e elevadas taxas de juros, diminuindo o potencial de crescimento econômico. Como a previdência é uma parte substancial dos gastos públicos e o aumento do salário mínimo tem reflexo na previdência, há que se pensar com cautela nas elevações do piso nacional;

- o aumento do salário mínimo gera maior reflexo nas pequenas empresas, que têm seus custos elevados e, em algumas situações, são obrigadas a diminuir a mão-de-obra contratada. Os mais prejudicados, nesse caso, são as mulheres e os jovens;

- aumentos de salário mínimo só podem ser discutidos em ambientes de crescimento econômico e, ainda assim, setor por setor, de forma a se levar em conta as específicas produtividades marginais do trabalho;

- uma regra permanente de aumento do salário mínimo é importante porque diminui as tensões e as incertezas do mercado e pode-se pensar na manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo para um horizonte maior;

- o objetivo da política de salário mínimo é melhorar as condições de vida dos brasileiros; no entanto, dependendo da forma como é feita, pode ter efeito contrário, pois pode prejudicar os que estão fora do mercado de trabalho ou ainda gerar desemprego e informalidade, caso o aumento não possa ser absorvido pelo setor produtivo;

- o impacto nas finanças públicas decorrente de um aumento do salário mínimo pode fazer com que haja menos recursos para áreas essenciais como educação e saúde;

- atualmente, o salário mínimo é baixo devido a anos de estagnação econômica, a falhas na regulação dos mercados e a um período longo de descontrole inflacionário. Para que haja aumento substancial, há que

ser seguido de aumento da produtividade da mão-de-obra;

- uma regra satisfatória para dar aumentos reais ao salário mínimo é atrelá-lo à variação do PIB *per capita*, pois se considera o ganho de produtividade do trabalho;

- o setor do comércio tem se beneficiado dos aumentos reais do salário mínimo, apesar de não concordar com elevação da carga tributária para custear as despesas decorrentes desse aumento;

- a tributação sobre o faturamento tem funcionado bem no setor agrícola. Talvez a solução seja estender esse tipo de tributação para os outros setores e, assim, desonerar a folha de pagamentos.

Após as apresentações dos convidados, os parlamentares presentes fizeram os seguintes comentários:

- a previdência não é deficitária, basta olhar a Seguridade Social como um todo e considerar todos os recursos constitucionais destinados a ela. Há também que não se permitir a saída de recursos da previdência, como no caso da DRU – Desvinculação das Receitas da União;

- a produtividade do trabalhador é baixa. Uma maneira de suprir os pequenos valores do salário mínimo é garantir bens e serviços adicionais à população carente;

- o aumento do salário mínimo dinamiza a economia local e gera mais arrecadação, logo, é falácia afirmar que alguns municípios não suportarão o aumento do mínimo. Além disso, basta o governo aumentar as transferências do FPM para os municípios mais pobres;

- há que se analisar a produtividade do trabalho, pois é simplificar demais utilizar o PIB *per capita* como regra permanente para aumento do salário mínimo;

- a folha de pagamentos é extremamente onerada. Uma solução seria transferir esses encargos para o faturamento das empresas.

14 de fevereiro de 2006 – Representantes das entidades de aposentados

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Wilson Roberto Ribeiro – Coordenador Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT;

- Benedito Marcílio – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP);

- Edson Guilherme Haubert – Presidente do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP);

- Paulo José Zanetti – Representante do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas da Força Sindical;

- Edmundo Benedetti Filho – Presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas (CENTRAPE);

- Sayonara Pereira de Oliveira – Diretora de Formação Sindical e Relações Inter-Sindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual (FENAFISCO).

Os principais aspectos abordados pelos convidados foram os seguintes:

- necessidade de que seja estabelecida uma agenda comum a todas as entidades de aposentados e pensionistas para que a luta pela melhoria de sua condição de vida seja unificada;

- segundo dados da COBAP, cerca de 60% dos aposentados e pensionistas sustentam, atualmente, filhos desempregados e suas famílias;

- os exemplos das cidades de São Bernardo, Diadema e, mais recentemente, Mogi-Guaçu, onde os aposentados não pagam o transporte público, independentemente da idade, deveriam ser seguidos pelas demais administrações municipais;

- existem recursos na Seguridade Social; em 2004, o superávit da seguridade social atingiu R\$ 42 bilhões, mas esses recursos foram destinados ao pagamento dos juros da dívida pública;

- a Previdência Social precisa ser mais transparente e informar à sociedade, por exemplo, qual é, de fato, a arrecadação do INSS, quantos imóveis o INSS possui, como está sendo processada a arrecadação do INSS;

- importância de uma reforma tributária, tendo em vista uma maior progressividade do fisco, incorporando: maior taxação das grandes fortunas e tributação dos lucros do sistema bancário;

- auditoria das dívidas interna e externa;

- criação de instrumentos de controle do gasto do governo (benefícios fiscais, pagamento de juros, etc.).

Foram as seguintes as propostas elaboradas pelos representantes das entidades de aposentados:

- o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo deveria ser estendido a todos os aposentados e pensionistas, independentemente do valor de seus benefícios;

- deveria haver uma revisão dos critérios do Programa Bolsa-Família, pois há situações em que os filhos e filhas de aposentados ficam desempregados e retornam à casa dos pais, muitas vezes trazendo cônjuges e filhos (netos); nesse caso, não têm acesso àquele programa por serem classificados em situação de renda que ultrapassa o teto de rendimento familiar previsto, em função de o governo computar a renda do aposentado chefe do domicílio, no critério seletivo; a referida renda é do aposentado e/ou de sua esposa, não dos filhos, genros, noras e netos;

- importância de que o reajuste do salário do aposentado seja balizado por um índice que considere as necessidades e a realidade dos aposentados (por exemplo, o custo dos medicamentos tende a ser, nesse caso, muito mais elevado do que a média nacional);

- lançamento de uma campanha de mobilização dos aposentados e pensionistas para votação, nas próximas eleições, apenas em candidatos que se comprometam com o apoio às demandas da categoria;

- necessidade de políticas públicas dirigidas aos aposentados e pensionistas: redução do preço dos remédios e da cesta básica, acesso privilegiado ao sistema de saúde e/ou aos planos de saúde;

- proposta de organização de uma comissão tripartite, composta por parlamentares e representantes do Executivo e dos aposentados e pensionistas, para levantar a situação atual da previdência, mostrando os números e discutindo, para, inclusive, planejar o futuro;

- necessidade de políticas de incorporação do trabalhador informal, que muitas vezes são aposentados que voltam ao mercado de trabalho para complementar a reduzida aposentadoria;

- realização de um novo recadastramento dos aposentados com a participação da sociedade civil, em um mutirão contra as fraudes na previdência.

21 de fevereiro de 2006 – Pesquisadores

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Márcia Maria Mello Quinstlr – IBGE;

- Guilherme Costa Delgado – IPEA;

- Samuel Pessoa – FGV.

Foi também convidado o Sr. Marcelo Néri, da FGV, que não compareceu à reunião.

Considerando as explicações apresentadas pelos convidados, os principais pontos levantados foram:

- houve a apresentação da POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares (julho de 2002 a junho de 2003), cujo objetivo é investigar os orçamentos (despesas e rendimentos) e as condições de vida das famílias em todo o território brasileiro, tanto em áreas urbanas quanto rurais;

- a despesa total média mensal familiar é R\$1.778,03, sendo que o valor para a área urbana, R\$1.941,88, é bem superior ao da área rural, R\$867,45;

- nas famílias de rendimento mais baixo (até R\$400,00), as despesas de consumo ficam com 94,6% da renda. Já nas famílias com renda superior a R\$6.000,00, as despesas de consumo representam 69,89%;

- nas famílias pobres (até R\$400,00 de renda familiar), os gastos com alimentação representam 32,68% da despesa total, gastos com transporte, 8,15% e com habitação, 37,15%;

- aproximadamente 30% das famílias têm muita dificuldade para chegar até o fim do mês com seu rendimento;

- o peso dos benefícios da Seguridade Social na economia vem aumentando no decorrer do tempo, sendo importante continuar havendo a vinculação do salário mínimo com o piso dos benefícios pela dinamização que gera na economia local de várias regiões do País;

- a unificação do salário mínimo contribui para uma melhor distribuição regional;

- uma elevação do poder aquisitivo do salário mínimo é desejável para todos; no entanto, a vinculação existente com o piso da seguridade social gera uma limitação. Apesar disso, há espaço para aumentar o salário mínimo sem provocar tensões fiscais explosivas. Um exemplo seria seguir a trajetória do PIB;

- o crescimento da economia faz aumentar a arrecadação da seguridade social. Com um crescimento de 5% da economia, a arrecadação da seguridade social é o dobro, pois possui elasticidade dois. Em dez anos, dependendo da variação do PIB, pode-se dobrar o poder de compra do salário mínimo;

- alguns critérios devem ser perseguidos na fixação de uma política permanente

de reajuste do salário mínimo: é essencial manter-se a vinculação do piso dos benefícios da seguridade social para não haver piora na distribuição de renda; não se deve mexer no caráter nacional do salário mínimo, pois essa renda na área rural melhora a distribuição de renda setorial;

- para que o salário mínimo seja reajustado sistematicamente, deve-se garantir uma trajetória constante de aumento do PIB;

- na teoria econômica, o salário é determinado pela produtividade do trabalho. No entanto, relativamente ao salário mínimo, não há como perseguirmos isso, pois, em vez de procurarmos eficiência, procuramos a melhor distribuição de renda;

- um real de aumento no salário mínimo impacta a previdência em R\$ 198 milhões a mais por ano. Esse dado sugere que se desvincule o piso previdenciário do salário mínimo;

- no Brasil, gasta-se muito com a população com mais de 65 anos de idade, sendo essa despesa muito maior do que a média internacional. A vinculação do salário mínimo à previdência faz com que esse desajuste seja acentuado;

- só após desvincular a previdência do salário mínimo é que se pode continuar a pensar em dar mais aumentos reais para esse salário;

- ao se decidir qual o aumento ideal para o salário mínimo tem que se considerar a redução da eficiência econômica e a melhora na distribuição de renda. Há pesquisas indicando que aumentos do salário mínimo têm pouca eficácia na redução da pobreza. Para esse objetivo, seria melhor elevar o salário-família ou a bolsa-família;

- com esse último, aumento que levou o salário mínimo para R\$350,00, nosso piso nacional está muito próximo da média internacional. Uma política interessante seria aumentar o salário mínimo à medida que cresce o PIB *per capita*, pois assim nos manteríamos na média internacional.

Após as apresentações dos convidados, os parlamentares presentes fizeram os seguintes comentários e questionamentos:

- o desafio que se tem é atrelar o debate do salário mínimo a outros tópicos da economia, sem ter que falar em desvinculação. Por exemplo, devem-se discutir os altos valores

pagos de juros ou a necessidade de superávit primário;

- as propostas para o aumento do salário mínimo prescrevem sempre soluções gradativas. No entanto, o que aconteceria se houvesse uma atitude ousada, como dobrar imediatamente o salário mínimo? Será que há realmente impactos negativos?

- como crescer e distribuir a renda ao mesmo tempo? O que realmente impede o desenvolvimento do nosso País? Altas taxas de juros, alta carga tributária?

- a bolsa família e o salário família são políticas mais eficientes para reduzir pobreza do que aumentos do salário mínimo. No entanto, parece que esquecem que a renda maior do trabalhador dinamiza a economia, além de promover elevação na arrecadação tributária;

- é falso dizer que aumentos maiores do salário mínimo não podem acontecer por causa da responsabilidade fiscal. Tudo é questão de prioridade. É possível, por exemplo, aumentar o salário mínimo, se acontecer a diminuição de outros gastos, como pagamento de juros;

- a pobreza não pode ser olhada como algo que afeta somente os que ganham o salário mínimo pois há também aqueles que nem salário tem. Propiciar educação de qualidade a todos reduz muito mais a pobreza, a médio prazo, do que dar aumentos ao salário mínimo. Um aumento de R\$ 20,00 ou R\$ 30,00 no piso nacional não tem poder para aumentar a qualidade de vida dos pobres significativamente. Deve fazer parte do papel da Comissão discutir os investimentos sociais;

- é absurdo, socialmente, pensar num Brasil sem salário mínimo estipulado ou sem haver vinculação do salário mínimo com o piso dos benefícios previdenciários. Argumenta-se que a desvinculação permitiria aumentar o salário mínimo, mas não é verdade, pois hoje existe a possibilidade de haver pisos regionais, mas isso não acontece, exceto no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A palavra retornou aos pesquisadores que apresentaram suas respostas e considerações finais:

- na verdade, os números nunca são frios, eles relatam informações que nós devemos encarar, apesar de retratarem realidades duras;

- muitos brasileiros não recebem nem o salário mínimo, por isso os programas de transferência de renda são tão importantes;

- se aumentássemos o salário mínimo abruptamente, estaríamos colocando toda a responsabilidade de distribuir renda no piso nacional. No entanto, não existe melhoria instantânea na distribuição de renda. O problema fiscal existe. As coisas devem acontecer paulatinamente;

- o salário mínimo é mais importante para distribuir renda por meio do setor inativo da economia do que por meio da classe trabalhadora;

- apesar de haver sido divulgado na mídia que o Brasil avançou na distribuição de renda, segundo os dados da última PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, essa informação está viesada, pois a PNAD computa, na sua maior parte, apenas renda do trabalho e da seguridade, ou seja, falta a renda das pessoas jurídicas e dos rendimentos de capital. Assim, na verdade, não houve melhora na distribuição de renda;

- principalmente na área rural, o efeito da dinamização na economia local decorrente do aumento do salário mínimo é verdadeiro. A evidência do efeito distributivo da previdência rural é gigantesca. Isso ressalta a importância da vinculação do benefício previdenciário ao salário mínimo;

- a conta de juros é uma das contas mais pesadas do orçamento. Os gastos reais com pagamento de juros estão na ordem de 6% do PIB. No ano passado, 2005, os juros foram mais altos porque houve um repique inflacionário no final de 2004. Esse repique foi devido à excesso de demanda e à carência de oferta. Se os juros não estivessem elevados, essa conjuntura acarretaria elevação dos preços. Assim, não há tanto espaço para mexer no que se gasta com juros (6% do PIB não é um percentual exagerado);

- a carga tributária brasileira é alta, o que dificulta o crescimento econômico; por isso, é desaconselhável aumentar muito o salário mínimo, pois impacta a previdência e será necessária uma maior arrecadação tributária;

- no longo prazo, a política pública mais recomendada para combater a pobreza é a política educacional. No curto prazo, há vários trabalhos que mostram que o salário família e a bolsa família são os mais indicados;

- existem estudos que medem a perda da eficiência comparada com o ganho de equidade decorrente de aumentos do salário mínimo. Uma consequência ruim do aumento do salário mínimo é a elevação do desemprego, embora, no caso brasileiro, isso aconteça pouco. Mas se o aumento for grande, podemos ter um acréscimo considerável no nível de desemprego. Por isso, o salário mínimo deve aumentar gradativamente;

- o salário mínimo pode ter um impacto sobre a economia local, mas o efeito agregado é de deprimir o PIB da economia no longo prazo, por causa do efeito fiscal e da inflação que gera.

7 de março de 2006 – Entidades relacionadas aos municípios

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Augusto Braun – Confederação Nacional dos Municípios (CNM);
- João Domingos Gomes dos Santos – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Foi também convidado o Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos, que não compareceu e não enviou representante.

Considerando as explanações apresentadas pelos convidados, os principais pontos levantados foram:

- ao contrário do que pode parecer, os prefeitos não são contra o aumento do salário mínimo. No entanto, reclamam que a Lei de Responsabilidade Fiscal limita os gastos com pessoal em 54% da receita corrente líquida, o que faz com que, em algumas cidades, o aumento do salário mínimo coloque a administração municipal à margem da lei;

- entre todos os servidores municipais, 29% recebem até um salário mínimo e meio. Nas regiões Norte e Nordeste, a situação é mais grave. O pior caso é a Paraíba, onde 65% dos servidores municipais ganham até um salário mínimo e meio. Para esses municípios, o aumento do mínimo configura-se em problema, face às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

- se o limite imposto pela LRF for descumprido, o município tem duas opções: aumentar impostos, o que é inviável, ou demitir pessoal, o que prejudicará o serviço público. Se o prefeito permitir que o limite seja ultrapassado, a ele será imputada uma multa e o município ficará proibido de receber transferências vo-

luntárias. Com o aumento do salário mínimo deste ano, a previsão é de que 916 municípios extrapolem o limite legal;

- a CNM propõe que seja criado um fundo constituído no âmbito do orçamento federal para ajudar os municípios que extrapolem o limite da LRF em virtude de aumentos no salário mínimo. A previsão é de que, hoje, esse gasto chegaria a R\$ 400 milhões, o que é pouco em relação ao orçamento da União. Podem-se, ainda, adotar medidas de estímulo aos municípios para que incrementem a arrecadação municipal;

- não se pode afirmar que reajustes do salário mínimo causem dificuldades à previdência, pois, na verdade, a previdência é parte da seguridade social, que é superavitária;

- o impacto do salário mínimo nas contas municipais não é grande. Poderia ser resolvido por meio de aumento das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Após as apresentações dos convidados, os parlamentares presentes fizeram os seguintes comentários e questionamentos:

- pode-se trazer a discussão do salário mínimo para 1º de janeiro, de forma que o impacto de seu aumento nas folhas de pagamento municipais seja abordado durante a discussão do orçamento da União;

- os municípios devem cuidar de suas receitas próprias; sabemos da existência de cidades que não cobram o IPTU;

- pode-se pensar na elaboração de um fundo transitório para ajudar os municípios a se ajustarem;

- deve-se estudar uma reformulação no pacto federativo, de forma que seja reduzida a concentração de renda no Governo Federal;

- questionou-se sobre a situação dos servidores aposentados e pensionistas dos municípios, tendo sido respondido que os municípios ainda têm uma relação confortável na área previdenciária. A relação inativos/ativos é pequena; por isso, incentivam-se os municípios a criarem seus regimes próprios de previdência;

- o salário mínimo só pode aumentar sustentadamente quando a produtividade do trabalhador aumentar. Para que isso aconteça, temos de melhorar a educação, principalmente nos níveis básicos. Para melhorar a edu-

cação deve haver recursos para isso, o que reforça a tese de que a educação deveria ser federalizada, com descentralização apenas administrativa.

14 de março de 2006 – Pesquisadores do DIAP e DIEESE

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Flávio Tonelli Vaz – Ex-diretor e membro do corpo técnico do DIAP;
- Antonio Augusto de Queiroz – Diretor do DIAP;
- Frederico Melo – Técnico-economista do DIEESE.

Considerando as explanações apresentadas, juntamente com as intervenções dos parlamentares, os principais pontos levantados foram:

- o salário mínimo, legalmente, é a menor remuneração a ser paga no País e deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador. Cabe ao governo estipular um valor condizente com a lei;
- todos os obstáculos à reconstituição do poder de compra do salário mínimo podem ser desmontados, pois são falaciosos. Assim, conceder aumentos maiores ao salário mínimo é só uma questão de vontade política;
- os obstáculos, que a mídia divulga para o aumento do salário mínimo, se referem ao impacto nas finanças municipais, na previdência social e nas pequenas e médias empresas;
- relativamente às prefeituras, se determinado município não consegue arcar com um aumento do salário mínimo por violar a Lei de Responsabilidade Fiscal, tal município deveria se unir a um maior;
- a Previdência Social é um direito fundamental dos trabalhadores e deve ser financiada por toda a sociedade. Assim, falar que a previdência é deficitária não procede, pois não se consideram todas as contribuições para a Seguridade Social, apenas as que incidem sobre a folha de pagamentos;
- além disso, a previdência arca com a assistência social sem receber recursos extras para isso. Por fim, a seguridade social é superavitária, tanto que tem recursos destinados à DRU;
- o problema dos pequenos e médios empresários não é salário mínimo e, sim, a falta de crédito mais barato;
- os assalariados, por serem os agentes econômicos mais fracos, devem ser defendi-

dos pelo Poder Público, em especial os que percebem salário mínimo;

- a proposta de atrelar o salário mínimo ao dobro do crescimento do PIB é interessante e sustentável;
- o salário mínimo deve ser discutido a partir de outra vertente que não a da previdência social, que só faz colocar empecilhos ao reajuste do piso;
- o salário mínimo é cada vez mais presente no mercado de trabalho, sendo um importante referencial;
- as contratações superaram as demissões somente na faixa salarial de até dois salários mínimos e, mesmo assim, a maioria dessas contratações são fruto de formalização decorrente da ação fiscalizatória (dados do CAGED);
- o percentual de trabalhadores formais que ganha até dois salários aumentou de 25,4%, em 1994, para 42,9% em 2004 (dados da RAIS). O mercado de trabalho vem sendo estrangulado para a faixa do salário mínimo;
- isso aconteceu devido a uma década e meia de políticas neoliberais que desestruturaram o mercado de trabalho. Entre 1989 e 2004, a população economicamente ativa cresceu 46% enquanto os empregados com carteira cresceram apenas 15%. Os informais aumentaram 1.242%. Isso gerou uma relativização dos direitos;
- o número dos contribuintes para a previdência aumentou, no período de 1989 a 2004, em apenas 28%. Não há como a previdência se sustentar dessa maneira, além de termos uma grande parte dos trabalhadores desamparados socialmente;
- a contribuição do trabalhador autônomo é muito alta, 20% de seus rendimentos. Qualquer modelo de inclusão previdenciária não surtirá efeito se essa contribuição não for revista;
- o aumento do salário mínimo produz um incremento na mesma proporção da arrecadação da COFINS, pois o salário mínimo é um dinheiro usado exclusivamente para o consumo de bens e serviços, o que tem reflexo no faturamento das empresas, base de cálculo da COFINS;
- não há como falar em distribuição de renda sem aumentar a remuneração do trabalho. O salário mínimo é um instrumento im-

portante de melhoria da distribuição de renda no País;

- a distribuição de renda do Brasil é das piores do mundo. Há uma concentração de renda enorme nos 10% mais ricos;

- quando se fala dos empecilhos ao aumento do salário mínimo, não se fala da política de juros altos que também afeta as finanças públicas;

- o PIB *per capita*, no decorrer dos anos, aumentou proporcionalmente muito mais do que o valor do salário mínimo, enfatizando as perdas do piso nacional;

- aumentos no salário mínimo incentivam os setores de bens não-duráveis e semi-duráveis, incrementando a arrecadação tributária desses setores;

- para que se consiga mais facilmente dar aumento ao piso nacional, a produtividade do trabalhador que recebe salário mínimo tem que aumentar e isso deve acontecer por incrementos na educação. Daí a importância da discussão do FUNDEB que, talvez, possa melhorar a vida do pobre brasileiro mais do que o aumento no salário mínimo;

- uma possibilidade é atrelar o aumento do salário mínimo à variação do PIB nominal acrescido da produtividade do trabalho, em vez de se trabalhar com PIB *per capita*;

- as políticas sociais são importantes porque realmente não há como o trabalhador subsistir apenas com o valor do salário mínimo;

- se 1% da receita da COFINS fosse colocado em um fundo para ajudar os municípios pequenos, conseguiríamos pagar todos os servidores municipais;

- o teto do benefício, que nunca tem aumentos reais, empurra o conjunto de trabalhadores para a previdência complementar;

- reduzir a contribuição incidente sobre a folha de pagamentos e aumentar a contribuição sobre o faturamento é perigoso, pois esse custo pode ser repassado para os preços. Isso poderia tirar a obrigação do empresário, com a contribuição patronal, de sustentar um direito dos trabalhadores – a previdência;

- o desafio da distribuição de renda no País é enorme. O salário mínimo não consegue resolver isso sozinho, mas tem um papel fundamental para reduzir a concentração de renda no Brasil. Deve, no entanto, estar relacionado a outras políticas públicas.

4 de abril de 2006 – Professores de universidades

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Rosa Maria Marques – PUC/SP;
- Milko Matijascic – Centro Salesiano de SP;
- Cláudio Salvadori Dedecca – IE/UNI-CAMP;
- João Sabóia – IEL/UFRJ.

Considerando as explanações apresentadas pelos convidados, os principais pontos levantados foram:

- recorrentemente, a discussão é pautada em dois pontos: a insuficiência do valor do salário mínimo e o impacto nas finanças públicas;

- apesar de não se poder negar o impacto na previdência social decorrente do aumento do salário mínimo, há que se falar também no incremento causado na arrecadação;

- não se pode analisar o salário mínimo apenas pela ótica das finanças públicas. Deve se considerar que o salário mínimo é um instrumento poderoso para melhorar a distribuição de renda no País;

- o salário mínimo é referência para o mercado de trabalho, mas também é referência para os benefícios previdenciários e assistenciais. Ou seja, usa-se o mesmo parâmetro para assuntos diferentes. Isso enfraqueceu o salário mínimo com relação a sua função essencial;

- quando se discute uma política de salário mínimo, temos de entender que, ao alterar seu valor, muda-se um desenho que refletirá em todas as rendas da sociedade;

- a participação sobre o PIB de gastos do INSS, LOAS, Seguro Desemprego, Abono Salarial e Bolsa-Família é expressiva, mas não descontrolada. Outras formas de transferência de renda, como os encargos sobre a dívida pública, apresentam um comportamento mais instável e concentrador de renda;

- devemos aumentar o salário mínimo, mas não podemos esquecer as restrições da previdência, do setor público municipal e até das famílias (que pagam as empregadas domésticas). Assim, devemos estabelecer uma política de médio prazo que propicie o aumento do salário mínimo, mas também que enfrente essas restrições;

- é necessário haver uma regulação do salário mínimo porque temos uma predominância de trabalhadores com baixa remuneração.

ração, aliada à baixa produtividade da economia brasileira;

- é muito difícil recuperarmos o valor do salário mínimo sem um crescimento de produtividade da economia brasileira;

- a regulação do salário mínimo não pode impor mudanças abruptas na economia;

- o salário mínimo é um instrumento importante para diminuir a pobreza. Vem sendo retomado em vários países e recomendado pela OIT;

- temos uma estrutura de remunerações que está concentrada no salário mínimo. Assim, mudanças no piso nacional influenciam os custos das empresas, das famílias e do setor público. Portanto, é preciso cuidado ao alterar o salário mínimo;

- a desvinculação das aposentadorias e pensões do salário mínimo irá repercutir fortemente na sociedade, aumentando muito a quantidade de pessoas que passarão para a situação de pobreza;

- a política permanente do aumento do mínimo deve ser de médio prazo, pois temos de equacionar as restrições existentes. Um contexto de crescimento deverá reduzir ou superar as restrições à realização da política de valorização do salário mínimo. Uma estratégia de valorização do salário mínimo deverá contar e contribuir para o crescimento. Ela é, portanto, uma política a favor do crescimento;

- as vantagens do aumento do salário mínimo são muito mais extensas do que as desvantagens;

- o salário mínimo não pode ser substituído por uma política de transferência de renda, pois esta depende do orçamento público e aquela é arcada também pelo setor privado;

- o salário mínimo real vem crescendo nos últimos dez anos, enquanto o rendimento médio vem caindo;

- o salário mínimo tem uma forte implicação na melhoria da distribuição da renda do trabalho e da distribuição dos rendimentos em geral.

Após as apresentações dos convidados, os parlamentares presentes fizeram os seguintes comentários e questionamentos:

- todas as informações foram apresentadas com o respaldo de dados, o que dá crédito às explicações;

- qual seria o impacto de se atrelar o salário mínimo às cestas básicas?

- nosso desafio é destruir o mito de que aumentos do salário mínimo são prejudiciais à economia;

- como combater a possibilidade da informalidade aumentar com o aumento do salário mínimo?

- a correlação de forças da sociedade não foi ainda capaz de conscientizar o poder público da importância do salário mínimo e como ele dinamiza a economia local, principalmente nas regiões mais pobres;

- quais as alternativas concretas para resolver os problemas, decorrentes do aumento do salário mínimo, relativos às pequenas e médias empresas e às prefeituras? Como resolver todas as restrições contra a valorização do salário mínimo?

- temos de acompanhar os efeitos dos programas de transferência de renda no Brasil e em outros países. A competitividade dos EUA está muito relacionada a esses programas;

- temos de desmistificar a idéia de que o salário mínimo é o inimigo do País. O salário mínimo é o melhor instrumento de distribuição de renda existente, pois é fruto do trabalho.

A seguir os pesquisadores apresentaram suas considerações finais:

- existe uma grande dificuldade de se fazer política pública no Brasil, pois temos uma estrutura informal arraigada na economia brasileira;

- o aumento do salário mínimo não traz apenas ônus, ele tem impactos econômicos e sociais que compensam os custos desse aumento;

- nos países desenvolvidos, as metas de política econômica vêm associadas com metas sociais;

- as políticas de transferência de renda são políticas diferentes da valorização do salário mínimo. São políticas complementares;

- vincular o salário mínimo à cesta básica é uma questão posterior. Num primeiro momento, achamos importante ter a reposição da inflação e o crescimento do PIB. Talvez um aumento adicional, além do INPC e do PIB, possa estar vinculado à variação do valor da cesta básica. No entanto, cabe frisar que as alterações devem ser paulatinas;

- uma política mais eficiente de valorização do salário mínimo só acontecerá se houver crescimento econômico;

- a distribuição de renda no Brasil, apesar de estar melhorando, ainda é muito ruim. Nesse sentido, as políticas de transferência de renda são importantes. No entanto, acho que primeiramente, deve-se ter um salário mínimo com poder de compra;

- o salário mínimo não pode ser visto como um custo, mas sim como um ganho para o País, pois incrementa o consumo, a arrecadação e dinamiza toda a economia;

- o salário mínimo é um elemento do mercado de trabalho, não deve balizar a assistência social.

10 de abril de 2006 – Curitiba

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Emerson José Nerone – Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado do Paraná;

- Luiz Lázaro Sorvos – Representante da Associação dos Municípios do Paraná e Prefeito do Município de Nova Olímpia (PR);

- Geraldo Serathiuk – Delegado Regional do Trabalho do Paraná;

- Benedito Kubrusly Jr. – Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná;

- Francisco Carlos do Nascimento – Diretor da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP);

- Vicente Silva – Presidente da CGT/PR e da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Paraná;

- Roni Anderson Barbosa – Presidente da CUT/PR;

- Hernani Garcia Ferreira – Vice-Presidente da Nova Central Sindical e Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Paraná;

- Antônio Dias – Vice-Presidente do Sindicato dos Aposentados do Paraná;

- Gladir Antônio Basso – representante da Coordenação Federativa de Trabalhadores do Paraná (CFT/PR);

- Cid Cordeiro Silva – Supervisor Técnico do DIEESE/PR.

Os principais aspectos abordados pelos convidados foram os seguintes:

- o Estado do Paraná está empenhado em estabelecer um piso salarial de R\$ 437,00

em função do fato do Paraná ser um estado com melhores condições que, por exemplo, os estados do Norte e Nordeste, que hoje arcam com salários mínimos no patamar de R\$ 350,00; ademais, desde sua criação, o salário mínimo já adotou, em diferentes oportunidades, valores diversos em função das realidades regionais;

- cerca de 400 mil trabalhadores serão beneficiários diretos do aumento do salário mínimo; além disso, em função do “efeito farol”, os trabalhadores informais também se beneficiarão;

- para o representante da Associação dos Municípios, de um modo geral, hoje, os prefeitos municipais estão administrando verdadeiras massas falidas; os municípios não conseguirão arcar com o aumento do salário mínimo de R\$ 300,00 para R\$ 350,00; já que 30% dos servidores públicos municipais do Paraná recebem um salário mínimo, não havendo folga no orçamento;

- em nenhum momento da história o salário mínimo cumpriu o preceito legal que estabelece um valor capaz de arcar com as despesas de uma família com saúde, educação, alimentação, vestuário, lazer, entre outros. Segundo o DIEESE, para cumprir esse papel, o valor do salário mínimo deveria estar, hoje, em torno dos R\$ 1.500,00;

- o Estado vem se apropriando de grande parte dos recursos dos trabalhadores, via, por exemplo, a renúncia fiscal, ou ainda solapando o sistema de proteção social dos trabalhadores, entre outros;

- após a entrada em vigor da Constituição de 1988, cerca de 1.200 municípios foram criados, muitas vezes de forma fisiológica, o que faz com que essas unidades não tenham a mínima condição de existência;

- o processo de modernização em curso no Paraná – com a entrada em cena das montadoras, assim como de outras indústrias, concentrou 1,5 milhão de pessoas pobres e sem condições de sobrevivência, nas periferias urbanas;

- a discussão do salário mínimo deve ter como “pano de fundo” questões como o acesso ao crédito, a política fiscal e os fundos de pensão para os trabalhadores;

- para o representante da Associação Comercial do Paraná, o aumento do salário mínimo é uma impossibilidade macroeconômica

mica, na medida em que não corresponde a um crescimento da produtividade; trata-se de um argumento científico e que deve ser considerado;

- para o representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o setor rural tem características marcantes: muitos trabalhadores sazonais, pequenas propriedades (85% delas têm até 50 hectares), duas safras anuais, impossibilidade de mudança de ramo no curto prazo, existência de um conjunto restrito de grandes compradores que estabelecem o preço da produção. A queda do dólar tornou ainda mais frágil o setor rural. Por isso as propriedades rurais não podem arcar com o aumento do salário mínimo;

- é importante também uma política de revalorização dos salários em geral, pois a inflação não é totalmente reposta pelos índices de reajuste;

- para que haja um aumento contínuo do salário mínimo e conseqüente melhora na distribuição da renda, é necessário que o Brasil cresça de forma sustentada e que haja programas de incentivo à formalização;

- o aumento do salário mínimo deve ser pensado também pelo aspecto do incremento da demanda. Assim, no caso dos municípios, o aumento na renda compensaria os custos da administração pública. Mas as prefeituras precisam acabar com o excesso de funcionários;

- deve ser revista a sistemática diferenciada de reajustes para os benefícios previdenciários. Não é justo que o aposentado que ganhe mais que um salário mínimo venha sofrendo com tamanha defasagem;

- há distorção na atual carga tributária brasileira, que deve ser enfrentada para melhorar a distribuição de renda e as condições de vida dos mais pobres;

- tanto os municípios quanto os estados têm hoje condição de proporcionar um aumento de R\$ 300,00 para R\$ 350,00;

- nas pequenas e micro empresas, os custos adicionais decorrentes do aumento do salário mínimo devem ser absorvidos pelo aumento da demanda e por um esforço de melhoria da gestão;

- o impacto do aumento do salário mínimo sobre o setor doméstico deve ser compensado por medidas governamentais de redução dos encargos, na mesma linha da proposta recente

que permite o abatimento no imposto de renda. Essas medidas devem ser ampliadas;

- o impacto sobre a previdência deve ser discutido sobre dois prismas: (i) uma discussão sobre os reais custos da previdência; (ii) uma discussão sobre as fontes de financiamento do sistema no longo prazo.

Foram as seguintes as propostas elaboradas pelos representantes das entidades de aposentados:

- aprovação da PEC nº 50, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, que destinará um aporte adicional de recursos da ordem de R\$ 10 bilhões para estados e municípios;

- a legislação que permite a terceirização deve ser proscrita, pois é criminosa;

- deve ser dado um tratamento diferenciado ao setor rural, compatível com suas peculiaridades;

- deve ser estabelecido um plano quadrienal de recuperação do salário mínimo: anualmente se aplicaria o INPC e mais 25% de aumento real, o que faria com que, em quatro anos, se dobrasse o valor do salário mínimo;

- criação de um Fundo cuja fonte seria o Imposto de Solidariedade sobre as Grandes Fortunas, para a recuperação do salário mínimo. Segundo estimativas da mesma fonte, o imposto incidiria uma única vez sobre as fortunas acima de R\$ 2,4 milhões, o que atingiria cerca de 300 mil famílias, abastecendo o Fundo com um montante da ordem de R\$ 23 bilhões.

24 de abril de 2006 – São Paulo

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Roberto Seixas – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

- Gilmar Viana Conceição – Secretaria Municipal do Trabalho de SP;

- Marcos Roberto Casquel – Presidente da Associação Paulista de Municípios;

- Damásio Moraes de Sena – Presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais de SP;

- Paulo Francini – FIESP;

- Gilson de Lima Garófalo – FECOMÉRCIO;

- Narciso Figueroa Junior – Federação dos Transportes de Carga do Estado de São Paulo;

- Leny Pereira Santana – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo;

- Luiz Carlos Motta – Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de São Paulo;
- Jairo José da Silva – Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário do Estado de São Paulo;
- Roberto Santiago – Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação do Estado de SP;
- Sérgio Ivan Ferreira – Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical;
- Wilson Roberto Ribeiro – Sindicato dos Trabalhadores aposentados e pensionistas da CUT;
- Benedito Marcílio – Confederação Brasileira dos aposentados e pensionistas;
- Lineu Neves Mazano – Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de SP.

Considerando as explanações apresentadas, os principais pontos levantados foram:

- no âmbito da cidade de São Paulo, 45% da população economicamente ativa não possuem ensino fundamental. Portanto, não há como discutir salário mínimo sem pensar na educação. Os empregos são criados, mas não há pessoas qualificadas para preenchê-los;
- a desigualdade social na região metropolitana não é impactada por aumentos de salário mínimo, tampouco por programas de transferência de renda. Há que se ter aumento da escolaridade;
- os municípios do Estado de SP não sofreram com o aumento do mínimo, pois, em SP, a maior transferência para os municípios é a decorrente do ICMS, ao contrário dos estados mais pobres;
- vários municípios argumentam que não podem dar aumentos aos servidores públicos por conta do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- os trabalhadores que ganham até um salário mínimo e meio representam 4% dos trabalhadores na indústria paulista. Portanto, para a indústria de SP, a discussão do salário mínimo é pouco importante. No entanto, no restante do País, não há dúvida sobre a importância do salário mínimo, inclusive para a indústria;
- o salário mínimo, em São Paulo, é mais importante por ser uma variável que afeta toda a macroeconomia, principalmente as finanças

públicas. Daí a importância de haver uma regra permanente de majoração do piso nacional;

- a regra que aumente o salário mínimo não deve ser a mesma para os benefícios previdenciários, pois tal vinculação gerará perdas ou para os ativos ou para os inativos;
- a recuperação do salário mínimo só deve acontecer se houver um crescimento da economia que faça crescer a renda e o emprego. Outro item é promover a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários;
- a preocupação das entidades patronais de SP com relação ao salário mínimo é a repercussão disso nos gastos públicos, o que pode aumentar a carga tributária;
- o aumento do salário mínimo não deve ser discutido só pelo lado social, mas também pela capacidade do setor público de arcar com ele, bem como a capacidade das empresas de pagá-lo, principalmente as microempresas;
- os municípios que reclamam do aumento do mínimo ou têm excesso de pessoal ou não deveriam ter sido emancipados;
- quando se fala que a Previdência é deficitária, não se comenta que esta é parte da Seguridade Social, que apresenta superávit, nem que a Previdência arca com todos os benefícios assistenciais;
- o salário mínimo vem perdendo participação na renda nacional com o passar dos anos;
- um dos problemas da baixa arrecadação da Previdência é a terceirização de empregados com salários menores. Há que se revisar essa legislação, proibindo excessos do instituto da terceirização;
- a adoção de uma política de reajuste permanente para o salário mínimo permitiria aos empregadores planejar melhor seus custos a médio e longo prazos.

8 de maio de 2006 – Salvador

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Carlos Fernando Amaral – Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia (FECOMÉRCIO-BA);
- Domingos Leonelli – Secretário Municipal de Emprego e Renda de Salvador;
- Everaldo Augusto – Presidente da CUT/BA;
- Victor Ventim – Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado da Bahia;

- Gilson Costa de Oliveira – Presidente da Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia (ASA-PREV-BA) / Casa do Aposentado / Conselho Deliberativo da COBAP;
- Selma Magnavita – Representante da Associação dos Movimentos de Donas-de-Casa e Consumidores da Bahia;
- Vicente Mário Visco Mattos – Presidente do Sindicato da Indústria de Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA);
- Florisvaldo Bispo dos Santos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira do Estado da Bahia (SINTRACON-BA);
- João Prazeres Santana – Presidente do Sindicato de Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da Cidade de Salvador;
- Emanuel Souza de Jesus – Representante do Sindicato dos Bancários do Estado da Bahia;
- Ranieri Muricy – Supervisor Técnico do DIEESE/BA;
- Marinalva Nunes – Diretora da Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia;
- Sílvio Silva – Representante do Coletivo de Entidades Negras da Bahia.

Os principais aspectos abordados pelos convidados foram os seguintes:

- o salário mínimo unificado não leva em conta as diferenças regionais e o fato de que grande parte dos municípios é extremamente pobre;
- Salvador tem a segunda menor renda *per capita* entre as capitais, só ganhando de Teresina; além disso, Salvador é uma cidade de muito trabalho e pouco salário;
- o salário mínimo representa um dos poucos elementos de universalização da renda;
- a aposentadoria rural movimenta a economia do interior do Nordeste e deu dignidade aos velhos;
- a retomada do crescimento já não é condição suficiente para gerar os empregos necessários; é necessário também que haja uma modernização gerencial;
- as idéias que preconizam que a mão-de-obra no Brasil é cara e que, conseqüentemente, o caminho seria a retirada de direitos trabalhistas e a desregulamentação do exercício do trabalho não correspondem à verdade;
- há, de fato, uma realidade de arrocho salarial e concentração de renda;

- o salário mínimo apresenta-se como efetivo instrumento de redução das desigualdades;
- o salário mínimo deveria comprar o mesmo que comprava em 1940; isso, segundo o DIEESE, equivaleria a R\$ 1.500,00;
- os 37 sindicatos que compõem a Federação da Indústria da Bahia já pagam salários acima do mínimo;
- há três problemas a serem enfrentados na questão do salário mínimo: a excessiva carga fiscal, o aumento das despesas correntes da União e as altas taxas de juros que transferem a renda da atividade produtiva para o sistema financeiro;
- é preciso formalizar os trabalhadores informais para que haja aumento da receita do INSS;
- cerca de 70% dos municípios brasileiros vivem da previdência social paga pelo INSS;
- o salário mínimo deve ter como referência a Constituição Federal;
- deve-se tomar como parâmetros de reajuste do salário mínimo o IPC e o crescimento do PIB;
- a discussão do salário mínimo deve ser precedida por uma discussão sobre o desenvolvimento;
- os ganhos do salário mínimo não podem se estender aos demais salários sob pena de prejudicar o projeto de distribuição de renda;
- a Previdência não é deficitária;
- as questões econômicas não explicam os baixos salários no Brasil; esses se devem ao nosso vício escravista;
- a valorização do salário mínimo é um imperativo da ética econômica e social;
- a tese de que o aumento do salário mínimo deve estar associado a um aumento do PIB também foi contestada e considerada falaciosa; e o aumento do PIB nos últimos 50 anos, porque não foi acompanhado do aumento dos salários? (é preciso se juntar à discussão esse passivo que vem se acumulando nas últimas décadas);
- é preciso que se faça uma discussão política da questão do salário mínimo;
- o que prejudica a Previdência é a sonegação, o roubo e as grandes empresas;
- o Estado não precisa ser diminuído, mas, sim, aperfeiçoado;
- o valor do salário mínimo afeta também os pisos salariais de diversas categorias que ganham um pouco acima do mínimo;
- um recorte racial deve ser considerado nas políticas implementadas em nível nacional.

Foram as seguintes as propostas elaboradas pelos representantes das entidades de aposentados:

- criação de uma comissão com a participação do Ministro da Fazenda e dos representantes dos trabalhadores para fixar um valor para o salário mínimo que seja compatível com a realidade nacional;
- promover uma reforma tributária visando estancar a atual sangria de recursos para o capital financeiro;
- promover reforma trabalhista com o objetivo de assegurar um equilíbrio, reduzindo encargos para as pequenas e micro empresas, e aumentar o emprego e a renda;
- promover uma política de valorização permanente do salário mínimo, efetivando aumentos gradativos, tendo como fonte de financiamento um fundo para valorização do salário mínimo a partir da taxa de grandes fortunas em 1,5%; seriam consideradas detentoras de grandes fortunas, as famílias cujo patrimônio ultrapassasse R\$ 2,4 milhões; para isso, seria criada uma comissão quadripartite para gerir a política de aumento e o fundo; com um aumento real anual da ordem de 8,4%, em 17 anos haveria uma recuperação do valor do salário mínimo;
- reduzir os encargos dos trabalhadores ambulantes e feirantes de 20% para 10%;
- produzir uma reforma tributária justa e progressiva;
- observar e incluir o recorte racial na política do salário mínimo

22 de maio de 2006 – Porto Alegre

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Celso Woyciechowski – CUT;
- Luiz Barbosa – Força Sindical;
- Mauro Luís Silva de Sousa – Ministério Público do Rio Grande do Sul;
- Pedro Jacob – Delegacia Regional do Trabalho;
- Carlos Schmitd – Professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Neiva Lazzaroto – Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul;
- Elisete Hintz – Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura;
- Iol Alves Medeiros – Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul;
- Vera Soares – Fórum Estadual de Articulação das Entidades Negras;
- Maria Horácia Ribeiro – União das Associações de Moradores de Porto Alegre;

- Cacique Acuabe – Povo Charrua do Rio Grande do Sul;
- Ary Otávio Canabarro dos Santos – Sindicato dos Servidores Públicos Federais;
- Aracy Maria da Silva Lêdo – Federação Estadual das APAEs;
- Israel Dutra – Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Adriano Pires – Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Leopoldo;
- Wilson de Oliveira Miranda – Associação dos Surdos do Rio Grande do Sul;
- Paulo de Tarso da Silveira – Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul;
- Valdir Bohn Gass – Federação Gaúcha das Associações de Moradores do Rio Grande do Sul;
- Débora Vargas de Lima – Sindicato dos Servidores do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul.

Considerando as explanações apresentadas, os principais pontos levantados foram:

- a valorização do piso regional deve ser incentivada conjuntamente com o piso nacional;
- é fundamental que a questão dos aposentados seja contemplada, pois precisam ter o poder de compra de seus benefícios recomposto;
- precisa-se também observar a questão dos servidores públicos, de todas as esferas, pois estão com seus salários defasados, sendo que há vários servidores cujo vencimento é inferior ao salário mínimo;
- o fator previdenciário é algo que precisa ser extinto, pois se trata de punição para os trabalhadores;
- o Ministério Público tem buscado fazer com que os municípios cumpram as leis, preservando os direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores;
- a relação entre o salário mínimo e o desenvolvimento econômico vem sendo analisada de forma muito simplista. Há que se observar os efeitos dinâmicos decorrentes da elevação do mínimo, como aumento do consumo, da produção, dos empregos e crescimento econômico;
- os benefícios previdenciários não podem ser desvinculados do salário mínimo. Além disso, o reajuste dado a esses benefícios deve ser igual ao reajuste do piso nacional. Caso contrário, persistirá o achatamento do valor das aposentadorias;

- na área rural, a importância do salário mínimo é muito grande, pois parte significativa de seus aposentados e dos trabalhadores rurais recebem apenas o piso nacional.

5 de junho de 2006 – Manaus

A Comissão Mista do Salário Mínimo reuniu-se em Manaus, tendo como Relatora *ad hoc* a Senadora Heloísa Helena. Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Jefferson Praia Bezerra – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local;
- Edilon Queiroz – Sindicato dos Metalúrgicos;
- Maurício Loureiro – CIEAM;
- Miguel Arcanjo Simas Novo – Previdência Social;
- Gláucia Reis Credie – DRT;
- Jacob Paiva – ANDES;
- Ronaldo Mota – FIEAM;
- Nelson Takamoto – AMAZONPREV;
- Waldemir Santana – CUT;
- Ralph Assayag – CDLM;
- Socorro Corrêa – SEBRAE.

Considerando as explanações apresentadas, os principais pontos levantados foram:

- o objetivo do aumento do salário mínimo é erradicar ou reduzir a miséria e as desigualdades sociais do País. Para tanto, além do aumento real e continuado do salário mínimo, deve-se perseguir o crescimento econômico e elaborar políticas de inclusão dos trabalhadores informais na Previdência Social;
- as empresas, cada vez mais, terceirizam os funcionários e, com isso, promovem uma precarização das relações de trabalho, o que conduz parcela considerável da atividade econômica para a informalidade;
- o déficit da Previdência é apresentado de forma a caracterizá-la como um fardo; no entanto, isso não é verdade, pois a pluralidade de fontes destinadas constitucionalmente à Seguridade Social supre todas as suas necessidades;
- a Previdência Social não será abalada por aumentos do salário mínimo. No entanto, há de se pensar em mecanismos para fazer os grandes capitalistas contribuírem mais para o financiamento da Seguridade Social, de forma a diversificar a origem dos recursos;
- a principal maneira de elevar a qualidade de vida do brasileiro é promover educação universalizada de qualidade;
- para melhorar a qualidade de vida do trabalhador não basta aumentar o salário míni-

mo. Deve-se, também, promover desoneração da folha de pagamentos, de forma a diminuir o grande percentual de informalidade no mercado de trabalho;

- a ganância tributária do governo é um inibidor do salário mínimo justo;
- há que se observar os efeitos dinâmicos decorrentes da elevação do mínimo, como aumento do consumo, da produção e elevação da arrecadação tributária. Assim, é difícil acreditar que o aumento do salário mínimo gere dificuldades financeiras aos municípios;
- o problema das prefeituras é decorrente da divisão irresponsável das cidades em municípios menores, de forma a atender questões eleitoreiras;
- a sociedade deve exigir do Poder Público mais comprometimento na gestão dos recursos públicos, de modo a diminuir a carga tributária e melhorar os serviços públicos oferecidos;
- o empresariado é favorável ao aumento do salário mínimo, desde que amplamente discutido. Isso é tão verdade que, anualmente, os empresários entram em discussões sobre os pisos das categorias, cujos valores são maiores que o piso nacional;
- a sugestão do SEBRAE é atrelar o aumento do salário mínimo ao crescimento da economia;
- no curtíssimo prazo, não há como elevar muito o salário mínimo, mas isso não impede de se pensar em mecanismos que acelerem a recuperação de seu poder de compra. A Comissão deverá fazer propostas nesse sentido.

21 de junho de 2006 – Representantes das entidades de aposentados

Foram ouvidos os seguintes convidados:

- Hermélio Soares Campos – Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP);
- Robson de Souza Bittencourt – Presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais;
- José Carlos Montes – Representante da Federação dos Aposentados da Bahia;
- Antônio Alves da Silva – Representante da Federação dos Aposentados de São Paulo;
- Alcides dos Santos Ribeiro – Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso do Sul;
- Osvaldo Fauerharmel – Representante da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul.

Foram as seguintes as propostas apresentadas:

- dobrar o valor do salário mínimo já a partir de abril de 2006; portanto, reajustando seu valor para R\$ 551,48, ou seja, a inflação do período de abril de 2002 até novembro de 2005 (último índice disponível), pelo INPC;
- reajustar o valor dos benefícios previdenciários daqueles que ganham mais de um salário mínimo com o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário mínimo;

- estabelecer uma política de reajuste do valor das aposentadorias que têm valor maior que o mínimo, de forma que recuperem o mesmo poder de compra de quando foram concedidas, em um prazo máximo de quatro anos;

- estabelecer uma progressão do valor do salário mínimo, de maneira que este atinja o valor calculado pelo DIEESE (R\$ 1.551,41 – valor para o mês de novembro de 2005), no prazo de quatro anos.

ANEXO III

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE POLÍTICA DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO NO CONGRESSO NACIONAL

SENADO FEDERAL

1 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº	Ementa	Situação atual	Conteúdo
PEC 94/1999	Adiciona o § 2º ao art. 7º da Constituição Federal. (Preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo).	8/4/2003 – CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, com voto pela aprovação da proposta. Matéria pronta para a pauta na Comissão.	<i>Acréscimo de dispositivo constitucional que garante a preservação anual do poder aquisitivo do salário mínimo.</i>

2 – Projeto de Lei do Senado

Nº	Ementa	Situação atual	Conteúdo
PLS 255/2002	Altera a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências”. (Propõe modificação para o reajuste anual do salário mínimo).	28/4/2005 – CAE Comissão de Assuntos Econômicos. O presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Eduardo Suplicy relator da matéria.	Estabelece ganho real anual de, no mínimo, 10% para o salário mínimo a partir de 2003.

PLS 5/2003	Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004 e dá outras providências.	4/8/2005 – SSCLSF Subsec Coordenação Legislativa do Senado Recebido neste Órgão, nesta data.	O salário mínimo será reajustado a partir de maio de 2004 pelo IGP-DI dos últimos doze meses, acrescidos de R\$ 0,20 por hora. O acréscimo de R\$ 0,20 por hora repetir-se-á anualmente até que o mínimo seja suficiente para atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, conforme preceitua o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Todos os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados da mesma forma que o salário mínimo.
PLS 28/2004	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de 1º de maio de 2004 e dá outras providências.	4/8/2005 – SSCLSF Subsec. Coordenação Legislativa do Senado Recebido neste Órgão, nesta data	Tal projeto prevê que o salário mínimo será corrigido em maio de 2004 pelo IPCA, além de ser acrescido de um reajuste de 26%. Os benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social deverão ser majorados na mesma proporção. O Poder Executivo fica autorizado a estender, a partir de maio de 2004, o mesmo aumento do salário mínimo para os servidores civis e militares da União. Por fim, o Projeto estipula que, a partir da entrada em vigor desta lei, cada categoria terá assegurada a recomposição plena do valor de seus salários, correspondente ao IPCA acumulado nos últimos doze meses.
PLS 178/2004	Dispõe sobre o reajuste anual do salário mínimo.	4/8/2005 – SSCLSF Subsec. Coordenação Legislativa do Senado Recebido neste Órgão, nesta data.	O salário mínimo terá sempre em maio, reajuste anual a título de correção monetária (INPC) e aumento real (PIB <i>per capita</i>).

PLS 200/2004	Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.	15/3/2005 – CAE Comissão de Assuntos Econômicos O Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Eduardo Suplicy relator da matéria.	A partir de maio de 2006, o salário mínimo terá restabelecido seu valor real, além de aumento adicional que corresponda ao dobro da variação do PIB do ano anterior. Os benefícios da Previdência Social terão o mesmo reajuste.
PLS 220/2004	Dispõe sobre o reajuste anual do salário mínimo.	1/6/2005 – SSCLSF Subsec. Coordenação Legislativa do Senado Recebido neste Órgão, nesta data.	O índice de reajuste se compõe de três parcelas. A primeira, a título de correção monetária, refletirá a inflação dos últimos doze meses medida pelo INPC. A segunda parcela incorpora os ganhos de produtividade em percentual idêntico ao do crescimento do PIB <i>per capita</i> do exercício anterior. A terceira componente objetiva a redistribuição, aumentando a participação dos que recebem salário mínimo na renda nacional. Essa última parcela poderá variar entre um e seis por cento.
PLS 370/2004	Dispõe sobre o reajuste anual do salário mínimo e dá outras providências.	4/8/2005 – SSCLSF Subsec. Coordenação Legislativa do Senado Recebido neste Órgão, nesta data	O salário mínimo será atualizado anualmente mediante aplicação de dois percentuais: de reajuste (INPC) e a título de aumento da participação dos assalariados na renda nacional (uma vez e meia o percentual de crescimento do PIB).

<p>PLS 109/2005</p>	<p>Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo e sobre o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal.</p>	<p>22/6/2005 – CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido o relatório do Senador Paulo Paim com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.</p>	<p>Em seu art. 1º, o PLS nº 109, de 2005 – Complementar estabelece que os reajustes do salário mínimo se darão no mês de janeiro de cada exercício, tomando por referência percentuais que reflitam a correção monetária (INPC) e o aumento real (PIB <i>per capita</i>). Estabelece ainda que a mesma lei que reajustará o salário mínimo deverá também estabelecer o piso salarial previsto no art. 7º, V, da Constituição Federal, sendo que o estabelecimento do referido piso deverá respeitar a discriminação por grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por seção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo ainda vedada a diferenciação regional. No mesmo artigo está também prevista a extensão do piso salarial aos empregados domésticos.</p>
<p>PLS 314/2005</p>	<p>Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.</p>	<p>27/9/2005 – CAE Comissão de Assuntos Econômicos O Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Flávio Arns relator da matéria.</p>	<p>Em 2006, o salário mínimo será R\$ 400,40 e em 2007 sofrerá correção monetária mais aumento real equivalente ao dobro do crescimento do PIB.</p>

3 – Requerimento do Congresso Nacional

RQN 30 / 2004	<p>Requer, nos termos regimentais, a criação de Comissão Mista Temporária, composta de onze Deputados e onze Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de sessenta dias, estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo, ouvindo-se, para tanto, Governadores de Estados, Prefeitos, os Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Previdência Social, representantes dos trabalhadores e empregadores, rurais e urbanos e demais outros especialistas e autoridades ligadas ao tema e requisitando-se cópias de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas, para consolidá-las em uma única proposta de Emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, com vista a propiciar a celeridade do processo legislativo tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal</p>	<p>02/12/2004 SUBSECRETARI A DE ATA - É lido e aprovado nesta oportunidade. A Presidência fará, oportunamente, as designações para a Comissão de acordo com as indicações que receber das lideranças partidárias. À SSCLCN. Publicação em 03/12/2004 no DCN Página(s): 2356</p>
------------------	--	---

4 – Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

ATN 3 / 2005	<p>Institui Comissão Mista composta de 7 (sete) Senadores e 7 (sete) Deputados, e igual número de suplentes, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.</p>	<p>7/12/2005 – SSCLCN Subsec. Coordenação Legislativa do Congresso</p>
--------------	--	--

CÂMARA DOS DEPUTADOS

1 – Projeto de Lei

Nº	Ementa	Situação atual	Conteúdo
PL. 1/1995	Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências.	18/5/2005 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – Aprovado o parecer contra os votos dos Deputados Pauderney Avelino, Félix Mendonça, Osório Adriano, Eduardo Cunha e José Carlos Machado.	Fixa o salário mínimo de 1995. Prevê aumentos reais anuais conforme crescimento do PIB. A correção monetária é mensal pelo IPC-r. Os benefícios da Previdência Social têm os mesmos reajustes.
PL. 221/1995	Reajusta o valor do salário mínimo.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	A partir de abril de 1995, o salário mínimo terá aumento mensal de R\$ 5,00 até atingir R\$ 300,00.
PL. 630/1995	Institui uma nova política de rendas para o trabalhador.	14/3/2003 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do art. 105 do	Fixa o salário mínimo de 1995. Prevê aumentos reais anuais conforme crescimento do PIB. Todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas terão a reposição

		R.I.	do IPC-r em sua data-base.
PL. 717/1995	Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Garante a correção monetária do salário mínimo e antecipação do reajuste sempre que o INPC superar 6%. Fixa o salário mínimo de 1996 em R\$ 180,00.
PL. 803/1995	Altera a Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, que “dispõe sobre valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências”.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Correção trimestral do salário mínimo pelo INPC acrescido de 15%.
PL. 3.332/1997	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação do salário mínimo e dá outras providências.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Fixa o salário mínimo de 1997. Propõe aumentos nominais ao salário mínimo horário.
PL. 4.459/1998	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e sua relação com o teto salarial constitucional	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	O salário mínimo será equivalente a 1,5% do teto salarial do serviço público.
PL. 71/1999	Dispõe sobre a realização de pesquisa	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados –	O salário mínimo será fixado com base em pesquisa que verifique os valores

	prévia que estabeleça as necessidades básicas previstas na Constituição Federal para cálculo do reajuste do salário mínimo nacional.	Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	necessários para se conseguir os itens previstos no inciso IV do art. 7º da CF (moradia, alimentação, etc).
PL. 194/1999	Dispõe sobre a concessão de reajustes aos salários dos trabalhadores do setor privado, ao salário mínimo e aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Correção monetária do salário mínimo sempre que o INPC atingir o patamar de 5% ou em 1º de maio com toda a reposição do período. O mesmo acontece com os benefícios da Previdência Social.
PL. 347/1999	Dispõe sobre a política nacional de reajustes de salários e dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Correção monetária do salário mínimo sempre que o INPC atingir o patamar de 6% ou em 1º de maio com toda a reposição do período. O mesmo acontece com os benefícios da Previdência Social.
PL. 385/1999	Dispõe sobre o salário mínimo e a manutenção do poder aquisitivo dos salários.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	O salário mínimo é corrigido por um índice de inflação mais um incremento real de R\$ 0,20 por hora.

PL. 408/1999	Dispõe sobre a concessão de reajustes mensais ao salário mínimo, para preservação de seu valor real.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Prevê correção monetária do salário mínimo pelo INPC.
PL. 414/1999	Dispõe sobre a indexação automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Correção monetária do salário mínimo sempre que o INPC atingir o patamar de 5%.
PL. 1.033/1999	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção do Poder Aquisitivo dos Salários.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Correção monetária do salário mínimo sempre que o INPC atingir o patamar de 10%. O mesmo se aplica aos benefícios do INSS.
PL. 1.170/1999	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação do salário mínimo, a Comissão Nacional do salário mínimo e dá outras providências.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Fixa critérios e condições a serem observados pela Política Nacional de Recuperação do salário mínimo, de forma a adequar o valor ao estabelecido no inciso IV do art. 7º da CF.
PL. 2.455/2000	Dispõe sobre a política de recuperação do valor do salário mínimo e concede abono salarial aos trabalhadores	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Fixa o salário mínimo de maio de 2000 em R\$ 180,00.

	e aos segurados da Previdência Social, em maio de 2000.		
PL. 2.596/2000	Dispõe sobre a reposição de perdas e o ganho real para o salário mínimo.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Prevê aumento do salário mínimo, em maio e novembro, com reposição do INPC e aumento real de 5%.
PL. 2.743/2000	Dispõe sobre o salário mínimo e a manutenção do poder aquisitivo dos salários.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Fixa o salário mínimo de 2001 em R\$ 233,93. A partir de maio de 2002, o SM recebe um aumento anual de R\$ 0,20 por hora.
PL. 4.919/2001	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2002, e dá outras providências.	15/12/2004 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – Designado Relator, Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS).	Fixa o salário mínimo de 2002 em R\$ 250,00. Reajusta os benefícios da Previdência em 38,89%. Autoriza o Poder Executivo a dar o mesmo aumento aos servidores públicos. Cada categoria terá a reposição anual do INPC.
PL. 4.926/2001	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2002, e dá outras providências.	11/3/2003 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	Fixa o salário mínimo de 2002 em R\$ 250,00. Reajusta os benefícios da Previdência em 38,89%. A partir de maio de 2003, o SM recebe um aumento anual de R\$ 0,20 por hora, além do INPC.
PL. 7.155/2002	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação do Salário Mínimo e dá outras providências.	14/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	A partir de abril de 2003, o salário mínimo recebe um aumento anual de 10,6%, além do INPC.
PL. 7.242/2002	Dispõe sobre a política de reajustes semestrais	11/3/2003 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	A partir de abril de 2003, o salário mínimo recebe a reposição do INPC e começa a sofrer reajustes semestrais.

	para o salário mínimo.	Desarquivado nos termos do art. 105 do R.I.	
PL. 112/2003	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2003, e dá outras providências.	15/12/2004 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – Designado Relator, Dep. Tarcisio Zimmermann (PT-RS).	A partir de maio de 2003, o salário mínimo será de R\$ 250,00 e será reajustado anualmente pelo INPC.

PL. 118/2003	Estabelece critérios para o reajuste anual do salário mínimo.	19/3/2003 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 18/3/03 P. 7300 COL 01.	A partir de maio de 2003, o salário mínimo será de R\$ 240,00 e será reajustado anualmente pelo IPCA mais um aumento real correspondente a variação anual do PIB.
PL. 296/2003	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2003 e dá outras providências.	24/4/2003 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 25/4/03 P. 16547 COL 01.	A partir de maio de 2003, o salário mínimo recebe a reposição do IPCA. Nesse ano recebe ainda um aumento real de 19%. Igual reajuste é dado aos benefícios da Previdência.
PL. 554/2003	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	22/4/2003 -Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) – Apense-se ao PL. 112/2003.	A partir de maio de 2003, o salário mínimo será de R\$ 337,00.
PL. 622/2003	Determina o valor do salário mínimo e o reajuste dos benefícios da Previdência Social.	29/4/2003 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 30/4/03 P.17318 COL 01.	A partir de abril de 2003, o salário mínimo será de R\$ 330,00. Igual reajuste é dado aos benefícios da Previdência.

<p>PL. 624/2003</p>	<p>Cria o salário mínimo do crescimento, vincula o aumento real ao PIB (Produto Interno Bruto), disciplina o reajuste periódico do poder aquisitivo e dá outras providências.</p>	<p>29/4/2003 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 30/4/03 P. 17318 COL 02.</p>	<p>Cria Comissão Especial do salário mínimo e estipula diversas regras para se calcular o percentual de incremento do salário mínimo.</p>
<p>PL. 790/2003</p>	<p>Dispõe sobre o valor do salário mínimo, a partir de 1º de maio de 2003, e dá outras providências.</p>	<p>19/5/2003 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.</p>	<p>A partir de maio de 2003, o salário mínimo será de R\$ 282,00, sendo sempre garantido aumento de, no mínimo, a variação anual do INPC.</p>
<p>PL. 3.042/2004</p>	<p>Fixa o valor do salário mínimo a partir de maio de 2004 e dá outras providências.</p>	<p>11/3/2005 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.</p>	<p>A partir de maio de 2004, o salário mínimo será reajustado pelo IPCA, mais um aumento de 26%. Aumento igual será dado aos benefícios da Previdência.</p>
<p>PL. 3.234/2004</p>	<p>Fixa o valor do salário mínimo a partir de maio de 2004 e dá outras providências.</p>	<p>11/3/2005 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.</p>	<p>A partir de abril de 2004, o salário mínimo será de R\$ 300,00 (salário de R\$ 270,00 mais abono de R\$ 30,00).</p>

PL. 3.291/2004	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de 1º de maio de 2004 e dá outras providências.	14/4/2004 -Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – Apensação desta proposição ao PL. 3.042/2004.	A partir de maio de 2004, o salário mínimo será de R\$ 276,00, sendo sempre garantido aumento de, no mínimo, a variação anual do INPC. Aumento igual será dado aos benefícios da Previdência.
PL. 3.302/2004	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de 1º de abril de 2004 e dá outras providências.	14/4/2004 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – Apensação desta proposição ao PL. 3.042/2004.	A partir de maio de 2004, o salário mínimo será de R\$ 320,00, sendo sempre garantido aumento de no mínimo a variação anual do INPC. Incremento igual será dado aos benefícios da Previdência.
PL. 3.440/2004	Dispõe sobre a elevação do valor real do salário mínimo.	11/3/2005 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	O salário mínimo a partir de maio de 2005 sofrerá aumento de 10,41% acima da inflação medida pelo IPCA.
PL. 3.668/2004	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação do salário mínimo.	7/7/2004 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 8/7/2004 P.31471 COL 01.	Institui Política Nacional de Recuperação do salário mínimo. A partir de maio de 2005, o valor do salário mínimo será reajustado anualmente pelo INPC mais a variação do índice de produtividade da mão-de-obra do IBGE.
PL. 4.638/2004	Fixa o valor do salário mínimo, a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	27/7/2005 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Apense-se a este o PL. 5.492/2005.	A partir de maio de 2005, o salário mínimo será fixado em R\$ 290,00 e, nos anos seguintes, terá, no mínimo, a variação do INPC. Os benefícios da Previdência serão reajustados da mesma forma.

O RUFAR DOS TAMBORES

**“Si alguna vez me siento derrotado.
Renuncio a ver el sol cada mañana”.**

Pablo Milanés

Paulo Renato Paim é cria das geadas da serra gaúcha. Nasceu em Caxias do Sul no dia 15 de março de 1950. E foi na sua cidade natal e por condição do destino que as primeiras gestas deste homem público vislumbraram o horizonte em prenúncio de longas jornadas. Aos 15 anos foi eleito presidente do Grêmio Estudantil do Ginásio Noturno Alberto Pasqualini. Depois, lá pelas bandas da grande Porto Alegre, mais especificamente na cidade de Canoas, e isso já era o ano de 1981, assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos e é reeleito no mandato subsequente. Em 1982 está à frente da Central Estadual de Trabalhadores. Foi secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e 1984, e vice-presidente em 1985 e 1986. Nesse ano é eleito deputado federal Constituinte, ficando entre os dez mais votados do Rio Grande do Sul. Neste período é considerado um dos principais articuladores das conquistas do Capítulo da Constituição que trata da Ordem Social. É reeleito em 1990. Em 1994, é novamente reconduzido a Câmara Federal, sendo o mais votado dos três Estados do sul do país, com 138.558 votos. Em 1997, é eleito Terceiro Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, marcando sua gestão com suas características mais fortes: a verdade e a transparência. Neste período continuou desenvolvendo e ampliando seu trabalho nas questões sociais, recebeu títulos, troféus no RS e no Brasil. Nas eleições de 1998 é reeleito para o 4º mandato, sendo o mais votado no Rio Grande do Sul, com 213.824 votos.

O trabalho de Paulo Paim é recompensado nas eleições de 2002. A vitória dependia de muitos fatores e as pesquisas eleitorais colocavam o parlamentar sempre em quarto lugar. Após uma acirrada disputa entre fortes candidatos, as urnas revelaram a verdade: o povo gaúcho elege Paim senador com 2.102.904 votos. É o reconhecimento do trabalho realizado em quatro mandatos na Câmara Federal, inteiramente dedicados às causas sociais, aos trabalhadores, aposentados, negros, índios, mulheres, crianças, discriminados, servidores públicos. O Senado representa a continuidade e ampliação do projeto desenvolvido pelo parlamentar durante toda a sua vida.

Paulo Paim publicou, entre outros títulos, *Vida – Sonhos e Poesia* (2001), *Cumplicidade – Política em poesia* (2004) e *Salário Mínimo – Uma história de luta* (2005).

APRESENTAÇÃO

A idéia e a elaboração deste livro é fruto de um trabalho coletivo construído pela equipe de meus gabinetes em Brasília e em Canoas (Centro de Integração Paulo Paim – CIPP). Além de contar com a participação dos conselhos políticos de meu mandato, do projeto *Cantando as Diferenças*, de alguns amigos e de colaboradores que me acompanham nesta jornada de mais de 35 anos de vida pública.

A obra é baseada em reminiscências, pronunciamentos, depoimentos, artigos, notícias, cartas e entrevistas. A linha do tempo inicia em 1954 e vai até 2002. Isso não significa que não faça incursões na primeira metade de meu mandato de Senador da República. A bem da verdade, este livro é um pequeno olhar sobre alguns fatos que considero importantes e que creio ter influenciado de alguma forma minha trajetória.

“Não se espera o sol nascer” fala um pouco da minha infância, juventude e militâncias estudantil e sindical. Também discorro sobre homens públicos que foram fundamentais na minha formação pessoal e política.

A minha atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1988 é reportada em “É hora de molhar a terra”. Para escrever sobre a década de 1990 pedi licença ao poeta espanhol Antonio Machado: “o caminho se faz caminhando”. Os idosos, negros, índios, pessoas com deficiência e conselhos políticos são tratados no último capítulo “Amassando barro com o povo”.

Aos meus leitores, desejo uma boa viagem por estas páginas que trazem um pouco de tudo e muito de mim. Um forte abraço de quem ainda não perdeu a condição de sonhar, e que Deus permita que outros livros venham a lume, pois muitas coisas ainda precisam ser contadas....

Senador Paulo Paim

Assim eu creio

Estou terminando este livro. É início da primavera. As flores já começaram a desabrochar nos jardins, nas praças, nos campos e nos bosques. O sentimento que tenho é que esta estação do ano sinaliza a construção de novos caminhos, horizontes, sóis e luas. Esse sentir certamente não me é novo ou estranho, posso inclusive ter me acostumado a ele mas, é fundamental que eu diga. Preciso dizer. Pois, para o bem da verdade, sempre foi assim, inquestionavelmente: transpor rios em busca do sonho que está por vir é a esperança que carrego... desde criança, desde quando entrei pela primeira vez numa sala de aula, desde quando não pude abraçar o meu pai, desde quando vi meus filhos nascerem. É intrínseco... está no meu sangue, na minha pele, no meu olhar, na minha voz, no meu suor e na minha saliva. Confesso que de uns anos para cá

venho sofrendo como os poetas que morrem cedo. Sei que vocês devem estar se perguntando: Mas, por quê? Durante toda a minha existência fui embalado pelos sons das ruas, dos portões das fábricas, dos colégios, dos campos, das paradas de ônibus, das florestas, das cascatas, pelo lamento dos oprimidos e discriminados, do povo inquieto a tocar seus tambores e a exigir um país melhor para todos. Será que estou perdendo a condição de entender o presente? Ou será que o coletivo inconsciente da indignação se esfumou pelos tempos? Onde está a batida dos tambores que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura, as Diretas Já, o impeachment, a cassação de corruptos, a reforma agrária, os direitos da cidadania, mais empregos, um salário-mínimo descente, a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas... A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história, mas, sendo assim, o que dizer daqueles que a aviltam? Que a corrompem? Que a esmagam? Que a esquecem? Que a assaltam? Serão eles saqueadores da dignidade de toda uma Nação? Fico ao lado dos meus: se tiver de começar tudo outra vez, faço com a mesma paixão. A minha mensagem é a minha vida... embalada caudalosamente pelo rufar dos tambores.

Assim eu creio

Terminei este livro na primeira semana de setembro de 2006. Daqui a alguns dias a primavera chegará com seu encanto e as flores desabrocharão nos jardins, nas praças, nos campos e nos bosques. O sentimento que tenho é que essa estação do ano sinaliza a construção de novos caminhos, horizontes, sóis e luas. Este sentir certamente não me é novo ou estranho, posso inclusive ter me acostumado a ele, mas é fundamental que eu diga. Preciso dizer. Pois, para o bem da verdade, sempre foi assim, inquestionavelmente: transpor rios em busca do sonho que está por vir é a esperança que carrego... desde quando era criança, desde quando entrei pela primeira vez numa sala de aula, desde quando não pude abraçar o meu pai, desde quando vi meus filhos nascerem. É intrínseco... está no meu sangue, na minha pele, no meu olhar, na minha voz, no meu suor e na saliva da minha boca. Confesso que de uns anos para cá venho sofrendo como os poetas que morrem cedo. Sei que vocês devem estar se perguntando: Mas, porquê? Durante toda a minha existência fui impulsionado pelos sons das ruas, dos portões das fábricas, do passo apressado, dos colégios, das paradas de ônibus, das florestas, das águas, pelo lamento dos oprimidos e discriminados, do povo inquieto a tocar seus tambores e exigir um país melhor para todos. Será que estou perdendo a condição de entender o presente? Ou será que o coletivo inconsciente da indignação esfumou-se pelos

tempos? Onde está a batida dos tambores que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura, as Diretas Já, o Fora Collor, a cassação de corruptos, os direitos da cidadania, um salário-mínimo descente, a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas... A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história, mas, em sendo assim, o que dizer daqueles que a aviltam? Que a corrompem? Que a esmagam? Que a esquecem? Que a assaltam? Serão eles saqueadores da dignidade de toda uma nação? Fico ao lado dos meus: se tiver que começar tudo outra vez, farei com a mesma paixão. “A minha mensagem é a minha vida”... embalada caudalosamente pelo rufar dos tambores.

O RUFAR DOS TAMBORES

SENADOR PAULO PAIM

CAPÍTULO I NÃO SE ESPERA O SOL NASCER

1. A casa

O que mais me deixa angustiado é querer fazer algo e não conseguir ir adiante. Ficar matutando pelas noites qual a melhor maneira de se iniciar um combate. Ou melhor, um bom combate. Parece ser coisa das mais simples. Por certo, todos vocês concordam comigo. E foi justamente a partir dessas coisas simples que nos rodeiam que me dei conta de que: da mistura da água e da terra, nasce o barro. E há quem diga que “tudo nasce em barro”. Essa matéria-prima acompanha o homem desde os primórdios da civilização. Primeiro por uma questão de necessidade, ou seja, era preciso estocar alimentos e água. E daí é que surgiram os potes e as moringas. Depois vieram as casinhas de pau-a-pique, as casas, as moradias, os artesanatos, as igrejas, os santos de barro, e muitas cidades construídas.

Comecei a trabalhar aos oito anos de idade, amassando barro numa fábrica de vasos em Caxias do Sul (RS), minha cidade natal. Foi por uma questão de necessidade, já que lugar de criança é na escola. A pequena fábrica se chamava Atílio Bovo e ficava quase ao lado da nossa casa, na Rua Antônio José Ribeiro Mendes nº 2220, no bairro Santa Catarina. A minha função era amassar barro com as mãos. Ficava fascinado vendo aqueles artesãos forjarem variadas formas de todos os tamanhos como vasos, panelas, estatuetas, copos e jarros. Para mim aquelas mãos operárias eram como se fossem ventres.

Tempos difíceis que me ensinaram desde cedo, a ter responsabilidade em todas as ações que faço. Isso eu herdei de meus pais, Ignácio Alves Paim e Itália Ventura da Silva Paim, ambos já falecidos. Ele meta-

lúrgico, ela dona-de-casa. Dona Itália, como os mais chegados a chamavam, foi exemplo de guerreira que soube em sua trincheira educar a mim e a meus irmãos: Ariovaldo Alves Paim (já falecido), Homero Alves Paim, Terezinha Marlene Paim de Lima (já falecida), Anaro Paim, André Paim, João Teodardo da Silva Paim, Mari Regina Paim, Flávio Ricardo Paim, Ignácio Alves Paim Filho e Neli Paim Neves (nossa irmã de criação).

Quando lancei em 2004 o livro “Cumplicidade: Poesia em política” fiz uma pequena homenagem para meus pais e irmãos.

“Eles eram dois. Nós éramos dez. Pai e mãe. Os dez eram irmãos. Eles saíam cedo. À noite sentavam à mesa e nos contavam da vida. Eles partiram... Agora, devem estar cavalgando nas pradarias do céu. Quando eu morrer, tenho impressão de que chegarei voando, e de mãos dadas, iremos caminhando”.

Na elaboração do “Cumplicidade” no final de junho de 2003, meu irmão André enviou um belo poema com o título de “Tributo à casa cinza dos Paim”. Ele foi direto ao ponto que nos unia. Tive uma forte identificação e acredito que os meus outros irmãos também.

“Eram dez irmãos. Eram tantas mãos. Eram tantas cabeças. Eram tantas bocas. Eram tantos medos. Eram tantas vidas. Eram tantos sonhos. Eram dias de buscar respostas. Eram dias de conter as lágrimas. Assim era eu. Assim eram eles. Assim era ela. Todos no abrigo na velha casa cinza que abrigou todas as nossas expectativas de vida. Ela, a fiel companhia não existe mais”.

Os anos 1950 foram conturbados para o país. A morte do presidente Getúlio Vargas me marcou. Embora com os meus quatro anos à época, ainda tenho vivo na memória quando o Dante Andreis noticiou a tragédia pela ZYF-3, rádio Caxias do Sul. Meu pai não se conteve e chorou muito. Era um getulista, como nós gaúchos falamos, dos “quatro costados”.

Com certeza Vargas foi o maior presidente que este país já teve. Quando ele assumiu a chefia da Nação pela primeira vez, em 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola. Em 1954, “ao deixar a vida para entrar na história”, nos legou um país moderno. Foi por sua decisão que foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia do Vale do Rio Doce, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – atual BNDES-, a Petrobrás e a Eletrobrás.

O Ministério do Trabalho foi criado, e em pouco tempo as relações trabalhistas sofreram profundas transformações. O Brasil conheceu a Justiça do Trabalho e a Previdência Social. Surgiram os sindicatos de patrões e empregados. Nasce também a Consolidação

das Leis Trabalhistas (CLT), o salário mínimo, as férias anuais, o descanso semanal remunerado e a carteira de trabalho. Tudo isso são “crias” do velho Getúlio.

Sempre quando tenho oportunidade digo que a “República” fundada por Vargas traçou novos horizontes para o país. A economia saiu do campo para se industrializar, movida pelos braços dos trabalhadores que, pela primeira vez, ganharam a proteção do Estado.

Em 2003, na condição de Vice-Presidente do Senado Federal, em pronunciamento conferido em sessão especial, disse que “a obra feita por Getúlio Vargas teve bons alicerces e por isso ela resiste. Getúlio Vargas, é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais estarão sempre vivos”.

Depois da experiência de amassar barro, lancei-me em uma nova empreitada. Queria alcançar vãos mais altos. Foi quando surgiu a oportunidade de ser vendedor de quadros. Perambulava pelo centro de Caxias oferecendo “obras de arte”. Eram gravuras da Última-Ceia, do Sagrado Coração de Jesus, paisagens e, é claro, da Seleção Brasileira campeã de 1958.

O destino ainda me reservava outras surpresas. Certo dia o meu irmão Ariovaldo chegou com a notícia de que uma marcenaria ali perto de casa estava precisando de gente para trabalhar. Na mesma tarde me apresentei. Nem acreditava. Eu, com meus onze anos e já havia trabalhado amassando barro, vendendo quadros e agora seria marceneiro. Para mim foi um orgulho, pois estava ajudando no orçamento familiar.

Como metalúrgico meu pai ganhava um salário mínimo. Com esse dinheiro ele sustentava toda a nossa família. Foi nesse período, com Juscelino Kubitschek na presidência da República, que os trabalhadores brasileiros tiveram o maior salário mínimo da história. Dados indicam que o salário mínimo de JK representaria hoje R\$ 750.

Anos depois, e já na militância sindical, ficava discutindo no sindicato e tentando entender por que Juscelino Kubitschek foi um dos presidentes mais populares do Brasil. Quais foram os caminhos que levaram a construção desse verdadeiro “carinho coletivo” que JK possuía? Homem de personalidade marcante, sonhou um Brasil moderno do qual os brasileiros pudessem ter orgulho. Queria um Brasil Pátria. Um Brasil Nação. Um Brasil respeitado. E, para tanto, não mediou esforços: o “Plano de Metas 50 anos em cinco”, estradas, portos, indústrias, empregos e a construção de Brasília. Olhando para trás tenho a impressão de que o seu governo foi um divisor de águas que colocou o Brasil na agenda internacional de desenvolvimento econômico e social.

Voltando ao salário mínimo, no final de 2005 aprovamos a instalação de uma comissão mista especial

do Congresso com a participação de 11 senadores e 11 deputados com igual número de suplentes para discutir uma política efetiva de recuperação de compra para o salário mínimo. A comissão foi instalada em março de 2006, cabendo a presidência ao deputado federal Jackson Barreto do PTB do estado de Sergipe; a vice-presidência ao deputado federal e ex-ministro do Trabalho, Walter Barelli, do PSDB de São Paulo. Fui escolhido relator. Com certeza a instalação de uma comissão especial sobre o salário mínimo foi uma grande vitória.

Pelas ondas da ZYF-3, ficamos sabendo que o presidente Jânio Quadros havia renunciado. Era 25 de agosto de 1961. Até a metade de setembro o assunto que predominou lá em casa foi quem deveria assumir, ou até mesmo, se Jânio poderia ou não fechar o Congresso. Para os mais afoitos da vizinhança a guerra civil estava por vir.

O governador do estado, Leonel Brizola, mobilizou a Brigada Militar e toda a sociedade gaúcha contra a intenção de uma junta militar, que havia sido nomeada pelo próprio Jânio, de não dar posse ao vice-presidente legítimo, João Belchior Marques Goulart, o Jango. Aqueles 12 dias foram de surpresas, novidades e medo. Eu e meus irmãos sabíamos que os nossos pais estavam preocupados com a crise que se iniciava.

De Porto Alegre, o meu irmão Homero, avisou que o Brizola estava convocando os gaúchos para resistirem. Muitos, inclusive vários amigos do papai, estavam se dirigindo à capital para se apresentarem no “mata-borrão” (Borges de Medeiros esquina Salgado Filho), como voluntários.

A Rede da Legalidade que Brizola articulou pela Rádio Guaíba foi fundamental para o apoio das ruas. Quando o III Exército aderiu à manutenção dos princípios constitucionais houve uma euforia em todo o Rio Grande Sul. O tio Sebastião (irmão caçula do meu pai), bem ao estilo de gaúcho serrano, dizia que: “nos sobra cavalo nessa carreira”.

Em setembro de 1964, o meu pai foi obrigado a retirar da parede um quadro com a foto de Leonel Brizola. Ela estava proibida pelos milicos, e ele a escondeu embaixo do colchão, mas antes disse a todos nós: “Este é o homem, ele voltará”.

Tive a honra de conhecer pessoalmente Leonel Brizola. Tanto na volta do exílio como na campanha das Diretas. Quando se deu a crise da reforma da Previdência, em 2003, ele esteve em meu gabinete. Nessa oportunidade eu era vice-presidente do Senado Federal. Conversamos muito. Lá pelas tantas, o velho caudilho disse: “Senador Paim, estou lhe convidando a aderir ao trabalhismo. O PDT está a sua disposição”.

Com a morte de Leonel Brizola, o Brasil perdeu um dos maiores homens da República desde os tempos de Vargas. Brizola entendia e interpretava como ninguém as necessidades e aspirações do trabalhador brasileiro. Soube sem dúvida mobilizar a classe trabalhadora para arripio das elites.

2. Estudantes

A trajetória do movimento estudantil é uma bela página da história do Brasil. Os estudantes se integraram em várias lutas: na independência, na abolição e na proclamação da República. Mais recentemente o movimento foi de extraordinário valor para a democracia e a liberdade deste país. Mas isto teve um preço, que até hoje deve ser lembrado, como por exemplo, a morte do estudante Edson Luís, assassinado pela ditadura em 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

Quando os militares atearam fogo na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, logo após o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, eu já era presidente do Grêmio Estudantil do Ginásio Noturno Alberto Pasqualini, de Caxias do Sul. Eram meus companheiros o Jamir, Bernardete, Frigieri e o Pinheiro. A diretoria do grêmio era enxuta, mas bem atuante. Fazíamos de tudo um pouco. Mas, o que mais gostávamos de fazer era política.

Às 5 da tarde daquela quarta-feira, final de junho, quando o ônibus entrou na estação rodoviária de Caxias do Sul tive a sensação de que algo ruim estava por acontecer. Estava vindo de Porto Alegre onde participei de uma mobilização contra o golpe. Em plena capital gaúcha conspiramos juntamente com sindicalistas e políticos. Queríamos resistir.

Quando fui levado para a delegacia não pude me conter e tentei, sem conseguir resultado, convencer o policial de que o Brasil não suportaria um regime militar. “A democracia e o voto direto são as melhores opções”, dizia. Ele apenas me mandou calar a boca, além, é claro, de me chamar de “guri comunista”. Essa experiência durou pouquíssimas horas. O meu pai tinha bom relacionamento na comunidade. Fui solto às 22 horas.

Tenho muito carinho pelo movimento estudantil. É uma escola onde se aprende muito e se faz muito. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) são marcos divisórios na luta estudantil brasileira e na vida política nacional. Em uma das primeiras resoluções da UNE, aprovada durante o 2º Conselho Nacional dos Estudantes, em 1938, está “a luta pela indústria siderúrgica nacional, sem que, o Brasil jamais se libertará”. A entidade lutou para a criação da Petrobrás. Foi às ruas apoiar as Reformas de Base de Jango. A

propósito, desse líder trabalhista, muito pouco se tem falado. Ou o que se diz vem com a marca da inverdade. Mas, deixemos bem claro algumas coisas: ele foi o único ex-presidente a morrer no exílio (06 de dezembro de 1976), em Mercedes, na Argentina. Mesmo morto quase foi impedido de voltar à Pátria. Não teve sequer o direito ao luto oficial que a Constituição determinava. Até hoje, sob sua morte, paira a suspeita de ter sido encomendada pela “Operação Condor” que abateu vários líderes na América Latina e que foi objeto de investigação por uma comissão externa na Câmara dos Deputados. Para se ter uma idéia de algumas atitudes tomadas por ele, temos o incentivo a sindicalização rural e o reconhecimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) por considerá-lo legítimo poder de pressão social. No clima de atender as reivindicações dos assalariados, foram concedidas velhas aspirações da classe trabalhadora, como o 13º salário, cuja lei de autoria do ex-deputado Floriceno Paixão foi aprovada pelo Congresso Nacional com o incentivo e apoio do governo federal. Além disso, o governo Jango encampou as refinarias pertencentes ao capital privado e entregou para a Petrobrás o monopólio da importação de petróleo e seus derivados. Estabeleceu normas disciplinares de toda e qualquer concessão para a exploração de riqueza mineral do país, de modo a proteger os interesses nacionais.

Com a redemocratização nos anos 1980, os estudantes participaram ativamente da Constituinte. Logo que assumi como deputado Constituinte em 1987, fui procurado por diversas lideranças estudantis que queriam voz e vez no Congresso. Nos anos 1990, o movimento estudantil lutou bravamente contra as privatizações iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, particularmente contra a venda das Companhias Vale do Rio Doce e da Siderúrgica Nacional. Os caras-pintadas foram decisivos para o impeachment de Collor.

Atualmente o movimento estudantil tem sido um dos protagonistas do debate em torno da Reforma Universitária, principalmente, reivindicando bandeiras históricas como a ampliação de vagas públicas, abertura de cursos noturnos e o estabelecimento de cotas para negros, índios e pobres nas universidades.

Em maio de 2006, concedi uma entrevista para o sitio oficial da UNE, sobre projeto de minha autoria que propõe que as instituições de ensino superior da área privada reservem 15% de suas vagas para alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. O projeto prevê que um terço dos beneficiados terão direito a 80% de desconto nas mensalidades e os outros dois terços 50%. Para manter o benefício, os estudantes serão obrigados a comprovar frequência e

desempenho acadêmicos suficientes. O projeto é destinado apenas às instituições que já recebem algum tipo de ganho fiscal do governo.

Reitero que, se o objetivo do Plano Nacional de Educação é garantir a educação superior para 30% dos brasileiros de 18 a 24 anos, é urgente que, além de aumentar as vagas gratuitas nas universidades públicas, sejam criados mecanismos de apoio aos estudantes carentes das instituições privadas de educação superior, e o nosso projeto tem esse objetivo.

Fui chamado de demagogo. Se, ser demagogo é ser verdadeiro, então, digo que sou. Está na hora de o Brasil acordar e deixar a hipocrisia de lado.

3. Ferro e alumínio

Ingressei no Serviço Nacional da Indústria (Senai) no meio dos anos 1960. Ia de pé até o Senai. Entre ida e volta até chegar em casa dava mais de 40 km. Eram meus colegas o Jaime Perin, Nauro Roncada e o Zeca. Foram anos de muito estudo e aprendizado. Apreendi a fazer matrizes de moldes para fundição de peças em ferro, alumínio e plástico. Já formado fui em busca de trabalho. O meu primeiro emprego após sair do Senai foi na Getal. Depois passei pelas indústrias Dalsoquio Meneguti e pela Abramo Eberle, ambas de Caxias do Sul.

Foi neste período que nas horas vagas e nos finais de semana jogava na categoria juvenil do Esporte Clube Juventude, tendo como treinador o Irajá Carvalho. Tínhamos uma grande equipe: Rubinho, Batata, Scott, Vanzin, Celino, Tonho, Manoel Fernando (Didi), entre outros. Depois atuei no time da Eberle (eu era o capitão) ao lado do Corotti, Getuliano, Flexa, Didi, Segalão, Dez, Laurinho e o Mandica.

“Em 1967, eu estudava no colégio do Carmo e fui convidado por amigos para treinar no Juventude. Foi lá que tive a grata satisfação de conhecer o Paulo Renato Paim. Ele já tinha o perfil de um líder. Era ativo, olhar firme e de ótima empatia com todos. O treinador dos profissionais, o saudoso Daltro Menezes, era seu admirador. Já o Pastelão dizia que o futebol do Paim era belo”. (Depoimento de Manoel Fernando Rosa e Silva – Didi).

O trabalho de um operário metalúrgico é árduo e requer conhecimento, e no meu caso, que era um modelista e matizeiro, muita dedicação e atenção.

O crescimento econômico do país exigia trabalhadores capacitados. Getúlio Vargas negociou com os empresários a criação desse importante pólo de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Assim, no dia 22 de janeiro de 1942, pelo decreto-lei 4.048, nascia o Senai.

Importantes figuras da nossa política passaram pelo Senai nesses mais de 60 anos de funcionamento.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva, os ex-deputados João Paulo Pires Vasconcelos e Jair Meneguelli, entre outros. Hoje o Senai é o maior complexo de educação profissional da América Latina.

O Brasil está começando a compreender a importância do ensino profissional. Mas, ainda estamos a passos curtos. Milhões de jovens não têm acesso às universidades e ao ensino técnico. Jovens que tentam entrar no mercado de trabalho, mas que não tem a devida qualificação profissional.

Sempre penso na minha trajetória de vida e na de muitos outros que freqüentaram as escolas técnicas e galgaram posições importantes no cenário nacional. Ora, se eu pude cursar uma escola profissional, por que os jovens de hoje também não podem? Já tive vários relatos de meninos e meninas sobre o desespero que é “dar com a porta na cara por falta de qualificação adequada”.

Acredito que o ensino profissionalizante é de fundamental importância para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada a responder os desafios das modificações tecnológicas e da globalização. Assim, esses novos trabalhadores estariam contribuindo para um novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudando a fazer do Brasil um país cada vez mais justo e soberano.

Em 2003, e já integrando a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, apresentei no Senado Federal Projeto de Lei de Nº 274 que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP). O objetivo da proposta é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho das pessoas mais jovens.

Estou convicto de que a responsabilidade de uma implementação na educação profissional deve ser compartilhada entre as múltiplas instâncias do poder público e da sociedade civil. Devemos cada vez mais pensar na consolidação da idéia de uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todos os municípios, respeitando a vocação de cada comunidade e região.

O Centro Tecnológico Estadual Parobé de Porto Alegre, comemorou no dia 1º de julho de 2006, cem anos de existência. Esta Escola é motivo de orgulho para os gaúchos, uma referência nacional e um marco do ensino profissionalizante.

O Parobé nasceu por iniciativa de um grupo de professores da Escola de Engenharia, liderados por João José Pereira Parobé. Iniciou oferecendo cursos de marcenaria e forja a seus 16 alunos e funcionava nos porões da Escola de Engenharia. Ganhou sua sede

própria em 1908 e acrescentou ao currículo mais três cursos: mecânica, serralheria e carpintaria.

O Instituto vai crescendo, com aulas nos três turnos e estabelece convênios com escolas similares da Europa. Em 1932 passa a integrar a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, onde é considerado um dos estabelecimentos de referência por sua qualidade excepcional de ensino e o nível superior de seus jovens formandos.

O Parobé superou a crise originária da Reforma do Ensino em 1971, mediante a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação quando passou a receber o aporte de recursos e o redirecionamento de seus cursos à profissões emergentes e de futuro.

A Escola oferece hoje cinco cursos técnico-profissionalizantes de tecnologia avançada em duas grandes áreas: na área da indústria, cursos em eletrônica, eletrotécnica e mecânica. Na área da construção civil, cursos em edificações e em estradas. Oferece também o ensino médio regular. Os 3986 alunos operam com GPS, tornos computadorizados, eletrônica de ponta e outros equipamentos e ferramentas modernos.

Na escola os alunos podem aprender tarefas de alta especialização como regulagem de elevadores, testes de material elétrico, levantamentos topográficos, analisar características de metais, operar centrais telefônicas entre outras. Estes alunos facilmente encontram oferta de estágio das empresas. Cerca de 1200 empresas buscam esses profissionais.

A escola oferece ainda à comunidade, cursos de especialização, centro de idiomas, grupo de terceira idade e estação de radioamadores. Não posso deixar de mencionar também a importante parceria do Sindicato dos Técnicos Industriais – SINTEC, que representa legalmente esses técnicos, promove e protege o exercício profissional.

Trata-se de uma escola exemplar, na forma de um moderno centro tecnológico, uma Instituição pública e gratuita, com espírito empreendedor e visão de futuro. O legado da Escola para o nosso Rio Grande é incalculável.

4. Metalúrgicos

Em 1978 o movimento sindical estava retomando as velhas lutas aguerridas. Em São Bernardo do Campo, São Paulo, 1600 metalúrgicos da Scania do Brasil entraram em greve. No setor da saúde, entraram também em greve os residentes dos hospitais da cidade de São Paulo. A ditadura militar que governava o país desde o golpe de 1964, proibiu por decreto a greve dos funcionários dos serviços públicos, o que não impediu a paralisação dos professores das redes municipal e estadual. Metalúrgicos de Guarulhos, Osasco e São Paulo entram em greve. Luis Inácio

Lula da Silva desponta como o grande líder dos trabalhadores. O jovem negro Robson Silveira da Luz é assassinado nas dependências do 44º distrito policial de Guaianases (SP).

Em março de 1978, eu fui morar no morro da Tuca, em Porto Alegre. Depois me mudei para o bairro Sarandi e logo em seguida para a cidade de Gravataí, na região metropolitana.

Fiquei trabalhando pouco tempo na fábrica de fogões Wallig, em Porto Alegre. A Forjasul, em Canoas, foi o meu destino. A partir daí eu e minha família passamos a residir no bairro Igara.

No início de 1979, fui escolhido para presidir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Forjasul. A CIPA é uma comissão composta por representantes do empregador e dos empregados, e tem como objetivo a preservação da saúde e da integridade física de todos os trabalhadores da empresa. Tenho ainda na lembrança o acidente que ocorreu com o Udo Fernando. Ao mexer em uma rosqueadeira ele perdeu parte do braço direito. Foi um dia triste para todos nós.

“Eu conheci o Paulo Paim na Forjasul, na luta interna na fábrica por melhores condições de trabalho. Desde aquele tempo ele já tinha uma atuação destacada. Quando a gente ganhou o sindicato em 81 ninguém imaginava que os metalúrgicos de Canoas iam ganhar a projeção que ganharam. E o Paim, com sua liderança, foi, e é, a expressão deste trabalho. A partir daí, o Paim foi desempenhando um papel cada vez mais importante no movimento sindical estadual e nacional. E a importância dele hoje é a importância desta nova mentalidade que surgiu no sindicalismo brasileiro. Uma mentalidade diferente e uma maneira de atuar diferente, sem nunca medir esforços para avançar a luta da classe operária pelo socialismo”. (Depoimento concedido em 1985 por José Gilmar Pedruzzi – Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas).

Fui me envolvendo cada vez mais na militância sindical. Participava das assembleias e percebia que estava diante de direções que caminhavam muito devagar. Aquelas reuniões me sufocavam. As posições dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, eram conservadoras. Algo precisava ser feito.

Os companheiros que participaram do Congresso dos Metalúrgicos realizado em janeiro de 1979 na cidade de Lins, em São Paulo, voltaram entusiasmados com a notícia de que seria criado um partido de trabalhadores. As movimentações continuavam em escala

crescente. Nesse mesmo ano, Lula lidera uma greve em São Paulo: 160 mil metalúrgicos paralisados. Na região do ABC paulista uma greve geral envolve cerca de 200 mil trabalhadores. Na capital mineira, Belo Horizonte, trabalhadores da construção civil cruzam os braços. Os caminhões distribuidores de óleo paralisam suas atividades em Minas Gerais e em São Paulo. Oitenta mil metalúrgicos entram em greve no Rio de Janeiro. Em São Luís, no Maranhão, ocorrem choques entre estudantes e policiais. Esse era o quadro do Brasil no final dos anos 70 e início dos 80.

O Rio Grande do Sul não deixou por menos. Em agosto de 1979 cerca de três mil trabalhadores da construção civil entram em greve. A repressão foi violenta envolvendo tropa de choque da BM nas imediações do Palácio Piratini, em Porto Alegre. Outras categorias como os trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo e os mineiros da região carbonífera seguiram o mesmo caminho. Em setembro a greve paralisou o setor do vestuário liderado pelo João Paulo e o de transporte de cargas. Os bancários tendo a frente o Olívio paralisaram por dez dias. Os professores fizeram uma das mais longas paralisações no Estado e os estudantes voltaram às ruas para pedir o fim da ditadura.

O professor Adair do PT me procurou na porta da Forjasul para que eu liderasse uma oposição em Canoas. Ele disse: “Paim, você pode mudar a história dos metalúrgicos”. Fiquei de pensar, pois estava bem empregado e tinha estabilidade no emprego. Também fui procurado pelo Carlos Araújo e pelo Fumaça, ambos do PDT.

O presidente da Forjasul, Eugênio Manfrói, me disse: “Paim, se você vai ser candidato, vá e vença. Caso contrário não vou querer que você retorne a fábrica como um perdedor”. Depois dessa frase do senhor Manfrói eu fiquei convencido como diz o ditado que o importante é competir... mas melhor ainda é vencer.

Eu, o Sérgio Matte, o Gilmar Pedruzzi, a Maria Eunice, o José Clóvis Oliveira, o Jorge Pires, o Padre (já falecido), o Milton da Rosa, o Ciro (já falecido) o Freitas, o Nélio e o seu Auro (já falecido), encontrávamos no final do expediente para discutirmos a situação dos trabalhadores e a realidade do país. Montamos assim uma verdadeira oposição.

Depois de muita luta mudamos a diretoria que dominava o sindicato há mais de 20 anos. Em novembro de 1981 fui eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

O fato é que quando assumimos a diretoria em 1981, o sindicato passava por grandes dificuldades financeiras. Na época triplicamos o número de sócios. Hoje, 25 anos depois, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas é conhecido nacionalmente. Os acordos

coletivos estão entre os melhores do país. O sindicato participou de dezenas de greves, em nível de categoria ou não, quase todas vitoriosas. No aspecto de bens, ao invés de um sindicato falido e instalado num prédio de madeira, temos uma sede construída com dois pisos de alvenaria e com estrutura para mais um. Temos uma colônia de férias na praia de Mariluz e um ginásio de esportes.

Estava totalmente empenhado na luta sindical. Participava da coordenação de greves de outras categorias, como dos bancários, professores, calçados e dos trabalhadores da construção civil do Pólo Petroquímico, em Triunfo e Candiota.

No dia 7 de abril de 1983 após o término de uma assembleia eu fiquei na sede do Sindicato dos Metalúrgicos quando os companheiros que estavam em greve no Pólo me ligaram e avisaram que a situação estava muito difícil. Num confronto com a polícia o operário Calgenir Lauri dos Santos havia sido ferido com um tiro de 12 e perdera uma das pernas. Peguei a minha Brasília e fui até em casa. Relatei o fato aos meus filhos e disse que não poderia ficar para jantar e contar histórias. “Estou indo para o Pólo ficar ao lado de outros pais que estão lá lutando para que seus filhos possam viver com dignidade”. Eles me abraçaram e disseram: “Vá e volte. Nós estaremos lhe esperando”. Nesse momento eu tomei a decisão que não seria somente presidente dos metalúrgicos de Canoas. Deveria estar ao lado de todos trabalhadores onde eles estivessem. Quando me encontrei com os trabalhadores disse a eles que os meus filhos não eram melhores que os filhos deles, por isso eu estava ali ao deles na resistência.

Esse ano foi marcado pelo impulso à reorganização do movimento sindical. Coube a mim coordenar a Central Estadual dos Trabalhadores (CET) que reunia as forças do sindicalismo gaúcho. Também representei o Rio Grande do Sul na Comissão Nacional Pró-CUT.

O 1º de maio desse ano foi a primeira grande comemoração dos trabalhadores gaúchos depois de muito tempo. Nos reunimos no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre. Mais de 10 mil trabalhadores presentes contestando a ditadura e a política econômica e social do governo dos generais. Foi uma demonstração dos avanços que vinha tendo o movimento sindical gaúcho.

“Conheci o companheiro Paim nas reuniões da oposição ainda em 1980. Em 1979 o João Machado já tinha sido eleito pelos metalúrgicos de Novo Hamburgo, e o mesmo pessoal, que depois eu vim saber que era do PT, resolveu ajudar a gente na organização da oposição. Na época o troço era brabo. A gente reunia em boteco de esquina e era uma

difficuldade encontrar um que tivesse mesa e que desse para conversar com calma. Mas foi daí, do boteco da esquina, que nós surgimos. E nessa luta nós tínhamos o Paim”. (Depoimento concedido em 1986, por Sérgio Matte – Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas).

No segundo semestre recebi uma homenagem dos alunos da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e também fui escolhido paraninfo da turma de formandos. Fiz inúmeras palestras em sindicatos, colégios e universidade.

Foi nesse período que conheci o professor Antonio David Cattani. Jamais vou esquecer dele e de sua esposa, a também professora Icléia Cattani. Após ela ser demitida da PUC, doou toda a sua indenização para a minha campanha a deputado constituinte. Lembro que o Cattani fez uma lista de intelectuais gaúchos que davam uma ajuda financeira mensal para a minha campanha. Gestos como estes tem valor imensurável, mas que a história registra. Obrigado professor Antonio David Cattani. Obrigado professora Icléia Cattani.

Tive a oportunidade de representar o movimento sindical, em Montevideu, no Uruguai, junto à Comissão de Alto Nível que foi organizada no Brasil com a finalidade de prestar apoio e solidariedade aos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Dias, presos políticos que foram seqüestrados no Rio Grande do Sul com o auxílio de policiais brasileiros.

5. Greves

O desemprego corria solto no Rio Grande do Sul. O movimento popular se articula nos bairros e nas fábricas e no combate ao desemprego. Organizamos os desempregados e conseguimos distribuir 17 toneladas de alimentos e também passagens de ônibus, isso somente em Canoas. Essas vitórias só foram alcançadas graças às mobilizações e às passeatas.

Depois de quase 20 anos de governo militar organizamos a maior mobilização nacional de trabalhadores de até então. Era tudo ou nada. Paramos o Brasil com uma greve geral. O dia 21 de julho de 1983 entrou para a história. Em São Paulo participei dos preparativos da greve e depois retornei ao estado para me integrar à coordenação dos grevistas.

Na noite anterior da greve, saímos do Sindicato dos Jornalistas onde tínhamos realizado uma reunião fechada e fomos até a Assembleia Legislativa. Era uma noite fria e perigosa. Estavam comigo: o Mário Provensi da Federação dos Trabalhadores da Alimentação; o Valdomiro Orso, da Federação dos Metalúrgicos; o João Machado, dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo; o João Paulo e o Telmo, do Sindicato do Vestuário; o

Milton Mottini, do Sindicato dos Bancários; o Adão dos metalúrgicos de Porto Alegre; o Galo do Sindicato dos Motoristas; o Celso Schoreder dos jornalistas; e outras lideranças do movimento sindical. Depois de duas horas eles queriam de todo jeito que eu ficasse, por segurança, dentro da Assembléia. Não aceitei e disse: seja o que Deus quiser, mas não vou ficar aqui, vou para as ruas junto com os trabalhadores. Lá pelas 4 horas da madrugada, em frente a empresa de ônibus Canoense, de um lado estávamos nós e de outro a Brigada, de metralhadoras, cacetetes e bombas de gás. Avançaram de passos ligeiros contra nós. Os operários correram. Também cheguei a recuar alguns passos. Voltei e fui ao encontro do pelotão. Os operários voltaram comigo e o ambiente ficou tenso. Negociei com o comandante da tropa. O nosso piquete ficou onde estava.

No dia da greve a cidade de Canoas parou totalmente. Organizamos uma caminhada de trabalhadores até Porto Alegre. Saímos com pouco mais de três mil pessoas. O sol queimava. Mas estávamos determinados. Fui avisado pela polícia que algumas pessoas infiltradas na marcha poderiam causar tumultos. Respondi de imediato ao comandante para ele não se preocupar pois nenhum trabalhador invadiria alguma casa comercial e nem mesmo nenhum vidro seria quebrado. Disse a eles que sequer pisaríamos na grama ou nos canteiros, “nenhuma flor será machucada”.

Estávamos indo pela Avenida Farrapos. Quando chegamos no centro de Porto Alegre a população começou a nos dar sinais de carinho. Palmas, gritos e papéis picados eram atirados pelas janelas dos edifícios. Em frente ao Palácio Piratini era um verdadeiro mar de trabalhadores. Segundo a Brigada Militar (BM) mais de vinte mil pessoas. Fiz um discurso emocionado: “Companheiros e companheiras. Homens, mulheres e jovens que aqui estão. Saibam que hoje é um dia histórico para a classe trabalhadora. Não queremos somente melhores salários, condições de trabalho e emprego. Exigimos o fim do governo militar. Queremos democracia plena. Queremos liberdade”.

Foi neste momento que alguns provocadores cortaram o fio do microfone e gritaram “vamos invadir o palácio”. A intenção deles era desmoralizar o movimento e mostrar que não havia comando. Rapidamente cada palavra que eu falava (no gogó) os companheiros mais próximos do caminhão onde eu estava iam repetindo, e assim, foi se formando uma verdadeira onda de som que abafou as palavras de ordem daqueles que queriam fragilizar o movimento. Eu dizia: “Não a provocação, não haverá invasão, nós queremos solução. Queremos liberdade e igualdade. A democracia não aceita a violência e a agressão. Abaixo a provocação”. E o povo repetia...

Eram três horas da tarde. Após terminar o discurso, fui ovacionado. Não agüentei o cansaço e desmaiei, pois estava há dois dias e duas noites sem dormir. Anos mais tarde escrevi um pequeno poema:

Longa Caminhada
Sei que é difícil entender
Sei que hoje estou no centro do poder
Mas saibam que eu sou povo
Isto, jamais vou esquecer.

Gostaria que acreditassem
Que o luxo de Brasília
E seus palácios
A orquestra de violinos
E o piano de cauda mostram
O quanto estão longe os pandeiros
O violão, o tambor pelo povo tocado
É o cenário de um palco viciado.

Vocês sabem
Que eu não podia aceitar
Por isso eu não mudei
Não abandonei os nossos sonhos
As nossas ilusões
O que preguei.

Continuarei livre
Livre como os pássaros
Livre para cantar;
Livre para escrever, protestar
Para sonhar.

Se chorei
Foi porque minha mente e alma
Estão com vocês
Jamais os abandonarei.

A greve da empresa COEMSA em Canoas foi outra memorável façanha dos trabalhadores. Paralisamos por 12 dias. Os operários estavam organizados e conscientes, principalmente pelo desejo de conseguir estabilidade no emprego. O Sérgio Matte foi o grande líder dessa greve. Além de ser um sujeito competente e disciplinado, sem dúvida um dos maiores articuladores que eu conheci. Anos depois procurei o Matte. Ele continuava na base. Se eu pudesse, ainda hoje, diria: Palmas para o Sérgio Matte, ele merece! Ele está fazendo muita falta para o movimento sindical e social.

Nesse período outras lideranças estavam surgindo, como o Miguel Rosseto, o Padre (já falecido) e o Freitinhas.

Em 1983, houve outra grande greve no Rio Grande do Sul. Foi na usina de Candiota, em Bagé, onde

cinco operários já tinham morrido durante a sua construção. Particpei da coordenação da greve que durou oito dias. Foi uma estrondosa vitória dos trabalhadores que conseguiram estabilidade no emprego, comissão de fábrica, segurança no trabalho e avanços salariais. No final da greve os operários decidiram me homenagear. Fizeram um quadro de São Sebastião cravejado de flechas, com meu rosto, onde os três mil grevistas colocaram suas assinaturas. Tenho até hoje o quadro na sala da minha casa.

“Em 1983, eu estava na Associação da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), porque o nosso sindicato era pelego. Eu já acompanhava a luta de Paim pelos jornais. Estávamos iniciando um movimento de oposição nos telefônicos. De lá para cá, o crescimento do companheiro foi firme e constante, servindo de referência para todos os sindicalistas combativos do movimento no Rio Grande do Sul”. (Depoimento concedido em 1986, por Jurandir Leite – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do RS).

6. Movimento

Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, nos reunimos no antigo estúdio da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo, para o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Mais de cinco mil delegados, representando quase mil entidades sindicais de todo o país, decidem criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os congressistas elaboraram um estatuto e elegeram uma coordenação nacional. Aquele foi um dos momentos mais emocionantes da história da classe trabalhadora brasileira. Lembro que um companheiro do nordeste me abraçou e disse em lágrimas: “Paim, o sonho se tornou realidade”.

O pessoal de São Paulo queria ficar com a presidência e com a secretaria-geral, pois eram os cargos mais importantes da central. Lembro que não aceitamos. Como se diz “trancamos o pé”. O Rio Grande do Sul está fora e nós vamos nos retirar. Foi nesse instante que eu rasguei o crachá do congresso. Daí o Lula disse: “Afim Paim, tu queres a presidência?” E eu respondi: “Eu não quero nada, mas o meu estado não abre mão da secretaria-geral”. Fui eleito secretário-geral. E foi assim com a participação do Rio Grande do Sul que foi construída a CUT.

Um ano depois acontece o 1º Congresso Nacional da CUT, também em São Bernardo do Campo. Nove delegações estrangeiras estiveram presentes. É priorizada a estruturação horizontal da Central. São fundadas dezessete CUTs estaduais e dezessete CUTs

regionais. Acabei sendo reeleito secretário-geral. Aprovamos uma campanha nacional de lutas, com uma pauta de reivindicações tanto para a cidade como para o campo. Exigimos a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajuste salarial trimestral, autonomia sindical e reforma agrária.

“Sabíamos da formação de uma oposição sindical nos metalúrgicos de Canoas. Isso foi pelos idos de 1979. Desde o primeiro momento tivemos as melhores referências do trabalho que vinha sendo desenvolvido. Logo após, num debate promovido pelo sindicato na sede da galeria Malcon, no centro de Porto Alegre, o Paim fez uma intervenção forte, no estilo dele. Eu percebi que se tratava de um companheiro que tinha muito a contribuir para a luta dos trabalhadores”. (Depoimento concedido em 1985, por José Fortunatti – Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Presidente Regional da CUT).

As paralisações e greves continuavam pelo país. Doze mil operários da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) decidem parar. Em Minas Gerais, cerca de três mil operários da Companhia Belgo-Mineira realizam movimento por melhores salários. Em, São Caetano do Sul (SP), policiais realizam repressão violenta contra trabalhadores em greve da indústria Villares.

Novas eleições (1984) acontecem no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. A nossa diretoria é reeleita. Quando fazia campanha deixei bem claro aos trabalhadores que, se reeleito, não concorreria novamente em 1987, por entender que deveria percorrer outros caminhos.

“Ele é um rapaz franco, disposto à luta e que quer vencer. Nosso relacionamento permite muitas vezes que possamos acompanhar momentos importantes da luta do sindicato de Canoas. Qualquer decisão mais arrojada, o Paim sempre faz um contato com a gente. Na posse da diretoria, na primeira eleição, ele convidou o delegado do Trabalho, na época o Celito de Grandi. O Celito me ligou perguntando se era o caso de ir. Tinha receio de que não fosse bem recebido, pois todos sabiam que o sindicato era contra o governo, contra o Ministério do Trabalho. Eu sugeri que ele fosse comigo. Lá, o Paim fez um discurso radical, mas correu tudo bem. No fim, eu disse ao Paim que pagava para vê-lo fazer o que prometia em seu discurso, enfrentando toda a legislação sindical, a pressão do governo. O sindicato de Canoas, com o passar do tempo,

foi transformado e é considerado hoje um dos mais atuantes do estado. É democrático. A base está conscientizada e mobilizada. O sindicato mudou depois que o Paim assumiu". (Depoimento concedido em 1986, por Waldomiro Orso – Presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS).

A partir de 1985, passo a ter encontros com públicos e ambientes diferentes do que estava acostumado. No Rio de Janeiro, em uma reunião da Diretoria da Previdência Social, falei sobre a trágica situação dos trabalhadores quanto ao atendimento previdenciário. Entre outras coisas, critiquei os baixos valores das aposentadorias, as fraudes e a não existência de uma política preventiva de saúde. Na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) defendi, junto a um auditório repleto de empresários, as propostas da CUT como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Estive em Brasília por três vezes debatendo e defendendo as principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros junto aos então ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho, e Dílson Funaro, da Fazenda.

Nesse período as mobilizações não paravam. Na greve dos metalúrgicos de Canoas conseguimos a paralisação de 95% da categoria. Realizamos assembleias com a participação de mais de seis mil trabalhadores. Voltei a Bagé na greve de duas semanas da construção civil que paralisou mais de cinco mil operários, em Candiota. Os trabalhadores conseguiram conquistas econômicas que superaram quase todos os acordos de 1985 no país. Aumento real de 15%, acima do INPC em janeiro, o INPC em maio, e o INPC integral mais produtividade em novembro. Além disso conseguimos fazer com que as datas-base da categoria retornassem para 1º de maio e para 1º de novembro.

Em junho de 1986, dei o seguinte depoimento sobre a necessidade de o movimento sindical brasileiro se reciclar e se modificar para a sua própria sobrevivência: "O movimento sindical tem que ter claro que o sindicalismo de gabinete acabou. Esse sindicalismo já passou e está superado. O sindicalismo que tem que ser feito hoje é o sindicalismo de porta de fábrica, de dentro da fábrica, no local de trabalho. Falo de um sindicalismo de massa e democrático. Esse é o único sindicalismo que tem espaço. Se você não fizer assim, você não estará construindo. Você acabará prejudicando os trabalhadores e a si próprio, porque você será atropelado. É como se diz: ou você pega no ferro quente, lá na base, junto com o peão, ou você dança".

7. Tomás Borge

Como secretário-geral da CUT tive a oportunidade de estar em vários países representando o movimento sindical brasileiro. Estive no Uruguai, Argentina, Cuba, Nicarágua, Espanha, França, Holanda e Bélgica. Além de receber convites para estar na Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, Israel, comunidade palestina, e alguns países da África.

As prisões por motivos políticos já não eram tão frequentes. Porém, eu acabei detido por três vezes pela Polícia Federal quando viajava para o exterior. A primeira detenção ocorreu quando me preparava para embarcar para Havana, capital de Cuba, onde representaria a CUT em um encontro mundial de sindicalistas com a participação de mais de 80 países. A segunda prisão foi quando eu estava prestes a entrar no aeroporto Guarulhos, em São Paulo. A minha missão era representar o Brasil em um encontro de centrais sindicais que ocorreria na França. A polícia alegou que eu estaria levando um dossiê sobre a situação de miséria dos trabalhadores brasileiros do campo e da cidade. A terceira detenção aconteceu quando estava viajando para Buenos Aires, na Argentina, onde participaria como palestrante da 1ª Conferência Latino Americana de Direitos do Trabalho. Em todas essas prisões, após receber a solidariedade de vários companheiros, acabei viajando.

Guardo um carinho todo especial pela Nicarágua. O seu povo soube fazer a revolução. Quando estava lá, lembro que era um domingo. Consegui que me levassem até o "front", perto da fronteira com Honduras, onde se davam os principais combates com os "contras". Fui com alguns operários. Estávamos num jipe. Era apaixonante a conversa deles. Certa hora o Juan me disse: "olha Paim. Você está vendo aquele morro. Você está vendo o horizonte" Eu disse que sim. E ele respondeu: "pois tudo isso aí é nosso. Não tem cercas, tudo isso aí é nosso".

Em um encontro com mães de mortos na guerra perguntei a uma delas o que gostaria que eu dissesse para contribuir com a paz nas visitas que faria em outros países. E ela então me respondeu: "Diga às mães que não mandem seus filhos de cabelos louros invadirem as nossas praias, porque encontrarão nossos filhos de cabelos negros e baionetas em punho. Nossas areias brancas ficarão manchadas de sangue, e ambas choraremos os nossos filhos mortos. Diga a elas para que seus filhos venham em paz conhecer as nossas praias. Sentarão à nossa mesa e descansarão à sombra. Eles serão nossos irmãos".

Estive reunido com Tomás Borge que era um dos sete comandantes da revolução sandinista. Ele falou muito sobre a revolução: "quando estava preso,

um coronel do Anastácio Somoza, disse que o nosso líder, Carlos Fonseca, estava morto e que a revolução havia terminado. Respondi, como se fosse o primeiro dia de luta: Carlos Fonseca jamais morrerá, porque seus ideais vivem para sempre, junto a todos nós, junto a cada homem e a cada mulher da Nicarágua. Aquilo se espalhou como um rastilho de pólvora em nosso país”.

Em 19 de julho de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), derrotou a ditadura de Somoza que estava no poder há mais de 40 anos. Em fevereiro de 1990, os sandinistas foram derrotados nas urnas. A Nicarágua é hoje a segunda nação mais pobre do continente, apenas à frente do Haiti.

8. Trabalhador

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 por sindicalistas, organizações de esquerda, setores da igreja católica e, intelectuais. Em 1982, o PT participou de sua primeira eleição e Lula foi candidato ao governo de São Paulo. O lema do PT era “Trabalhador vota em Trabalhador”. No Rio Grande do Sul o companheiro Olívio Dutra candidato ao governo do estado ficou em quarto lugar.

Em setembro de 1985, depois de um grande começo em Canoas, recebi convite do próprio Lula para aderir ao PT. A minha dúvida entre PT e PDT acabaria nesse momento. Em dezembro do mesmo ano ocorreu a minha filiação.

Eu comecei a compreender a importância dos trabalhadores terem um partido político. Tínhamos consciência de que para que ocorressem mudanças sociais no Brasil tínhamos que ter um partido organizado no seio da classe trabalhadora. Outra coisa foi entender que na caminhada do movimento sindical e da CUT, era importante a minha independência. Eu defendia uma central pluralista e classista, e não uma central partidária. Então, os primeiros passos da construção da CUT, influenciaram, é claro, a minha não opção partidária, pois me preocupava a vinculação da CUT ao partido. É inegável, também, que na minha posição de optar pelo PT estava jogada a questão da Constituinte. Eu entendia que as propostas dos trabalhadores na nova Constituição deveriam entrar por homens comprometidos com a classe trabalhadora.

“O Paim é um grande companheiro de luta, e agora, um construtor do Partido dos Trabalhadores. Desde 1981 Paim demonstrou ser um dirigente sindical que merece a confiança que os trabalhadores depositam nela. Não só mudou radicalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, transformando-o em exemplo e apoio para todos os trabalha-

dores combativos, como está no dia-a-dia da construção da CUT. Tê-lo como companheiro de Partido é a reafirmação de que vamos, no caminho da construção da grande arma de unidade política dos trabalhadores – o PT. Muitas vezes tem sido emocionante, profundamente emocionante, enfrentar momentos da história da luta dos trabalhadores ao lado deste guerreiro”. (Depoimento concedido em 1985, por Olívio Dutra – Presidente do PT do Rio Grande do Sul).

9. Santinhos

Eu e o Jorge Pires estávamos indo para Erechim em um fusca branco pilotado pelo então candidato a deputado estadual, Selvino Heck. Depois iríamos para Passo Fundo onde eu faria uma palestra para os sindicatos da região. Lá pelas tantas o pneu dianteiro da esquerda furou. Quando fomos trocar não havia estepe. Ficamos quase uma hora tentando ajuda. Até que fomos socorridos por um borracheiro que passava ali perto. Se não estou enganado ele se chamava Pedro Antônio. O fato é que ele além de arrumar o pneu, nos deu um reserva de presente e não nos cobrou nada.

Sempre quando tenho oportunidade conto esse fato. Mas, até poderia contar outros para mostrar qual era a nossa realidade. Não tínhamos dinheiro para fazer os “santinhos”. Apelávamos para papel de pão e manualmente colocávamos “Para deputado federal vote em Paim”. Assim foi a nossa campanha que só foi possível, pois teve a ajuda infinita dos amigos, do movimento sindical e dos trabalhadores que acreditaram em nós. Até hoje sou grato por isso.

“Um empresário, um político profissional, ou um latifundiário, irão criar leis de interesse dos Trabalhadores? Claro que não! Eles vão trabalhar o tempo todo para que suas riquezas, seus lucros e seu patrimônio sejam garantidos.

Quem poderá defender os direitos dos trabalhadores são os próprios trabalhadores. São aqueles que já vêm lutando junto com os trabalhadores e que continuarão a lutar também na Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso é extremamente importante eleger representantes autênticos. Não é mais possível passar procuração para a elite que fala muito, que promete tudo e que só aparece para pedir votos na próxima eleição.

Não é mais possível eleger políticos que lutam por vantagens. Que se esforçam para obter favores que beneficiem apenas algumas pessoas, ou algum grupo. Estes políticos estão fazendo a mesma coisa há mais de 50 anos e não mudam nada.

Os trabalhadores não querem esmolas, eles querem uma vida melhor e mais digna para si e sua família e para isto é necessário mudanças que atinjam a maior parte da população.

A população brasileira está dividida entre uma minoria sem problemas de dinheiro, saúde, educação etc, e a grande maioria que sofre a falta de educação, saúde, emprego e terra para trabalhar. Nunca na história do Brasil se viu tanta riqueza de um lado e tanta miséria de outro. Os ricos no Brasil são tão ricos porque têm 80% da população trabalhando para eles. E com a Constituinte eles querem garantir que isto continue.

Por tudo isso, é necessário eleger representantes autênticos dos trabalhadores. Constituintes com tradição de luta e que possam levar esta luta também no Congresso”. (Trecho de palestra proferida por Paulo Paim em agosto de 1986).

No dia 15 de novembro de 1986 fui eleito deputado Constituinte com 47.378 votos.

O RUFAR DOS TAMBORES

SENADOR PAULO PAIM

CAPÍTULO II É HORA DE MOLHAR A TERRA

1. Brasília

Às 11 horas e 30 minutos do dia 20 de janeiro de 1987 desembarquei no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. O José Mota Pinto – que seria meu chefe de gabinete-, esperava-me. Com um sorriso largo me deu um abraço e foi logo falando: “E aí deputado Paulo Paim, pronto pra peleia?”. A que respondi com todo o entusiasmo possível: “Mas é claro, tu achas que eu estou aqui pra quê? Os trabalhadores vão ajudar a fazer deste país uma grande democracia”.

Naquela época, o Zé Pinto tinha um Corcel II que trouxera do Rio Grande do Sul. Grande figura o José Pinto. Um verdadeiro militante social, além, é claro, de um extraordinário advogado e assessor sindical. Conheci o Zé em 1983 no Sindicato dos Sapateiros. Ele era assessor jurídico. Em 2002, na eleição para o Senado Federal, foi eleito meu segundo suplente. Hoje atua na consultoria legislativa do Senado e seu trabalho é disputado por diversos senadores de diferentes partidos.

Nos primeiros meses em Brasília eu dividia apartamento com o Lula e o Olívio Dutra. Morávamos na Asa Norte, num apartamento funcional da Câmara. Lembro que eles recebiam muitos convites para palestras nas embaixadas. Esses encontros ocorriam geralmente no café da manhã. Eles sempre me convidavam para

acompanhá-los. Para mim era um aprendizado. Hoje, o destino traçou outros caminhos para nós. Olívio foi prefeito de Porto Alegre, governado do Rio Grande do Sul e ministro de Estado. Lula é o presidente do Brasil.

Certa vez o Olívio me disse: “Todos nós militantes por um Brasil mais justo temos sonhos e os perseguimos durante nossas vidas”. E concluiu: “Paim, nós temos trajetórias de lutas fecundadas por sonhos que dizem respeito à dignidade das pessoas, à justiça social, às relações humanas mais qualificadas e criativas”.

2. Ulysses

No dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte. No dia 02 de fevereiro, o deputado Ulysses Guimarães é eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Nas suas palavras: “Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender e semear”.

Creio que o doutor Ulysses foi daqueles homens públicos que se colocado em diferentes épocas da história brasileira, seria um político contemporâneo. Um grande patriota que, ainda espero, seja reconhecido verdadeiramente como o esteio da redemocratização no país. Em 2004, em aparte concedido no plenário pelo senador Mão-Santa, lembrei que construímos sob a liderança de Ulysses Guimarães a Constituição Cidadã. “Até mesmo questões partidárias ficaram à parte enquanto redigíamos a Carta Magna”, disse eu.

Estava pronto e engajado para os debates da Constituinte. Sabia que não bastava apresentar propostas. Era preciso lutar por elas nas comissões internas e enfrentar a reação dos conservadores. Bem como controlar a redação das leis ordinárias que traduzem em detalhes os grandes princípios da Constituição.

Basicamente as propostas do movimento sindical eram: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial; direito de greve; garantia de liberdade, e autonomia sindical; garantia de uma Previdência digna que atenda às necessidades dos trabalhadores do campo da cidade, incluindo a aposentadoria integral; implantação de sistemas de participação e controle da sociedade civil na administração pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal); salário-desemprego que realmente beneficie os milhares de desempregados do país; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; salário-mínimo justo; acesso a uma educação decente para todos; estabilidade no emprego.

Durante as longas conversas que mantinha com o amigo Olívio Dutra sempre fazia questão de deixar claro minha preocupação sobre o que poderia acontecer depois de promulgada a Constituição.

Disse-lhe: “Olha Olívio. Não adianta fazermos uma bela e democrática Constituição se ninguém cumpri-la. No papel pode estar tudo certo, mas a realidade é outra. E nós sabemos disso”. E Olívio me respondeu: “Por isso mesmo companheiro Paulo Paim é que eu acho que precisamos mais do que nunca continuar com o trabalho de organização sindical e popular. Não podemos recuar de jeito nenhum”.

3. Primeiro

Por solicitação da Executiva Nacional do PT, o jurista Fábio Konder Comparato, redigiu um projeto completo de Constituição. A bancada petista foi considerada uma das mais atuantes, principalmente em questões dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária. Éramos 16 parlamentares na Câmara: Virgílio Guimarães, José Genoíno, Paulo Delgado, Vladimir Palmeira, Irma Passoni, Eduardo Jorge, Gumercindo Milhomem, Luiz Gushiken, Benedita da Silva, Luiz Inácio Lula da Silva, João Paulo Pires Vasconcelos (Monlevade), Plínio de Arruda Sampaio, Florestan Fernandes, Olívio Dutra, Vítor Buaziz e eu.

No dia 22 de fevereiro pela parte da tarde utilizei a tribuna da Câmara e fiz um discurso entusiasmado em que pedi o fim do voto secreto. Esse foi o meu primeiro pronunciamento como deputado Constituinte:

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, venho hoje, pela primeira vez, usar a tribuna desta casa como Constituinte, como vice-presidente Nacional da CUT e como operário metalúrgico, na defesa de um ponto muito importante e que deve constar do Regimento Interno: que esta Casa, em nenhum momento, use o voto secreto. Vi e ouvi, ao longo da semana, senadores e deputados Constituintes, que em palanques defendiam a não-participação, nesta Assembléia, dos senadores eleitos em 1982, aqui votarem a favor, tão-somente porque o voto fora secreto. Vi e ouvi muitos daqueles que em palanques pugnavam por uma Constituinte livre, soberana e exclusiva, aqui votarem contra a exclusividade. Vi e ouvi, com estranheza, alguns defenderem, nesta tribuna, a não-convocação do Ministro Dílson Funaro, que aqui deveria explicar o caos econômico e político por que passa o país. Votamos e perdemos porque o voto foi secreto. Vi e ouvi, nesta Assembléia, que a moratória seria absurda. Só que esses mesmos que assim falavam, hoje a defendem. Estive em audiência com o Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, pedindo, juntamente com outros companheiros, o rompimento imediato das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul. Ouvi do Sr. Ministro que o

Brasil mantém pálidas relações com a África do Sul. Mas só que, a bem da verdade, deve ser dito que a África do Sul é um dos países que mais exploram nossa riqueza mineral. Além do mais, aos negros brasileiros não é permitida entrada na África do Sul. Tenho a leve sensação de que aqui estou participando de um grande espetáculo, em cuja peça escrita com muita antecipação, somos meros coadjuvantes, a representar modesto papel. Aqui ouvi, muitas vezes, falarem em nome de Deus. Queira Deus que eu esteja enganado e, como diz a canção argentina, que aqui simplesmente não estejamos fazendo parte de um jogo burguês. Diante desse quadro, acredito que estamos caminhando para uma Constituição até mesmo pior do que a apresentada pela comissão dos notáveis, presidida por Afonso Arinos. Temos um compromisso com a história presente e futura deste país, considerado a oitava economia do mundo. No entanto, 70% da população vive em miséria absoluta, em condições de trabalho deploráveis. Se não caminarmos para mudanças de fato e o rolo compressor que o próprio Regimento apresenta continuar a funcionar, o povo, traído pelo Plano Cruzado, não aceitará mais uma vez ser ludibriado, via Assembléia Constituinte. Tenham certeza de que eu mesmo torço para que estas minhas preocupações sejam, na verdade, infundadas e que a nova Constituição não seja um cavalo de Tróia em pleno século XX. Já que as meias verdades proliferam neste país. Nesse sentido, faço um apelo a todos os Constituintes, para que em hipótese alguma seja aprovada a realização de votação secreta e de sessões secretas. Do contrário, estaríamos como o avestruz que enfia a cabeça no buraco e deixa o corpo do lado de fora. Seria um absurdo não termos coragem de assumir publicamente nossas posições. Na verdade, se isso acontecesse, estaríamos virando as costas para o povo e proibindo, de fato, a participação popular na Constituinte. Voto secreto faz lembrar golpe militar, preparado nos porões; secreto lembra dívida externa; secreto lembra contas nos bancos suíços; secreto lembra os trabalhadores torturados e os companheiros trabalhadores do campo e da cidade assassinados ao longo da ditadura, e até mesmo agora, na Nova República; secreto lembra as inúmeras formas que recebemos – e não só eu – de ameaças e de atentados. Senhoras e Senhores. É preciso fazer com que a Constituinte se torne, de fato, transparente”.

4. Propostas

Juntamente com o PT, apresentamos mais de 40 propostas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. Tínhamos certeza de que elas seriam aprovadas por unanimidade, como a estabilidade no

emprego. Afinal, estávamos trabalhando com afinco e responsabilidade. O debate era aberto e franco.

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, era ponto de convergência para a classe trabalhadora. Somente três países do mundo, Singapura, Coréia do Sul e Costa Rica, ainda mantinham horário igual ou maior ao do Brasil.

Apresentamos a proposta do salário desemprego, que era uma realidade na maioria dos países da América Latina, e dos aumentos mensais dos salários, conforme a inflação. A própria concessão do salário mínimo não deveria ser mais um direito do Executivo, mas um dever do Congresso Nacional. No mesmo entendimento aprovamos o fim da mão-de-obra temporária que era um verdadeiro câncer no meio da classe trabalhadora. Tínhamos que assegurar também a liberdade e autonomia sindical.

No campo da segurança e higiene do trabalho, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), estavam servindo muito mais para defender os interesses do capital que os do trabalho. Nesse sentido asseguramos o mesmo espírito de quando as CIPAS foram criadas. Deixamos bem claro que essas comissões de fábricas – que eram representadas pelos trabalhadores-, deveriam preocupar-se também com a segurança e higiene do trabalho.

Os índices de insalubridade e periculosidade deveriam ser alterados para 50% sobre o salário real de cada trabalhador e não somente 10, 20 ou 40% sobre o salário mínimo. Entendíamos que a única forma de fazer com que o empresário aplicasse, de fato, em um novo método de combate à insalubridade e ao alto risco era providenciar para que ele sentisse no bolso o percentual de 50% em cima do salário.

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos cumpriu o seu papel na primeira etapa da Constituinte. Foram homens e mulheres que se somaram, não numa disputa partidária, mas sim com o objetivo único de resgatar a maior dívida que o Brasil tem com seu povo, ou seja, a dívida social.

Foram dias e noites de trabalho nos quais a justiça prevaleceu acima de tudo. Foi nessa Subcomissão que realizamos debates fraternais com variados setores da sociedade. A maioria dos integrantes entendeu que não dava mais para continuar com leis que exploravam cada vez mais os trabalhadores. PT, PDT, PCB, PC do B e setores do PMDB foram fieis às reivindicações dos trabalhadores. O deputado Teotônio Vilela Filho (PMDB) disse que se alguém estranhava que ele estivesse votando com os trabalhadores, é por que não o conhecia. Ele estava votando como votaria seu pai, o inesquecível senador Teotônio Vilela – o menestrel das Alagoas.

Sabíamos que se continuássemos a caminhar com parlamentares daquela estirpe e seguíssemos junto com a pressão popular, haveríamos de aprovar aquelas propostas no Plenário da Constituinte: desde os direitos das empregadas domésticas; a estabilidade no emprego; o pleno direito a greve; aumentos mensais de salário; as 40 horas; bem como a anistia geral e irrestrita aos trabalhadores punidos nas greves, aos dirigentes sindicais, aos marinheiros, enfim, a todos os civis e militares.

No final de maio de 1987 o jornal Estado de São Paulo chamou os membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos de “garças”, ao dizer que “os homens copiam os animais. Pois a garça acena com a ponta da asa para desviar a atenção da cobra, e aí a bicada mortal”.

A matéria seguia dizendo que, enquanto alguns ficavam com discursos e panacéias na Subcomissão, os trabalhadores iam enviando suas propostas. No dia 22 eu fui à tribuna e disse: “tomara que pudéssemos bicar todas as cobras que deslizassem dentro do Congresso Nacional e que exterminaram a proposta de reforma agrária, incentivando com isso um confronto ainda maior no campo, onde de 1964 a 1986 foram, assassinados 1.188 trabalhadores”.

Prosegui em meu discurso: “E neste momento, tal qual o réptil, dar o bote contra o gatilho salarial dos servidores públicos e o conjunto dos trabalhadores, numa posição absurda do Executivo e dos governadores que tem de ser repudiada e condenada por todos nós. Tomara senhores que as garças se multipliquem e sejam as cobras afastadas. Aí sim teremos uma Constituição voltada para o interesse do povo brasileiro. E no dia que as garças forem a maioria, teremos um país renovado, sem explorados e sem exploradores”.

5. Jornada de trabalho

A redução da jornada de trabalho foi outro embate ferrenho na Assembléia Nacional Constituinte. No começo do século passado, os trabalhadores brasileiros chegaram a cumprir uma jornada diária de até 16 horas. Foi com a mobilização deles que a Constituição de 1946 assegurou o regime de oito horas diárias e 48 horas semanais.

No primeiro semestre de 1987, vários empresários e juristas diziam que a carga horária não era assunto para a Constituição. E eu indagava na tribuna: “Como não, se o foi para a Constituição de 1946?”.

Diziam eles que a redução da jornada causaria desemprego. E era exatamente o contrário. Argumentei várias vezes que com a redução de 48 para 44 horas semanais teríamos o seguinte resultado: de cada cinco empregos, um a mais seria criado. Além de reativarmos o mercado interno, pois teríamos mais alguns milhões

de trabalhadores recebendo e consumindo. Isso sem falar no aspecto social. Haveria ainda aumento nos cofres da Previdência, fundos para habitação e outros.

Reduzir a jornada é reconhecer que o trabalhador também tem o direito a ficar mais tempo com seus filhos e com sua esposa, dessa forma valorizando, de fato, a família. A redução significa que o trabalhador terá mais lazer, mais oportunidades para estudar, para preparar-se para conviver com o avanço tecnológico. Todos nós sabemos que cada vez mais a máquina passa a fazer parte da vida do homem. Somente a redução de jornada é que fará com que o processo de automação não seja uma fonte geradora de desemprego. Reduzir a jornada é ter sensibilidade para o próprio quadro internacional, no qual o Brasil tem a maior carga horária e o menor salário mínimo.

Para mostrar a nossa realidade expus na tribuna o seguinte quadro, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Era uma quarta-feira, 9 de junho de 1987. Áustria, 36,1; Canadá, 37,6; Hungria, 38,2; Itália, 38,6; França, 38,9; Nova Zelândia, 39,2; Estados Unidos, 40,1; Irlanda, 40,5; Alemanha, 40,7; Japão, 41; Inglaterra, 42,6; Venezuela, 43,9; El Salvador, 44,2; Guatemala, 47,5; Equador, 45; Brasil, 48 horas.

Utilizei também a jornada legal de trabalho em alguns países da América Latina. Os dados foram do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Paraguai, 40; Peru, 40; Panamá, 44; Uruguai, 44; Colômbia, 45; Argentina, 46; Brasil, 48 horas.

Para enfrentar a recessão, os sindicatos europeus lutavam para passar a jornada para 30 horas semanais. Argumentei que a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais aqui no Brasil significaria, em média, um aumento de 1% no preço final dos produtos

Em diversos países as férias foram aumentadas de quatro para cinco ou seis semanas, e o tempo de aposentadoria foi diminuindo, também como forma de reduzir a jornada e combater o desemprego. Dei como exemplos a Áustria, Bélgica, Itália e França.

Sabia que a redução da jornada de trabalho era um processo irreversível. No substitutivo do senador Almir Gabriel, da Comissão da Ordem Social, a proposta dos trabalhadores estava contemplada. Apenas discordei num ponto: as empregadas domésticas não estavam contempladas com a redução da jornada de trabalho.

Em 1994, apresentei na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 4.653 que previa a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial. A proposta engloba os empregados da atividade privada e pública, inclusive os rurais e as em-

pregadas domésticas. Um ano depois, eu o deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), apresentamos em parceria, Proposta de Emenda Constitucional (PEC 231), com o mesmo objetivo.

Atualmente está tramitando no Senado Federal duas propostas de minha autoria: a PEC 75/2003 que reduz a jornada para 36 horas, sem redução salarial; e o PLS 254/2005 que institui o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe) que reduz das atuais 44 horas semanais para 36 horas, sendo a adesão voluntária por parte do empregador.

6. Assassinato

Durante a Constituinte um triste fato abalou a todos nós militantes dos direitos humanos. O negro e operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, casado, sem antecedentes criminais, foi morto em Porto Alegre por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 14 de maio de 1987.

O supermercado Dosul do bairro Partenon é assaltado. São 19 horas e 30 minutos. A polícia é chamada, existe troca de tiros, dois PMs são feridos, um assaltante é morto. Os reféns são soltos. No meio da confusão, Júlio César, empregado da empresa Cortazzi Engenharia, que prestava serviço para a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), é preso por suspeita. Entrou ileso na viatura da Polícia Militar (PM) e chegou morto ao Hospital de Pronto-Socorro.

Os próprios ladrões e os reféns inocentaram Júlio César. O jornal Zero Hora, em extenso dossiê, deixou claro que ele foi eliminado pelos policiais: “Júlio César era apenas mais um dos inúmeros curiosos que observava o desenrolar dos acontecimentos defronte ao supermercado como sempre acontece em casos do gênero”.

Assassinatos como de Júlio César me lembram os nazistas na Segunda Guerra Mundial e do regime Apartheid, desumano e racista, da África do Sul.

Disse aos Constituintes que eles não poderiam entender esse crime, porque nunca sentiram na pele o que era ser negro e pobre. Ser negro e pobre era ser assassinado como Júlio César e ser discriminado nos ônibus, nos clubes, nas ruas, nas lojas, nos bancos, nos serviços e nos colégios.

“Eu pergunto senhores parlamentares se vossas excelências sabem o que é os filhos voltarem para casa e falarem que os chamaram de negros sujos? Explicamos a eles, mas não convencemos. As perguntas continuam. Por que as nossas bonecas não são negras? Porque os heróis das histórias em quadrinhos ou dos filmes não são negros? Por que, enfim, o padre, o juiz, o general, o presidente, todos são brancos?” (20/05/1987)

Júlio César tinha somente 30 anos e foi assassinado como um marginal. Qual foi o seu crime? Nenhum. Mas era negro, pobre e operário, por isso morreu.

Da tribuna eu disse para um plenário quase vazio que esperava que a nova Constituição desse espaço para as questões do negro. Que fossem firme no combate a países racistas, considerando a discriminação como crime inaceitável, para que nunca mais viessem a ocorrer assassinatos como o do jovem Júlio César de Melo Pinto.

Lá se vão quase 20 anos e os negros continuam lutando contra as injustiças em busca da verdadeira liberdade. Gostava de ver o povo brasileiro fazer campanha pela liberdade dos trabalhadores negros na África do Sul e contra o racismo nos Estados Unidos da América. Gostaria ainda de ver nas tevês do Brasil programas sobre o negro, sua história e suas lutas.

7. Pressão

No segundo semestre de 1987 fiz um extenso roteiro pelo interior do Rio Grande do Sul. Queria saber o que a população estava achando dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, bem como levar informações sobre o processo no Congresso Nacional. Nesse contato tive oportunidade de ser informado sobre fatos que estavam ocorrendo relacionados ao encaminhamento de emendas ao projeto de Constituição, de responsabilidade da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). Depois de ouvir os relatos de trabalhadores, fiquei estupefato. O que estava acontecendo era inadmissível. Setores do empresariado pressionavam os trabalhadores para que assinassem propostas contrárias à estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho.

Nas cidades de Sapiranga, São Leopoldo e Bento Gonçalves as denúncias haviam sido confirmadas. Dirigentes sindicais me informavam que várias demissões estavam ocorrendo como forma de represália.

O alemão Orlando (já falecido), do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, disse-me: “Os patrões estão demitindo sem dó e sem pena. É uma barbaridade o que estão fazendo conosco”. Meio desconfiado, perguntei: “Mas estão demitindo sem nenhum motivo?” Ao que ele me respondeu: “Eles estão pressionando pra gente assinar umas propostas para serem enviadas para Brasília. Lá na Constituinte”. E eu, revoltado: “Isso eu não vou deixar de jeito algum. Vou denunciar para o Brasil o absurdo que estão fazendo com a classe trabalhadora”.

Aqueles empresários não estavam conseguindo as 30 mil assinaturas necessárias para cumprir o Regimento Interno e, assim, poderem encaminhar suas propostas, como já disse, que previam o fim de vários direitos trabalhistas.

Da tribuna da Câmara dos Deputados cheguei a mostrar toda minha indignação com aquela pressão sobre os trabalhadores: “O ato deliberado de coação para com os empregados, ameaçando-os com demissão e, efetivamente, demitindo vários deles, é um procedimento de quem não tem escrúpulos, de quem não aceita as regras do jogo, de quem não quer a democracia e o respeito às liberdades neste país”. (19/08/1987)

No final de agosto, o jornal Gazeta Mercantil publicou matéria intitulada “No Sul, pressão sobre os empregados”, em que o próprio presidente da Fiergs, Luis Carlos Mandelli, admitia que “esses fatos ocorreram, mas, isoladamente”.

Fizemos então um pedido incisivo para que os constituintes e todas as forças progressistas incluíssem no novo texto a estabilidade no emprego; a jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; o direito de greve; a aposentadoria integral; e outros direitos que assegurassem ao trabalhador uma vida digna.

8. Confisco

O movimento sindical realizou, em 20 de agosto de 1987, uma das maiores greves já acontecidas no país. O protesto era contra a política econômica do governo federal, imposta pelo Plano Bresser, e contra o confisco salarial. O achatamento salarial promovido pela Nova República até então era o maior de toda a história brasileira. Os trabalhadores não aceitaram calados à recessão.

Queiram ou não queiram pela primeira vez uma greve uniu operários e camponeses numa luta por reforma agrária, por uma política agrícola e contra os juros dos banqueiros agiotas. Também foi um dia de reflexão em razão do grande número de companheiros que morreram assassinados por lutarem pelo direito à terra. Nos primeiros seis meses de 1987, cerca de 127 trabalhadores foram assassinados no campo. Lembro do Paulo Fontenelles, da Maria Margarida Alves, do Benezinho, do Tião da Paz, do Padre Ezequiel, do padre Josimo Tavares, do Gedeão Lustosa Ribeiro e do Wellington de Lima, pessoas que morreram por um ideal.

Para se ter uma idéia da situação daquele período, vale lembrar que, em 1985, a cada dois dias, um camponês era assassinado no Brasil. Em 1987, a

cada um dia, um camponês era assassinado. Dados da Secretaria de Planejamento (Seplan), indicavam que quase um milhão de pessoas abandonavam o campo todo ano.

Fui escolhido para ler na tribuna o documento “Carta aberta dos Trabalhadores aos Constituintes” que fora publicado em todo país e subscrito por nove confederações, representando cinco mil sindicatos e mais de 25 milhões de trabalhadores. Era uma quinta-feira, 3 de setembro de 1987.

“(...) Srs. Constituintes. Não se deixem enganar por declarações de que essa matéria já está afastada da Constituinte por deliberação das cúpulas. A decisão e a responsabilidade do voto é individual de cada Constituinte e ficará gravada na história o que for feito a favor da classe trabalhadora.

Não se deixem enganar também por declarações no sentido de que os trabalhadores já concordam em afastar a matéria da Constituinte. Não é verdade. Ninguém isoladamente pode falar pela classe trabalhadora. As confederações nacionais de trabalhadores, as centrais sindicais e o DIAP, que atua a nível parlamentar pelas entidades sindicais, têm declarado que são favoráveis à garantia do direito ao trabalho, com a proibição da demissão imotivada, de forma concreta, auto-aplicável, independente de regulamentação.

Na hora sagrada do voto, lembre-se da importância do momento da elaboração de uma nova Constituição e da oportunidade gigantesca que o destino lhe conferiu de ajudar a criar uma pátria grandiosa, justa e humana.

Saberemos divulgar para os quatro cantos do País a sua sensibilidade, justiça e apoio à classe trabalhadora, e denunciar aqueles que traírem os nossos anseios.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

Assinam o documento as seguintes confederações: CONTAG, CNTC, CONTCOP, CONTEC, CNTE-EC, CNTI, CONTMAFA, CNTT e CNPL, representando cinco mil sindicatos e 25 milhões de trabalhadores”.

9. VARIG

Denunciei a direção da Viação Aérea Riograndense (Varig) numa tarde quente de janeiro de 1988. A companhia aérea demitiu de forma arbitrária toda a sua Comissão Pré-Sindical do estado do Rio Grande do Sul. A alegação foi de que a greve era ilegal.

Lembrei à Varig que os demitidos já estavam legalizados na associação de funcionários e tinham estabilidade no emprego. O procedimento utilizado pelos

aeronautes chamado “operação-padrão” é um justo direito, inclusive é uma norma de segurança usada em âmbito internacional.

Os aeronautas têm todo direito, porque as companhias na hora de aumentar a passagem se baseiam na “operação-padrão” e, depois, exigem uma produtividade maior, mas não transferem o lucro.

Vinte anos depois desse acontecimento a Varig procurou a nós e toda a bancada gaúcha no Congresso Nacional para ajudá-la a não fechar as portas. Coordenei a comissão de senadores encarregados de evitar a falência da empresa. Defendemos o AERUS em benefício dos aposentados e pensionistas da Varig. Até hoje continuamos lutando para que os trabalhadores, aposentados e pensionistas recebam tudo que tem direito. É uma longa batalha que continuaremos a travar.

10. Aposentados

Em maio de 1988, numa sexta-feira à noite, a TV Globo veiculou uma reportagem sobre os aposentados brasileiros. O programa mostrou as dificuldades dos nossos velhinhos e inúmeros casos de trabalhadores que ganhavam menos de meio salário mínimo. Também mostrou que muitos trabalhadores haviam se aposentado com cinco salários mínimos, mas estavam recebendo menos de dois salários.

Na segunda-feira seguinte, encontrei o deputado João Paulo Monlevade no corredor das Comissões. Tivemos um pequeno diálogo sobre o assunto, pois ele também havia assistido ao programa. Concordamos que a situação dos aposentados brasileiros era humilhante.

Disse a ele: “Os aposentados deste país empenharam sua força de trabalho por anos a fio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Nação e também contribuindo religiosamente para a Previdência Social, hoje estão aí abandonados a sua própria sorte”. E ele: “Olha Paim, a elite deste país sabe muito bem que o esforço e a dedicação desses trabalhadores de nada valeu. Milhares de aposentados que deveriam receber os seus proventos integrais, estão recebendo valores que muitas vezes são inferiores a 50% do que teriam direito”.

Indignado, disse: “A realidade está aí João Paulo. Essa política que subtraiu os benefícios dos aposentados foi covarde e o pior é que esses valores serviram para a demagogia de um governo sem legitimidade e que não expressava a vontade popular”.

A situação dos aposentados é desesperadora. Com essa realidade e sem alternativa eles estavam sendo obrigados a procurar novamente um emprego para completarem a sua aposentadoria e, assim, poderem viver dignamente.

Essa necessidade de complementação da aposentadoria obriga os aposentados a ingressarem novamente no mercado de trabalho, disputando as vagas existentes com milhões de jovens que, a cada ano, saem a procura de um emprego. Uma situação dessas estrangula os níveis de emprego, ainda mais se considerarmos que quase 50% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada.

Faço aqui uma pergunta aos meus leitores. Isso aconteceu em 1987, em plena Assembléia Nacional Constituinte. Estamos em 2006, adentrando 2007. Mudou alguma coisa neste país para os aposentados e pensionistas?

Em março de 2005 escrevi um artigo que foi publicado no Jornal do Comércio de Porto Alegre sob o título "Marcha dos Aposentados".

(...) Foi em Aparecida do Norte que pescadores encontraram, em um rio, a imagem de uma santa negra. Hoje, ela é padroeira do Brasil e considerada por muitos como guardiã das crianças e dos idosos. Aparecida é uma espécie de "Meca", onde as pessoas vão agradecer e pedir graças e, nos últimos anos, tornou-se também um ponto de encontros e debates dos idosos. Tivemos a oportunidade de estar lá em janeiro, participando de um debate a convite da Confederação

Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Dentre as discussões, a que mais nos entusiasmou foi a sobre o projeto de lei nº 58/2003, de nossa autoria. O seu artigo primeiro, diz que as aposentadorias e pensões que vêm sendo pagas pela Previdência Social aos seus segurados e pela União, aos seus inativos e pensionistas, terão seus valores atualizados. A intenção é restabelecer o poder aquisitivo considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão. Por justiça, estaremos recompondo o poder de compra de milhões de cidadãos que contribuíram a vida inteira.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 78%. Se continuar essa lógica perversa, em poucos anos todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo que, com certeza, não permitirá que eles vivam com dignidade. Não há alternativa senão a mobilização nacional para pressionar o Congresso a conceder o mesmo reajuste do salário mínimo. Quanto às perdas, podemos negociar os valores, mas o que não podemos é permitir que os aposentados percam mais do que já perdera".

Em 2006 apresentei no Senado Federal Proposta de Emenda à Constituição de Nº 13 com esse mesmo objetivo.

As diferenças praticadas entre o aumento do salário mínimo e aquele concedido aos aposentados na última década foram assustadoras, conforme podem ser comprovadas pela tabela a seguir:

Ano	PISO MÍNIMO	Mínimo Dieese	Aumento do Mínimo	Para os aposentados	MÍNIMO DO INSS	Diferença para os aposentados	
						No ano	Acumulada
1995	100,00	729,99	42,86%	42,86%		Este período teve um certo equilíbrio, porém já havia diferença acumulada de cerca de 20%, em face dos reajustes diferenciados de jan/93 a set/94	
1996	112,00	823,21	12%	15%			
1997	120,00	770,37	7,14%	7,76%			
1998	130,00	882,78	8,33%	4,81%			
1999	136,00	870,76	4,61%	4,61%			
2000	151,00	936,12	11,03%	5,81%	119,70	4,93%	26,15%
2001	180,00	1.055,84	19,21%	7,66 %	128,87	10,73%	39,68%
2002	200,00	1.247,97	11,11%	9,20%	140,73	1,75%	42,12%
2003	240,00	1.399,10	20%	19,71%	168,47	0,24%	42,46%
2004	260,00	1.557,55	8,33%	4,53%	176,10	3,64%	47,64%
2005	300,00	1.588,80	15,38%	6,35%	187,28	8,5%	60,19%
2006	350,00	1.503,70	16,67%	5%	196,64	11,11%	78%

E quanto aos números da Previdência?

Fonte: Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública

É quanto aos números da Previdência?

Temos denunciado exaustivamente ao longo dos anos que o propagado déficit não resiste há uma confrontação com dados do próprio Orçamento Geral da União, no qual o Orçamento Fiscal vem sendo regularmente suplementado com recursos desviados do Orçamento da Seguridade Social.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) mostra, com riqueza de detalhes, as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados recursos durante o período de 1999 a 2005. Foram desviados mais de 56 bilhões de reais que, originalmente, deveriam ser destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da Anfip deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também das três esferas de governo.

Com rubricas de destinação específica, como “Ministério do Planejamento”, ou de forma menos específica, “Diversos órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário”, inúmeras leis tiveram a aprovação da Câmara. Em 1999 foram desviados exatos R\$ 3.310.004.643,07 (três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos).

A sangria prosseguiu nos anos seguintes: em 2000 foram R\$ 8,1 bilhões; em 2001, R\$ 10,3 bilhões; em 2002, R\$ 6,4 bilhões; em 2003, R\$ 5,8 bilhões; em 2004, R\$ 10,2 bilhões, e em 2005, R\$ 12,2 bilhões.

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos. É o que comprovam os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal. Indicadores esses que constam no site da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

Como me disse um fiscal da Previdência; “Quem diz que ela é deficitária, ou desconhece o assunto, ou usa de má-fé ou é um inocente útil”.

11. Sonho

No dia 4 de abril de 1988 subi à tribuna para assinalar os 20 anos do assassinato de Martin Luther King Júnior, morto com um tiro no rosto em Memphis nos Estados Unidos.

Luther King morreu levando para o túmulo o seu sonho. O sonho de uma sociedade justa e sem preconceitos. Ele ficou conhecido em todo mundo por sua luta contra o racismo. Nos Estados Unidos da América foi um dos principais líderes no enfrentamento com a Klu Klux Klan. Uma de suas principais vitórias foi acabar com a segregação nos ônibus, em 20 de novembro de 1956.

Já em 1962 suas frases proferidas em discursos eram escritas e repetidas nos Estados Unidos. Uma delas parece que profetizava sua morte: “Podem crucificar-me. Posso mesmo morrer, mas mesmo que isto me aconteça quero que digam: ele morreu para libertar os homens”.

Em 1963 liderou um movimento massivo que ficou conhecido como “Marcha Para Washington” pelos direitos civis do estado do Alabana, organizando campanhas por eleitores negros. Foi um protesto que contou com a participação de mais de 200 mil pessoas. Recebeu em 1964 o Prêmio Nobel da Paz. Teve entre seus admiradores o Presidente John Kennedy que o ajudou a combater o que chamavam “a maior chaga interna dos Estados Unidos: o preconceito”. Em abril de 67, foi polêmica a luta que desencadeou a partir de Nova Iorque contra a ação dos Estados Unidos no Vietnã, fazendo apelo aos negros para que se recusassem a prestar serviço militar.

Martin Luther King entrou para a história por diversos motivos. Em 1965 conseguiu o reconhecimento dos direitos reais de voto para os negros do Alabama. Viveu sempre sob o tacão de ameaças e atentados, tendo sido preso por diversas vezes e, infelizmente, assassinado.

Ele dizia que queria ver os filhos, os velhos, brancos e negros, sentados na mesa da fraternidade: “Os homens não podem ser julgados pela cor de sua pele, mas sim, pelo seu caráter”.

Luther King não foi só o líder dos negros, mas também de milhões de brancos. Em um de seus últimos pronunciamentos ele disse: “Não quero um funeral longo: se alguém fizer um discurso peço que não fale muito e não cite a centena de prêmios que recebi, isto não importa. Citem sim, se quiserem, que Martin tentou dar a vida a serviço dos outros, tentou caminhar e amar o próximo, tentou vestir o mendigo, visitou os que estavam na prisão e queria servir à humanidade. Digam que fui arauto da justiça, da paz e do direito”.

A semente plantada por Martin Luther King está sendo colhida pelas novas gerações, nas mais diversas partes do mundo. Sementes que não temem nada e que não morrem sob o frio do inverno ou sob o calor do verão. Essas sementes mostram vida no outono e fornecem flores para todos na primavera, não importando a cor da pele, mas sim, o caráter, como dizia.

Martin Luther King foi assassinado. O seu companheiro de causa, ex-presidente dos Estados Unidos da América, John Kennedy, também foi. Lembro também outros que morreram: Abraão Lincon, Malcon X e Zumbi dos Palmares.

12. Reforma agrária

A reforma agrária ainda era tabu nas discussões da Constituinte. Por várias vezes antes da votação do tema tive a oportunidade de me manifestar.

Na Esplanada dos Ministérios um grupo de agricultores sem terra levava uma faixa com a inscrição “Reforma agrária o verdadeiro nome da paz”. Ela expressava a necessidade e a emergência da reforma agrária em nosso país.

O latifúndio improdutivo no Brasil assume proporções cada vez maiores. É a especulação de terras, a grilagem, a violência, uma rotina na vida do campo.

No meio dos anos 80 era comum encontrarmos nas rodovias de municípios da região do alto Uruguai agricultores que deixavam o campo para tentar a vida na cidade. Ônibus lotados saíam todos os dias carregando a esperança e a amargura de homens e mulheres que partiam rumo a capital gaúcha na perspectiva de uma vida melhor.

Também iam para a região do Vale dos Sinos atrás de emprego nas indústrias do calçado ou nas indústrias moveleiras de Bento Gonçalves e região da Serra. Sem nenhuma especialização, recebiam salários miseráveis e eram submetidos a longas jornadas de trabalho que na maioria das vezes ultrapassavam 12 horas diárias.

Fala-se, neste país, que é preciso distribuir melhor a renda, que é preciso maior desenvolvimento, maior produção, mas ninguém faz nada para viabilizar essas propostas.

O caminho é a reforma agrária. Na maioria dos países desenvolvidos isso foi feito. Distribuir terra e riqueza é mais desenvolvimento, mais consumo, mais empregos e mais alimentos.

Toda a propriedade rural deve cumprir sua função social. Não há como ser diferente. Sem esta premissa nunca poderemos viabilizar qualquer projeto de reforma agrária.

Mas também é fundamental uma política agrícola condizente com o trabalho do nosso agricultor. Com preços justos, financiamentos da produção, assistência técnica e seguro agrícola, entre outros.

13. Dívida

Na Assembleia Nacional Constituinte fui membro titular na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, uma das Subcomissões que compunha a Comissão da Ordem Social, responsável por tratar, dentre outros assuntos, do salário mínimo. O resultado final desse trabalho está expresso no Capítulo II – Dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988 (art. 7º, IV). O Olívio Dutra e o Lula, pleiteavam representar o PT nessa Subcomissão, o que não ocorreu. Eles abriram mão da vaga para que

eu pudesse assumi-la. Fui escolhido por unanimidade. Agradei a generosidade dos gestos.

Na questão do salário mínimo ouvi diversas entidades representativas de trabalhadores como CUT, CGT, Força Sindical, CNTI, CNTC, CONTAG, CNTA, DIEESE, DIAP, ANDES, entre outras. Essas entidades tiveram papel decisivo na configuração final do texto.

A proposta de texto constitucional encaminhada pela Subcomissão ao relator – resultado de um árduo trabalho que reuniu parlamentares com interesses divergentes e conflitantes, sob forte pressão de setores mais conservadores – ficou profundamente marcada pela participação popular. Houve quem chegasse a considerar algumas das conquistas trabalhistas “desmedidas” ou “passíveis de inviabilizar o país”.

Da tribuna eu disse: “A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Serviços Públicos, da qual faço parte, representando a bancada dos Trabalhadores, cumpriu o seu papel. Foram homens e mulheres que se somaram, não numa disputa partidária, mas, sim, com o único objetivo de resgatar a maior dívida que este rico país tem com seu povo, ou seja, a dívida social. A própria concessão do salário mínimo não deve ser mais um direito do Executivo, mas um dever do Congresso Nacional”.

14. Conquistas

Antes da promulgação do texto constitucional fiz uma avaliação dos avanços e retrocessos dos trabalhos desenvolvidos pela Assembleia Nacional Constituinte.

Os compromissos assumidos em praça pública, no período pré-eleitoral, foram parcialmente resgatados.

O que efetivamente ficou comprovado foi a lealdade, a capacidade de organização e negociação, a garra e o desprendimento, a determinação que nortearam a ação e a operacionalidade da pequena bancada dos trabalhadores.

Pela primeira vez na história republicana deste país, tivemos uma autêntica representação de trabalhadores, defendendo os interesses da classe.

Só esse registro, da participação, efetiva, da organização, da conscientização da classe trabalhadora, elegendo, acompanhando, contestando, fiscalizando, cobrando e fornecendo subsídios para a atuação de seus legítimos representantes teria dado o respaldo de validade, histórico e decisivo de restauração dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro.

São indiscutíveis a importância e o grau de conscientização da classe trabalhadora pelos dirigentes sindicais, pelas associações de classe, verdadeiros democratas deste país.

Foi possível produzir alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos Direitos Sociais:

- As 44 horas semanais;
- O direito de greve;
- A estabilidade dos dirigentes sindicais;
- O aviso prévio acrescido e proporcional;
- O adicional de férias;
- A não prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano;
- O turno de seis horas;
- A licença gestante;
- A licença paternidade;
- A igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos;
- A remuneração integral da aposentadoria.

Tivemos algumas proposições que não foram alcançadas, como a questão da reforma agrária, a jornada de trabalho de 40 horas, a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço. A estabilidade no emprego e algumas inconveniências que, lamentavelmente, não foram vencidas, principalmente os cinco anos que foram negociados fisiologicamente por grupos comprometidos com o autoritarismo e a troca de favores.

O que fica comprovado nos 18 meses de atuação na Assembléia Constituinte é que aqueles que viveram in loco, sentindo na carne as mazelas, os sacrifícios e as dificuldades do dia-a-dia, têm a verdadeira dimensão e o efetivo comprometimento com suas bases, com as conquistas sociais, com os companheiros das mesmas origens, dos mesmos ideais e da mesma confiabilidade.

Aproveito para fazer um esclarecimento. Inúmeras pessoas nos dias de hoje dizem que o PT não assinou a Constituição. Isso não é verdadeiro. Nós discordamos de algumas questões que ficaram na Carta Magna. É claro que poderíamos ter avançado muito mais, isso é um fato. O PT participou de todas as votações. O meu nome está lá, ao lado de Ulisses, Lula, Olívio, Florestan...

15. Tribunais

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988 foi palco para homens iluminados. Falo de Mário Covas e Jarbas Passarinho. Embora houvesse diferenças ideológicas entre ambos, sem dúvida, foram grandes tribunais que nos legaram de forma talvez exata ou

quase perfeita de como deve ser o comportamento de homens públicos no Parlamento. Quando um se pronunciava por vezes na tribuna ou até nas comissões, o outro pedia um aparte, e nós ficávamos em absoluto silêncio a absorver aquelas idéias fluírem com toda natureza.

Tivemos grandes momentos. O deputado Alceni Guerra foi incansável no texto da licença-paternidade. A sua defesa foi emocionante. Ao subir à tribuna foi ridicularizado. Quando ele terminou seu pronunciamento foi aplaudido de pé. Como médico demonstrou a todos que o pai também é responsável como a mãe, tanto na gestação, no parto e na vida dos filhos. A concessão desse benefício representou uma enorme inovação na Constituição de 1988, já que antes, nenhuma Constituição Brasileira tratava sobre o tema.

O direito de greve foi uma luta ferrenha e que inclusive teve apoio do senador Passarinho. Certa vez eu e o deputado João Paulo Pires Vasconcelos fomos de avião monomotor (teco-teco) até a fazenda do senador Ronan Tito, em Minas Gerais, negociar o texto final da matéria.

Florestan Fernandes é outro da mesma estirpe. Ele foi um guerreiro na defesa da Escola Pública de Qualidade. Defendia uma revolução social atribuindo papel relevante aos trabalhadores a partir da consciência de classe e incluindo a Educação como tema de grande destaque na construção e consolidação de um novo projeto de sociedade.

Tenho orgulho de dizer que convivi com Florestan na Câmara dos Deputados. Para mim ele é um imortal. Quando os trabalhos da Constituinte se encerraram, ele concedeu o seguinte depoimento sobre o meu trabalho: "Foram constituintes do talhe de Paim que produziram a parte mais avançada de uma Constituição radical, que consagra o conservadorismo político e reproduz privilégios arcaicos. A frente dos que possuem uma consciência operária e socialista PAULO PAIM, bate-se denodadamente na Câmara dos Deputados e no Congresso, contra as tentativas patronais e dos três poderes de neutralizar as conquistas dos trabalhadores e dos oprimidos. Presto minha homenagem ao companheiro PAIM, por sua firmeza, coragem, competência e capacidade de luta. A Bancada Constitucional do Rio Grande do Sul possui grandes figuras, à esquerda, no centro e à direita. Porém, PAULO PAIM salienta-se pela pureza de seus ideais e pela mobilização permanente de injetar na Constituição a seiva do poder popular e da democracia com liberdade social".

O RUFAR DOS TAMBORES

SENADOR PAULO PAIM

CAPÍTULO III O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

1. Mandela

No final de julho de 1990 integrei uma comissão de parlamentares composta pelos deputados Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Domingos Leonelli (PSB/BA), Edmilson Valentim (PCdoB/RJ) e João Hermann (PSB/SP) que estive na África do Sul para ver a realidade do apartheid e para conhecer o líder Nelson Mandela.

Naquela época o país possui cerca de 40 milhões de habitantes, sendo 10% de brancos, ou seja, quatro milhões. Estivemos na capital Pretória, cidade onde moravam apenas brancos e também em Johannesburgo onde havia uma experiência de integração entre brancos e negros em alguns bairros. Conhecer Soweto foi enriquecedor. Esse bairro só de negros é onde morava Nelson Mandela.

Nas cidades típicas de brancos, os negros só podiam entrar para trabalhar. Em Soweto os negros não eram donos de propriedades. Elas eram alugadas do governo.

O sistema educacional era de arrear. Havia escolas só para crianças brancas e com professores brancos. Da mesma forma para as crianças negras: escolas separadas e com professores negros. Na saúde e na habitação ia-se pelo mesmo caminho.

Na década de 1980 ocorreu a maior diferença salarial em favor dos brancos. O salário para o trabalhador negro, sindicalizado e com carteira assinada, chegava a US\$ 200, enquanto um trabalhador branco recebia pelo mesmo serviço algo em torno de US\$ 250. Segundo a Central Sindical dos Trabalhadores Negros (Cosato) o emprego doméstico e rural era quase escravo.

Uma das coisas que me deixaram curioso é que a África do Sul era um país onde as principais cidades eram tipicamente americanas e holandesas. Nas lojas de souvenirs era mais fácil encontrar lembranças e objetos com as bandeiras dos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda do que bandeiras da África. Por outro lado, lembro que realizei um antigo desejo: o de comprar uma boneca negra para minhas filhas. No Brasil até então eu nunca havia encontrado.

A impressão que tínhamos era a de que Mandela tentava fazer um grande acordo com o governo, buscando o fim do apartheid pela denúncia e pela via política, deixando de lado a luta pelas armas e a violência. Mas esse processo não era consenso.

Havia organizações de esquerda que achavam que o processo defendido por Mandela estava equivocado e assim favorecia a elite branca. Para eles a África estava passando por um processo revolucionário e o líder Mandela havia sido solto (11 de fevereiro de 1990) para brevar o movimento. Com esse quadro confuso entre as lideranças de base e da cúpula o que percebemos era que o país estava em permanente estado de ebulição, com a violência acontecendo de forma permanente.

Diversos membros do Congresso Nacional Africano foram presos nesse período, a maioria do Partido Comunista (PC), acusados de esconderem armas e articularem um golpe. Mandela chegou a dizer que tudo o que estava acontecendo era mais uma história, que o PC era um fiel aliado do Congresso e que contribuía para a instalação do regime não racial e democrático.

Conheci a mulher de Nelson Mandela. Winnie Mandela era uma figura singular: líder nata e firme nas suas posições. Se ela quisesse poderia fazer sombra a qualquer quadro político que tivesse a pretensão de suceder Mandela. No encontro que tivemos, ela falou das dificuldades da mulher negra. Falou dos 1500 presos políticos e os mais de 30 mil que estavam no exílio. Relatou as tristezas das mães e dos filhos sem os pais, de milhares de homens e mulheres desaparecidos e que até hoje não se têm notícia. Disse que era humilhante ver a fome e a miséria no seu país.

“Não dá para entender por que filhos brancos e negros não podem correr juntos, brincar na mesma praia, usar os mesmos ônibus. Por que não ter direitos iguais, num país cristão, ou será que Deus tem cor?”, falou ela.

Como disse Bertold Brecht: “Imprescindível são os homens que lutam a vida inteira”. Mandela ficou 27 anos na prisão. De sorriso pequeno e fala mansa, ele é um símbolo indiscutível que ultrapassou a luta contra o racismo. Ele sabia que a luta era política e econômica e que isto só seria possível passo a passo. “É um processo”.

Em uma das ruas de Soweto pude presenciar uma manifestação que muito me tocou. Eram centenas de homens e mulheres que gritavam “amandra, amandra, amandra”. Perguntei a Winnie o que aquelas palavras significavam, e ela me respondeu: “Cada homem, uma lança; Cada homem, um voto... liberdade, liberdade, liberdade”.

Na volta ao Brasil disse na tribuna da Câmara: “Lutar contra o apartheid tem que ser um compromisso de todas as pessoas que amam a liberdade. O apartheid é contrário a tudo aquilo que se pode querer numa sociedade. Pior do que o Vietnã e a guerra das

Malvinas, o apartheid é símbolo de desagregação da humanidade. É homem escravizado pelo homem de forma mais violenta do que se ele vivesse acorrentado. Os negros no seu dia-a-dia são tristes, mas seus olhos brilham quando cantam músicas de protesto, enquanto caminham pelo centro de Johannesburgo. Aí se vê que cada homem é um homem, que cada mulher é uma mulher e que cada criança é uma criança”.

2. Governo Paralelo

Com a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 foi criado o Governo Paralelo da oposição que vigorou em 1991 e 1992.

Liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo Paralelo foi um instrumento de avaliação crítica do governo e o catalisador da mobilização nacional em torno de propostas alternativas à ofensiva neoliberal. Fiscalizávamos o governo e também apresentávamos sugestões ao Congresso Nacional.

O grupo era formado por mim, que respondia pela pasta do Trabalho, e por outros companheiros, entre os quais cito o Antonio Candido, o Azis Ab Sader, o Márcio Tomáz Bastos, o Francisco de Oliveira, o Paulo de Tarso Vanuchi, o Paulo Sérgio Pinheiro, o Walter Barelli, o Cristovam Buarque e o José Gomes da Silva.

O Governo Paralelo contou com a adesão também de intelectuais e técnicos de fora dos quadros do PT. A esse grupo coube elaborar propostas alternativas na ótica dos interesses democráticos e populares.

Já na Assembléia Nacional Constituinte o PT defendeu a eleição majoritária em dois turnos como forma de aperfeiçoamento da democracia. Saímos fortalecidos do processo eleitoral de 1989, quando apresentamos um programa de governo que conquistou 31 milhões de votos em favor dos verdadeiros interesses nacionais e da democracia.

A unificação de todas as forças progressistas do Brasil não poderia terminar no segundo turno de 1989. O Governo Paralelo nasceu justamente para dar continuidade a esta mobilização.

O documento oficial de instalação do Governo Paralelo dizia que “o Governo Paralelo é uma instância de poder pois responde ao sufrágio de milhões de brasileiros. Ele se apóia nas forças organizadas do povo, a partir dos partidos, sindicatos, organizações da sociedade civil, pequenos empresários, pequenos produtores agrícolas, intelectuais, comunidades, igrejas e movimentos setoriais. Ele se fortalece pelo propósito de discutir um projeto alternativo para o Brasil, provando, em cada ramo concreto, que é possível e viável desenvolver um outro tipo de modelo econômico, político e social neste País. Ele se alimenta da contribuição de equipes de trabalho que são constituídas pelo que há de mais representativo, competente e comprometido

nas diversas áreas de pensamento e ação. Além de exercer um diálogo permanente com a sociedade, expressando suas proposições, será também papel do Governo Paralelo denunciar todas as ações de governo e de forças internas ou externas que atentem contra os interesses maiores do nosso povo”.

O governo federal tropeçava a cada dia. Primeiro pelas denúncias de corrupção e depois pela política neoliberal que estava sendo implantada, como o desmantelamento do setor público e pela omissão de investimentos nas áreas de saúde, educação, e outras prioridades sociais.

O plano de estabilização apresentado agravou ainda mais a concentração de renda ao impor o maior arrocho salarial de até então. Os salários permaneceram congelados até o advento da Medida Provisória 193. A tática para “derrubar a inflação com um só tiro” foi um fracasso. A subida dos preços voltou com força total chegando à casa dos 10% ao mês.

O poder de compra do salário mínimo foi rebaixado nos primeiros seis meses de governo. O desemprego crescia num deliberado processo recessivo que apontava para uma queda do Produto Interno Bruto (PIB). Ao invés de retomar o crescimento, o governo impôs a redução do nível de atividade, agravando o quadro de pobreza e de miséria absoluta que atingia a esmagadora maioria da população.

Mas foi nos terrenos da política, da justiça, dos direitos de cidadania e do respeito à Constituição que se reuniram os atos mais preocupantes e arbitrários do governo Collor que se recusava a dialogar com a sociedade civil e com o Legislativo.

Ferida em seus direitos a população começou a se revoltar. Metalúrgicos, motoristas, bancários, professores, trabalhadores rurais sem-terra, ambientalistas e tantos outros brasileiros levaram seus protestos aos quatro cantos do país.

Esse episódio foi um momento bonito da cidadania brasileira. Parecido muito com as Diretas Já. O povo na rua a exigir seus direitos.

Mas, há um outro lado dessa história que eu gostaria de contar. Na noite anterior ao processo de impeachment, os deputados da tropa de choque do governo federal, jantaram com o presidente Collor e juraram fidelidade eterna. No dia seguinte, o então presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, anuncia que o voto seria aberto. Ficamos perplexos quando esses mesmos deputados que apoiavam o presidente foram até a tribuna e disseram alto e de bom tom que pelos filhos e pela família votariam a favor da cassação. Foi um momento de hipocrisia desses parlamentares. Por isso tudo é que sou favorável ao fim do voto secreto. Defendo o voto nominal e aberto em todas ocasiões.

Sem condições de governar o país devido às denúncias de corrupção, no dia 29 de dezembro de 1992, durante o julgamento de impeachment no Senado Federal, Fernando Collor de Melo renuncia ao cargo de presidente da República Federativa do Brasil.

3. Greve de fome

Havia falado pelo telefone com meus filhos há poucos instantes. Fui nutrir-me de seus carinhos e conselhos de quem quer ver o pai na hora do jantar. Porém, passados alguns minutos, a voz continuava embargada e já prenunciando que teríamos mais um dia seco em Brasília. Despedi-me dos amigos. Longos abraços.

Os mais de quinhentos metros que separam o gabinete 471 (do anexo 3) ao plenário da Câmara dos Deputados pareciam não ter fim. Estou em frente à sala 7 das Comissões. Pensei: “Dias históricos aqueles da Constituinte quando ajudamos a construir o Capítulo da Ordem Social. Quantos debates, embates, discussões e lágrimas. Quantas saudades!”.

Ao adentrar o Plenário verifiquei que já se passava das 11 horas. Havia poucos parlamentares na casa. Fui logo registrar presença e fazer inscrição para me pronunciar. Fiquei acompanhando atentamente meus colegas. Assuntos diversos na pauta e todas as liturgias do ritual: Senhor Presidente... Peço a palavra... Apenas para esclarecer... Tem a palavra o senhor... Será constado em ata... Está em obstrução...

O silêncio de reverência dos dez irmãos da “velha casa cinza” tomou conta da minha plenitude naquele momento. Estava eu lá, não mais como um dos deputados mais votados do meu estado, mas como um menino. Agora sem a voz embargada. Apenas ouvindo o meu velho que dizia a nós: “O destino dos homens corretos está traçado. É hora de molhar a terra, de dar brilho as pedras”. E então chegou a minha vez.

“Senhor Presidente:

Venho aqui no dia de hoje apegado a um forte sentimento que me acompanha desde a minha adolescência e juventude. Nos momentos mais difíceis da minha vida de homem público este sentimento sempre esteve ao meu lado. Como relator da Comissão Mista da Política Salarial, gostaria de dizer a esta Casa que em protesto por não aprovarmos uma política descendente para o salário mínimo entro em greve de fome por tempo indeterminado. Este ato é em solidariedade aos aposentados e pensionistas e, também, à classe trabalhadora brasileira que é obrigada a sobreviver com 42 mil cruzeiros”.

Cinqüenta minutos antes do início daquela inesquecível Sessão de 20 de Novembro de 1991, dia de Zumbi dos Palmares, comuniquei a bancada dos tra-

balhadores que entraria em greve de fome. Recebi a solidariedade de todos.

A cada minuto chegavam apoios. Eram telefonemas, telegramas, e-mails, abraços, flores, muitas flores. O deputado Adão Preto me deu um longo abraço. O deputado Caio Riela levou a família ao Plenário. O ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado Alceu Collares não estava em Brasília, mesmo assim me telefonou. A imprensa, os funcionários e médicos da Câmara, enfim, todos estavam solidários, pois sabiam que aquele momento estava marcado em nossas vidas.

Braços cruzados... Olhos quietos... Corpo cansado... Saudade... Muita saudade... O plenário vazio não desanimava minha determinação... O sentimento do comandante Ernesto Che Guevara era meu parceiro. As reminiscências vinham a galope.

Muitas vezes lá estava meu velho pai, em um canto do plenário, a chorar o suicídio de Vargas. Do outro, estava eu, de calças curtas pronto para ir ao armazém da esquina, com a velha caderneta de apontamentos para comprar fiado, instrumento essencial para aquelas famílias que dependiam de salário mínimo.

E as recordações continuavam...

Passadas quase 72 horas eu estava na solidão do plenário, quando o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, entrou com os líderes dos partidos, inclusive o líder do governo, para dizer que o presidente Collor de Mello apresentaria uma proposta de abono emergencial para o salário mínimo, desde que eu suspendesse a greve de fome.

O **Diário do Congresso Nacional** registrou o meu pronunciamento: “A partir deste momento, estamos à disposição para o entendimento e para o diálogo. Queira Deus que na próxima quarta-feira, por unanimidade, este Plenário possa votar uma proposta, não que seja ideal, mas que atenda, pelo menos em parte, aos interesses do conjunto dos trabalhadores e aposentados e pensionistas deste País. Era o que tinha a dizer.”

4. A vitória dos 147%

A epopéia dos 147% é uma bonita história que precisa ser contada. Eram os anos 1991 e 1992. Eu havia sido escolhido para ser o relator do salário-mínimo (SM). Apresentei um substitutivo garantindo um reajuste de 147% ao valor do SM e a todos aposentados e pensionistas.

O governo da época resolveu não conceder o mesmo reajuste do SM aos aposentados e pensionistas. Aliás essa prática foi usada pelos governos posteriores.

A confederação dos aposentados (Cobap) liderou um grande movimento pelo país, promovendo toda a

sorte de atos públicos, em ambiente interno ou nas ruas e praças, inclusive fechando estradas. O episódio de fechamento da rodovia Dutra, em Aparecida (SP), após a realização da MISSA DOS APOSENTADOS, seguida de assembléia foi muito marcante. Porém, o que mais chamou a atenção de todos, até mesmo da imprensa internacional, foi o confronto na ponte Hercílio Luz, entre a polícia de Santa Catarina e os aposentados, onde alguns sofreram agressão física. A disposição de todos os aposentados e pensionistas foi crescendo, e eles nunca esmoreceram, o tempo passava e eles continuavam lutando, enchendo as ruas e os corredores do Congresso Nacional.

Somente em 1992, os aposentados conquistaram direito ao reajuste de 147%, relativos à variação do salário mínimo de março a setembro de 1991, expurgado pelo governo de seus rendimentos. Mas não foi fácil. O governo resistia, mas os aposentados não desistiam, continuavam a lutar com toda a garra.

Em abril de 1992, a Portaria MPS 10, determinou 79,96%, que correspondia à variação do INPC, para reajuste dos benefícios de valor igual ou superior a Cr\$17.000,00, em março de 1991, com dedução dos 54,60% dados em Setembro de 1991.

Em julho de 1992, pela Portaria MPS 302, o governo não se curvava totalmente à decisão judicial proferida no RE 147.684-2-SP, que determinava a revisão dos benefícios previdenciários no índice de 147,06% (índice de reajuste do salário mínimo), a partir de 19 de setembro de 1991, mas considerava que “a extensão desse critério de reajuste aos demais aposentados e pensionistas constituirá medida relevante, notadamente no atual quadro de disseminada litigiosidade”

Era a vitória. Mas faltava o pagamento daquilo que deixaram de receber no período de setembro de 1991 a julho de 1992, o que só foi conseguido em 12 parcelas, a partir de Novembro de 1992.

4. URV

No dia 15 de dezembro de 1993 a Comissão do Trabalho aprovou, por unanimidade, projeto de minha autoria que garantia aos salários um tratamento semelhante ao dos preços quando vigorasse a Unidade Real de Valor (URV). Na prática era a indexação dos salários dos trabalhadores a URV. A indexação valeria para todos os trabalhadores de empresas privadas, públicas, aposentados e pensionistas.

Dois meses depois estive no Ministério da Fazenda e apresentei uma fórmula para conversão dos salários em URV capaz de agradar a servidores públicos, governo, empregados e empregadores.

Disse por diversas vezes que não adiantava o governo afirmar que os preços também poderiam ser convertidos em URV pela média, como fazia com os

salários. “Os preços anunciados são diferentes dos preços à vista e estes, por sua vez, já estão no pico”.

Paralelamente o movimento sindical se mobilizava para fazer greve em protesto contra a decisão do governo de converter os salários para URV pela média. Os trabalhadores deram total apoio ao meu projeto de indexação a URV integral.

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) preparado para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e entregue a Presidência da República, mostrou uma perda de 26% a 27% nos salários da categoria, se adotada a conversão para URV pela média. Para o Dieese, o trabalhador já perdia ao receber no final do mês e, por isso, a média com base no dia do pagamento era prejudicial para todos.

O jornal **Estado de S. Paulo** em matéria explicativa disse que, se o governo adotasse a conversão dos salários para a URV utilizando a média, dos últimos oito meses, os trabalhadores teriam perdas. Para exemplificar, adotou-se um salário que fosse equivalente a US\$ 100 em julho, mês base para a conversão. A média final foi de US\$ 86,52.

5. Bang-Bang

Aproveitando o assassinato do presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC paulista, Oswaldo Cruz, o jornal Zero Hora de Porto Alegre em janeiro de 1994 me entrevistou sobre violência no meio sindical. De início deixei claro qual era a minha opinião: a violência nos sindicatos era uma tendência generalizada que estava crescendo.

Há uma disputa enorme nas entidades sindicais. É uma espécie de briga do poder pelo poder, onde as próprias diretorias terminam rachando. Um segmento vai para o confronto com o outro, com o objetivo de assumir os postos de maior destaque. É uma política equivocada.

Disse ao repórter que quando eu era sindicalista a gente fazia política sindical construindo, mobilizando, organizando passeatas e greves. O movimento sindical partiu para o que eu chamo de disputa intestina, da política do umbigo. Olham para dentro do sindicato e se esquecem da conjuntura nacional, até mesmo da sua própria categoria. Esses setores entendem que o sindicato é um instrumento de projeção pessoal. Não estão vendo limites para alcançar postos de liderança.

O que aconteceu no ABC paulista é fruto desse processo. O Oswaldo Cruz era uma liderança que estava em ascensão. Desde os anos 80 ele vinha se afirmando. A prática de destruir líderes e assumir seus espaços não tem limites. Começam por destruir a pessoa moralmente e depois para a violência física é um passo. Fui incisivo: tudo que aconteceu em São

Paulo me lembrava a depressão dos anos 1930, em que irmão matava irmão. E o meu medo era que se voltasse aquele sindicalismo norte-americano marcado pela violência.

Esses sindicalistas estavam dando exemplo negativo ao movimento. Para eles, importava mais os fins que os meios. É claro que havia muito inocente útil que não estava entendendo nada. Disputas desse tipo são descabidas, mesmo que sejam legítimas. São dois processos: o movimento sindical parou de bater na ditadura; veio o Fernando Collor de Melo e se discutiu o impeachment, entrou o Itamar Franco e o movimento sindical ficou perdido se digladiando internamente, acabando por não fazer seu papel histórico que é o de organizar os trabalhadores.

Durante o ano organizamos um debate nacional chamado "A Ética na Política Sindical". Reunimos sindicalistas do país inteiro. Precisávamos discutir o assunto à exaustão. Alguns deputados me disseram: "Olha Paim, você está mexendo num ninho de cobras, te cuida".

6. Japão

A convite da União de Cientistas e Engenheiros Japoneses (IUSE) fiz parte da delegação de parlamentares brasileiros que visitou o Japão. Era início dos anos 1990. Tóquio é uma cidade de encher os olhos.

O Japão já era um país em franca ascensão, sendo a segunda maior potência industrial, apenas atrás dos Estados Unidos da América. No início dos anos 60, a indústria japonesa iniciou a exportação em grande escala, fazendo furor no mercado mundial com seu aço, têxteis, automóveis, computadores, máquinas fotográficas e produtos eletrônicos.

Esse milagre japonês não aconteceu da noite para o dia. Pelo contrário, o êxito econômico foi resultado de um longo e bem pensado processo de desenvolvimento.

Fiquei impressionado como uma ilha menor que o Rio Grande do Sul, em que somente 20% da terra é aproveitável, tenha se tornado um dos países mais ricos do mundo, com o conseqüente reflexo no padrão de vida do trabalhador.

A história do Japão é um exemplo das constantes transformações por que têm passado as estruturas dos países industrializados no que diz respeito às relações entre capital e trabalho.

Os trabalhadores efetivamente participam do lucro das empresas. Quando a empresa vai bem, os trabalhadores chegam a ganhar de seis a sete salários a mais como bonificação no resultado das empresas. Ninguém ganha mais que dez vezes o menor salário. Se o presidente da empresa ganha dez salários, o

diretor sete e meio, o gerente ganha cinco e o supervisor dois e meio, o operário mais simples ganha um.

Não existe rotatividade de mão-de-obra. A estabilidade no emprego não é regulada por lei alguma. É um preceito natural, até um dogma. A empresa incentiva a permanência do trabalhador na firma até a sua aposentadoria, tendo, inclusive, direito a mais dias de férias por tempo trabalhado na mesma empresa. Não é à toa que o trabalhador japonês vê na empresa a sua família.

No início de 1990, por falta de mão-de-obra, mais de 200 empresas faliram, embora possuíssem vários pedidos, instalações adequadas e capacidade de produção.

Quando voltei ao Brasil fiz um relato na Câmara dos Deputados: "um brasileiro trabalhando em serviço braçal chega a ganhar US\$ 3 mil mensais, economizando US\$ 2 mil por mês. Uma empregada doméstica ganha US\$ 10 por hora. Há cerca de duzentos mil brasileiros vivendo no Japão, pois os japoneses não se dispõem mais a fazer serviços braçais. Eles estudam ou estudaram e se preparam. Querem comandar e comandam. A jornada de trabalho é negociada com os sindicatos e se trabalha 40 horas semanais. Os sindicatos são organizados por empresa. Todo ano fazem a jornada de Luta da Primavera, realizam um congresso geral e tiram uma pauta comum de negociações, com base na economia e nas condições gerais do país. As negociações, porém, são feitas no âmbito de cada empresa".

Na embaixada brasileira fomos recebidos pelo embaixador, Carlos Antonio Bitencourt Bueno e pelo cônsul-geral, Miguel Magalhães. Ali busquei informações sobre os brasileiros que se encontravam trabalhando no país, bem como sobre a situação de um brasileiro descendente de japoneses, envolvido no assassinato de uma garçonete e que estava preso. O embaixador me disse que os brasileiros na sua maioria trabalham exclusivamente para juntar dinheiro e depois voltar ao Brasil. Já o brasileiro que estava preso eu não pude visitá-lo, pois segundo as leis do Japão, o mesmo só poderia receber a visita do advogado, do cônsul ou de um representante legal da embaixada.

O que me deixou impressionado foi a viagem de 500 km em duas horas que fiz de "trem bala" entre Tóquio e Kioto. Nesse percurso fiquei pensando que o mundo estava mudando e o Brasil teria necessariamente que acompanhar esses novos caminhos da humanidade. Essas mudanças teriam que passar pelo governo, empresários, trabalhadores e pelo movimento sindical. Se isso não ocorresse nas atuais formas de luta, seríamos atropelados pelo trem da história.

E por falar em trem, fiquei surpreso de forma positiva ao ver que na estação de onde saímos haviam várias filas organizadas com idosos, crianças, homens e mulheres. Isso me chamou a atenção. Eu perguntei para o nosso interprete por que todo aquele posicionamento. E ele me respondeu que o trem iria parar precisamente às 8h e 30 minutos, as portas se abririam e os cidadãos organizadamente entrariam, o que de fato ocorreu. Com este fato eu fiquei mais convencido ainda de que para uma nação obter sucesso e progresso é fundamental que o seu povo tenha educação, trabalho, organização, disciplina e pontualidade nos seus compromissos.

Não gostaria de finalizar este relato sobre a minha visita ao Japão sem antes falar sobre a educação daquele país. Pois foi na educação que os japoneses fizeram e continuam a fazer o seu grande investimento. Foi através da instrução de seu povo que o país foi se preparando durante anos para ocupar o espaço conquistado no cenário internacional. Durante nove anos de escolaridade básica, o ensino é obrigatório e gratuito. Esta é uma preocupação fundamental dos governantes. Para o ensino, nunca faltará verba, e, por isso, não existe analfabetos no país. Ademais, 50% dos estudantes chegam ao curso superior, fazendo com que possam criar maravilhas em termos tecnológicos. No Japão, o binômio, educação e desenvolvimento, é uma realidade, e o ensino é tão sagrado quanto o Monte Fuji.

7. Farrapos

Em 1995 fui o relator do projeto de lei de nº 269 de autoria do então deputado Jarbas Lima. A proposta estipulava que seriam feriados civis os declarados em lei federal e a data magna do Estado fixada em lei estadual e que os feriados religiosos, de acordo com a tradição local, declarados em lei municipal, não poderiam exceder a quatro, incluindo a sexta-feira da paixão. Esse projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidente Fernando Henrique Cardoso, passando a ser a Lei Federal 9.093/95.

As festividades da Semana Farroupilha que até o ano de 1994 restringiam-se ao ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e ao feriado municipal em alguns municípios gaúchos, ganharam sem dúvida um grande incentivo com a proposta do Jarbas. Definida pela Constituição Estadual como a data magna do Estado, o dia 20 de setembro passou a ser feriado. O decreto estadual 36.180/95 foi amparado pela Lei Federal 9.093/95.

Em 2005 em homenagem aos 170 anos da Revolução Farroupilha, fiz o seguinte pronunciamento no Senado Federal:

“Peço silêncio aos meus pares... Escutem... Os clarins farroupilhas se aproximam do Congresso Nacional. Vêm em romaria adentrar a catedral das decisões da Pátria. Querem dar testemunhas sobre o 20 de Setembro. Dia que o Rio Grande do Sul celebra 170 anos da Revolução Farroupilha.

Era manhã, véspera de primavera, como hoje. Com suas barbas tostadas e os “corcéis de pêlo carvão”, os continentinos, charqueadores, índios, negros, gaudérios, gaúchos, descendentes dos beduínos, tomam de assalto Porto Alegre. Era 20 de setembro de 1835. Tem início a Guerra dos Farrapos. Epopéia heróica que durou até 1845.

A Província do Rio Grande de São Pedro sofria com a decadência de sua economia. A agricultura perdia espaço. Os produtos pecuários, em competição direta com Montevidéu e Buenos Aires pelo controle do charque brasileiro, eram vítimas de uma legislação discriminatória. A sociedade local não aceitava mais os altos impostos cobrados pelo poder central, pelo Império do Brasil.

O historiador norte-americano, Spencer Leitman, na sua obra “Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos” escreveu que a corrupção institucionalizada continuava, mas as fontes de renda da província aumentaram com a nova organização estrutural e processual. O governo central arrecadava mais dinheiro, porém não distribuía mais verbas para construir uma infra-estrutura adequada.

Nos dez anos de conflito milhares de mortes aconteceram de ambos os lados. Entre farrapos e imperiais. A revolta iniciou com base em reparações econômicas passando em seguida para um período de independência da província.

O professor Mário Gardelin acredita que a Revolução Farroupilha foi um fenômeno humano, que nasce, cresce e declina, como todas as coisas deste mundo, e é mantida ao sabor do heroísmo e das fraquezas humanas que, sem dúvida, são heróis, mas não são deuses.

Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Davi Canabarro, Teixeira Nunes, João Antônio, Onofre Pires do Canto, Gomes Jardim, Antonio Vicente, Lucas de Oliveira, Anita e Giuseppe Garibaldi, Rosseti, os lanceiros negros, Duque de Caxias, Chico Pedro, Mena Barreto e tantos outros.

Como disse Olavo Bilac “esses primeiros criadores da nossa liberdade política não olhavam para si: olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade”.

A Guerra dos Farrapos foi a mais violenta e dispendiosa de todas as crises internas no Brasil durante a década de 1830 e talvez de todo o século dezenove. Conforme ficou provado, com a Revolução Farroupilha a posição econômica e social da província do Rio Grande do Sul melhorou.

Hoje, vinte de setembro, é feriado no Rio Grande do Sul. O estado está parado para assistir as celebrações pela passagem dos 170 anos da Revolução Farroupilha. Em praticamente todos municípios há desfiles cívicos que são levados a efeito pelos Centros de Tradição Gaúcha, estabelecimentos de ensino, igrejas, clubes, organizações não governamentais, prefeituras e governo do estado. É uma festa sem precedentes. Serão mais de 250 desfiles.

Mantendo as devidas proporções o estado do Rio Grande do Sul continua a perder espaço. A elevada taxa de juros e o câmbio valorizado têm penalizado setores importantes da indústria. O aumento do ICMS reduziu o potencial de compra da população. A restrição de crédito de exportação diminuiu a competitividade da indústria local. A elevação de impostos, gera um risco à ampliação dos negócios. O desemprego é crescente.

Para o Brasil queremos um novo pacto federativo. Uma República Federativa mais forte e eficiente; com mais autonomia para estados e municípios, agregado à descentralização de recursos e responsabilidade o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida; onde estados e municípios não sejam submissos à União.

Como disse Eduardo Prado, a História é feita de reparações salutares e tardias justiça.

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva a Pátria-mãe! Viva o Brasil!"

8. Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública foi criada por mim e pelo Arnaldo Faria de Sá, em 1995. Mais do que uma necessidade, era uma exigência dos trabalhadores. O começo foi difícil, mas, passados alguns percalços do meio do caminho, conseguimos engrenar a proposta.

A Frente se posicionou fortemente contra qualquer possibilidade de privatização da Previdência Social. A discussão que nós fazíamos e as alterações da lei deveriam restringir-se a quatro pontos básicos e que passo a citar:

1) A gestão da Previdência deveria ser feita por empregadores, empregados, aposentados e Governo; algo semelhante ao que existe no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que paga o seguro-desemprego e está com um capital em caixa de 27 milhões de reais (1995);

2) Aumento da fiscalização para acabar com a sonegação que continua em mais de 40%, tendo o Governo como o principal devedor da Previdência;

3) Cadastrar cerca de 30 milhões de trabalhadores que estão no mercado de trabalho sem carteira assinada, não contribuindo com a Previdência Social. Os que contribuem são 25 milhões. Se o nosso objetivo fosse concretizado, estaríamos dobrando a receita da Previdência de imediato;

4) Garantir o princípio da aposentadoria integral para todos os trabalhadores, desde que não exceda, como dispõe a Constituição, a vinte vezes o menor salário pago no Serviço Público. Os cálculos atuariais demonstrarão qual vai ser a contribuição de cada segurado para garantir esse direito.

A Previdência Social é o único "ministério" que se auto-sustenta, não dependendo de ajuda do Governo e possuindo uma receita maior que a muitos orçamentos de países da América Latina.

A Frente foi contra a maioria das propostas do Governo, principalmente no fim do vínculo dos benefícios dos aposentados ao salário mínimo, independentemente da faixa que eles recebam. Fomos contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, pois a aposentadoria vinculada à idade fará com que a classe média e os pobres contribuam mais do que os ricos. Fomos contra a diminuição do teto para cinco ou três salários mínimos.

Passados mais de dez anos de seu surgimento, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública continua sendo um verdadeiro escudo em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Dentre as inúmeras pessoas engajadas nesta luta está a sra. Josepha Theotônia de Britto, Secretária Executiva da Frente, e ex dirigente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Dona Josepha é uma mulher lutadora que começou sua jornada participando de uma manifestação de aposentados na Praça da Sé, em São Paulo e a partir de então seguiu engajada com seriedade, perseverança e determinação na causa dos aposentados e dos idosos.

9. Juros altos

As taxas de juros sempre foi assunto para grandes discussões no Congresso Nacional. Na metade da década de 90 recebi uma carta da professora portoalegrense, Cecília Maria Pinto Pires, que exemplificava muito bem a situação e os problemas enfrentados pelos trabalhadores devido às altas taxas de juros do mercado. Fiz questão de registrar nos anais da Câmara a correspondência da professora.

"A conjuntura econômica está deveras alarmante devido as idiosincrasias do Plano Real. Tenho acom-

panhado seus pronunciamentos e debates na mídia e penso que Vossa Excelência está cumprindo um papel de galhardia cívica sem precedentes ao denunciar a falácia da MP que decide pela desindexação.

Por tudo o que já foi dito e analisado, a realidade mais cruel é a de não-equivalência entre juros e salários. Fomos, enquanto classe de funcionários públicos, roubados em nossas remunerações. Se não, vejamos: fui professora de uma universidade pública, onde fiz toda uma carreira de docência e pesquisa, chegando aos títulos de mestre e doutora, na minha área. Quando consegui um patamar mínimo de remuneração, fruto de nossas sistemáticas greves, ocorre um decreto, que ficou conhecido por 'abate teto', onde me era descontado aquilo que segundo o legislador ultrapassava o salário ministerial. Ora, Vossa Excelência sabe que um ministro não ganha, apenas, o salário do contracheque, como fizeram crer, mas se abastece muito bem dos chamados salários indiretos.

Quando resolveram alterar o teto de remuneração ministerial e, portanto, não ocorre mais o 'abate teto', somos roubados, mais uma vez, pelos burocratas que nos tiram ganhos conquistados na Justiça, referentes ao Plano Collor (84,32%). Com essa medida ficamos, novamente, com nossos salários achatados; isso tudo sem falar nos planos Bresser, Verão, que mostram o descaso do Governo com os profissionais da nossa área.

Por que lhe falo de tudo isso? Por uma simples razão: a minha situação financeira atual é de inadimplência: perdi meus cheques especiais, atrasei pagamentos de minhas dívidas, estou pagando cartões de crédito a custo de usura, fui cadastrada no SPC, tenho quatro filhos menores, sou aposentada e pago juros extorsivos para as financeiras que foram encarregadas de cobranças pelas lojas.

Apenas para exemplificar, um caso – comprei um televisor colorido em 24/11/94, em duas prestações, no valor de R\$ 156,81. Pelas razões já expostas, atrasei o pagamento da última, de 24/01/95. Pois bem, agora, na negociação com a empresa de cobrança, o valor a ser pago em 25/08/95 é de R\$ 540,00. Vossa excelência pode calcular o percentual dos juros.

Tomei a liberdade de escrever-lhe pelo fato histórico-ideológico de ser sua eleitora, desde a sua primeira candidatura a deputado e por ter comprovado, in loco, sua atuação na Câmara, em várias ocasiões.

Vossa excelência é um dos deputados que não trai seu eleitorado, está sempre presente no plenário e nas votações com o denodo e a lealdade de quem acredita na construção da democracia.

Fui militante do Movimento Docente desde a sua origem e, hoje, continuo na luta para que os aposenta-

dos não sejam relegados como elementos descartáveis da Nação, que ajudaram a realizar.

Solicito a Vossa Excelência que use a tribuna, concedida pelo povo, para denunciar situações dessa natureza, onde a pauperização dos professores é uma resultante do simulacro desse plano salvacionista, chamado Real, pelo Rei e sua Corte.

Cumprimentando-vos com admiração e apreço, subscrevo-me. Cecília Maria Pinto Pires."

Mudou alguma coisa nesses mais de dez anos?

Em 2006 publiquei no jornal o Sul de Porto Alegre o artigo "Juros e cambio prejudicam o crescimento".

"A taxa básica de juros do Brasil, entre as mais altas do mundo, e uma valorização do cambio que destoa do padrão mundial estão freando o crescimento do setor produtivo. Atualmente a taxa selic está na casa dos 14,75 %. Sem dúvida a política de juros adotada pelo Banco Central impede uma expansão substancial da economia brasileira. Os dados estão aí e a gritaria é geral. Porém é importante frisar que isso não é uma situação de agora. Esse é o menor índice da série histórica divulgada pelo Banco Central nos últimos 31 anos.

Também é certo que existe muito rumor a respeito deste assunto e acredito ser de fundamental importância um amplo debate sobre esta questão. Quem sabe o momento seja oportuno para um "pacto" que reveja essa situação. É uma idéia que pode ser amadurecida. Entendo que com a atual taxa de juros o Brasil está com o foco no crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido em detrimento ao setor produtivo. Haja visto o brutal crescimento de rentabilidade dos Bancos divulgado nos últimos balanços. Temos que ter um programa adequado para o crescimento das riquezas internas calcado no setor produtivo. O atual modelo prejudica os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Reduzir a taxa de juros é uma questão fundamental que o governo precisa rever para que possamos reativar a economia com a ampliação das exportações e dos investimentos nos diversos setores produtivos, a fim de promovermos maior justiça social.

Estou convencido de que a taxa de juros não pode ser mantida no atual patamar. Esperamos que o governo faça reduções mais arrojadas para que assim possamos nos aproximar da media mundial que varia em torno dos 7%.

Outro fator que tem prejudicado o empresariado brasileiro, em especial o setor exportador, e tirando a competitividade do produto nacional em relação aos nossos parceiros comerciais é a valorização do real frente ao dólar.

A Medida Provisória editada pelo Governo autorizando que 30% das receitas de exportações fique em bancos no exterior é uma tentativa de reduzir a oferta da moeda no país e aumentar o valor da cotação do dólar. Com a moeda mais cara, empresários ganharão ao converterem as vendas em reais. Embora esta medida não seja uma solução unânime entre os especialistas, esperamos que o efeito cambial seja minimizado, visto que a taxa de câmbio é, por si só, uma importante variável na política econômica do país”.

10. Terceira Secretaria

Quando fui 3º Secretário da Câmara dos Deputados em 1997 e 1998 tive a preocupação de ampliar as funções do órgão e não apenas restringir e justificar as faltas dos parlamentares e fornecer as requisições de passagens aéreas, conforme faziam meus antecessores.

Trabalhei junto com a minha equipe na seguinte visão: a 3ª Secretaria deveria ser um canal aberto para a sociedade civil organizada, realizando seminários, mesas redondas e diversas reuniões.

Logo que assumi reativei os trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul, onde exerci a função de presidente. Busquei estreitar os laços com aquela Nação, pois sabia da sua importância uma vez que estava dando um exemplo para o mundo, de luta para a manutenção da dignidade de seu povo. Por diversas vezes trocamos informações com parlamentares sul-africanos.

Em novembro de 97 realizamos uma mesa redonda para discutir “A importância do estudo da história da África”, que resultou no encaminhamento de uma indicação ao ministro da Educação, Paulo Renato, sugerindo a inclusão da história da África, nos currículos dos 2º e 3º graus.

O seminário “Meios de Comunicação e Representação da Diversidade Racial” foi de grande relevância para se abrir o debate aqui no Congresso. O evento teve a participação de artistas negros, empresários ligados à publicidade, representantes do governo federal e do Distrito Federal, da Fundação Palmares e de professores universitários.

Conseguimos efetivar a mudança do nome do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados para Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, em solenidade realizada no dia 13 de maio de 1998.

A 3ª Secretaria também promoveu a realização de um seminário sobre a Previdência Social. Nesses encontros, voltados para um auditório mais específico, buscamos aprofundar temas como a situação financeira do sistema e as mudanças que viriam com a reforma.

Promovemos algumas reuniões para discutir o projeto de lei 661/95, sobre atualização de aposentadorias e pensões, bem como o projeto de lei 3561/97 sobre o Estatuto do Idoso.

Na área da saúde, realizamos uma mesa redonda para debater a Lei de Doação de Órgãos. Como resultado desse evento, foi apresentado um projeto de lei para alterar a lei de doação de órgãos.

O salário mínimo foi outro assunto que sempre esteve presente. Grandes debates foram realizados com as centrais sindicais, confederações, Dieese, Diap, Fenafisp, OIT, Fenasp, Cobap e representantes dos ministérios do Trabalho e da Previdência. A partir desses encontros foi criada a Frente Parlamentar e Social pela Dignidade do Salário Mínimo. No ano de 2000, a Câmara instalou uma comissão especial composta por 31 deputados e destinada a estudar o assunto.

Quando recebi a visita de um grupo de dirigentes do Movimento Organizado de Aposentados e Pensionistas, juntamente com a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), que estavam ali na 3ª Secretária representando os nossos “senhores de cabelos brancos”, fiz questão de no mesmo dia ir até a tribuna e fazer o seguinte pronunciamento:

“Muitos dos nobres colegas talvez não saibam, mas, esses brasileiros, que tem idade média de 65 anos, enfrentam viagens às vezes de quarenta horas para chegar em Brasília. Quando aqui se hospedam, é de forma precária – chegam a dormir nos ônibus, de duas a quatro noites seguidas. Caminham nestes corredores do Congresso, freqüentemente com os pés inchados: buscam encontrar na chamada casa do povo a solução para o castigo que lhes é imposto pelos tecnocratas do governo. O incrível é que eles não perdem o bom humor, conseguem viver sorrindo e criando coisas interessantes. Dessa vez, nos falaram mais de um plano econômico: o Plano 100. O plano, segundo os aposentados consiste em sem teto, sem terra, sem comida, sem moradia, sem saúde, sem educação e, finalmente, sem nada. Veja senhor presidente. De nossa parte, esperamos poder estar cada vez mais atentos aos problemas desses 16 milhões de brasileiros excluídos. Eles são carentes da tanta coisa que não conseguem nem mesmo sonhar com aquilo que seus colegas europeus têm de sobra: áreas de lazer, turismo subvencionado, garantia de saúde, complementos essenciais para uma velhice despreocupada e segura”.

O meu assessor de imprensa na terceira secretaria foi o jornalista Roberto Rodrigues que atualmente trabalha na representação do Estado do Rio Grande do Sul aqui em Brasília. Além de competente profissional ele é um militante social. Convidei para traba-

lhar comigo em maio de 1997 e ele me acompanhou até fevereiro de 1999. Muitas histórias aconteceram nesse período.

A Revista do Diap num final de semana divulgou os nomes dos parlamentares que mais se destacaram no Congresso Nacional. Entre “Os Cem Cabeças”, estava o meu nome. Era sábado, e eu, apressadamente liguei para o Roberto para que ele divulgasse a notícia na imprensa gaúcha.

- Roberto, aqui é o Paim. Tudo bem.
- Tudo ótimo, meu deputado.
- Olha, estou entre “Os Cem Cabeças do Congresso”, segundo o Diap.
- Vamos acionar a imprensa?

Como o Roberto conhecia bem o funcionamento das redações, ele me respondeu contra-argumentando:

- Deputado se um cachorro lhe morder no final de semana, não é notícia, caso a situação fosse ao contrário, isto é, se o senhor morder o cachorro, ai sim é manchete para um final de semana.

Lembro que dei muita risada da comparação. Na segunda-feira divulgamos a notícia.

Uma repórter que cobria a Congresso Nacional entrou em contato com o Roberto e solicitou uma entrevista para a sua emissora de TV. A pauta era sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 26/91, de minha autoria, que previa o fim do voto secreto. O Roberto mandou um texto para ela, com todos os detalhes. A repórter chegou na terceira secretaria e foi direto à sala do Roberto onde ele passou mais detalhes sobre a proposta. Ele enfatizou que se tratava de uma PEC e não Projeto de Lei. Mas ela insistia em chamar de projeto de lei. Antes de fazer a gravação voltou a chamar a PEC de projeto de lei. O Roberto e eu, só nos olhávamos. Com muita didática expliquei o que era uma PEC e também o que era um PL. Quando ela começou a gravar, voltou a chamar de Projeto de Lei. Pacientemente interrompi a entrevista para fazer a correção.

Juntos, montamos um cronograma de entrevistas para rádios de todo o país. Estava com uma disposição invejável. Foram vários meses falando para os mais longínquos rincões do Brasil. Eram entrevistas a partir das seis da manhã até a noite. Houve casos para as rádios localizadas na região norte, cujo fuso horário difere de Brasília, cheguei a falar nas primeiras horas da manhã.

11. Racismo

No dia 13 de maio de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou Projeto de Lei 9459/97 de minha autoria que ampliou a Lei Caó (7716/89) contra crimes de racismo.

A nova lei trouxe três modificações na legislação. A primeira delas faz com que passem a ser punidas também as discriminações por etnia, religião e procedência nacional. Além disso, a pena é severa, de um a três anos de reclusão e multa, acrescentando assim um parágrafo ao artigo 140 do Código Penal. Essa alteração era uma antiga reivindicação daquelas pessoas que eram vítimas de preconceitos e discriminações.

Outra modificação refere-se aos meios de comunicação, que ficaram proibidos de veicular propaganda nazista. Manteve-se a pena de reclusão de dois anos a cinco anos, e incluiu-se a possibilidade de multa, para aquelas pessoas que praticarem, induzirem ou incitarem por meio da mídia, a discriminação racial.

Na prática, o que mudou foi a aplicação da lei. Antes, se um cidadão negro fosse chamado de “negro sujo” e um branco de “branquelo sujo”, o réu invariavelmente era absolvido porque a ofensa caracterizava-se apenas como crime de injúria e não de racismo.

Da tribuna disse que “a amplitude dessa lei protege todo cidadão: o negro, o branco, o palestino, o judeu, o africano, o italiano...”.

Para a aprovação da Lei 9459/97 foram fundamentais a participação de diversos deputados e senadores, dentre os quais, Jarbas Lima que foi relator na Câmara e, o também gaúcho, Pedro Simon, relator no Senado Federal.

12. Modernização?

O Projeto de Lei 5.483 de 2001 do governo federal tinha por objetivo flexibilizar o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e propor que o negociado ficasse acima do legislado, deixando profundas indagações: a quem interessava o projeto que atentava contra o estado democrático de Direito? Que força é essa que enviara um projeto tão importante em regime de urgência constitucional?

Quase todos os segmentos da sociedade organizada estavam contra o projeto, entre eles a CNBB, a OAB, as Centrais Sindicais, as Confederações dos Trabalhadores, a comunidade evangélica, os juizes, os promotores, os advogados do trabalho, os fiscais do trabalho e o presidente do STF.

Não podemos sequer imaginar um país como o Brasil optar pela livre negociação, com situações tão adversas no mundo do trabalho e com realidades tão distantes. Na verdade, optar pelo projeto 5.483 era negar o desemprego, o trabalho escravo, o trabalho infantil, os salários baixos e as péssimas condições de segurança e estabilidade, e as discriminações que existiam e ainda existem no país.

Sempre deixei claro que a livre negociação no mundo do trabalho é uma imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Os motivos divulgados falavam da modernização da CLT, que alguns dizem ser arcaica e obsoleta. Mas por que não pontuar as questões mais urgentes e discuti-las com toda a classe trabalhadora, ao invés de arruinar 60 anos de luta em apenas um ato arbitrário? Negociar abaixo da lei é expor o trabalhador à miséria e exploração.

Outro argumento utilizado pelos defensores do projeto 5.483 era que a livre negociação contribuiria para aumentar os níveis de emprego. Sabemos que a qualidade do emprego no Brasil está mais ligada ao crescimento econômico do que à legislação trabalhista. Um estudo da época de autoria do economista João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dizia: “a CLT não é culpada pelo crescimento do trabalho informal do Brasil.”

As modificações feitas no substitutivo alteravam a redação do projeto, mas a essência continuava a mesma. Na ânsia de confundir a população, o governo argumentou que os 34 direitos do artigo 7º estariam protegidos, pois leis complementares previstas no mesmo seriam inegociáveis. Havia um engano, pois nesse artigo só existe a previsão de uma lei complementar, que diz respeito a proteção do empregado contra despedida arbitrária ou sem justa causa, com a possibilidade de imposição de indenização compensatória, dentre outros direitos. Outras previsões legais não vinculam a matéria a edição de lei complementar, como, por exemplo, a previsão de um salário mínimo nacional unificado, com reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do trabalhador.

Entendemos que quaisquer mudanças que afetem a CLT e também a Constituição devem ser largamente discutidas com toda a classe trabalhadora.

13. Amizade

Foi com tristeza que subi a tribuna naquele dia 30 de agosto de 2001 para comunicar que, às 3 horas da madrugada, morria no Rio Grande do Sul um grande companheiro nosso, um brasileiro acima de tudo: o ex-deputado Amaury Müller.

Amaury Müller esteve por mais de duas décadas no Parlamento. Foi membro da Mesa da Câmara e presidiu a Comissão de Trabalho. Na década de 70 fez um discurso contundente contra a ditadura. Por esse ato foi cassado juntamente com outro gaúcho, o deputado Nadir Rossety. Amaury foi daqueles homens que a história do nosso país jamais esquecerá. Era conhecido no mundo todo por sua luta contra qualquer tipo de preconceito. Sem dúvida, um símbolo da liberdade, da democracia e da “perseguição constante de justiça”.

Visitei-o no hospital e vou repetir aqui as suas palavras: “Paim, o câncer que tenho devo ao cigarro”.

O culpado pela morte do Amaury foi o cigarro. Ele teve a grandeza de me dizer isto. Tenho certeza de que gostaria que eu o dissesse isto para os que até hoje não entenderam que o cigarro mata.

Quebrando o protocolo, pedi um minuto de silêncio em homenagem à memória de Amaury Muller. Tenho saudade dele.

Drogas como o cigarro e o álcool lamentavelmente fazem suas mazelas. São fonte de dor, sofrimento e muitas vezes levam à morte.

Se falarmos das drogas ilícitas então, essas convergem normalmente para uma catástrofe social. Crianças, adolescentes, jovens e adultos se drogando em suas casas, nas ruas, guetos, favelas ou embaixo de viadutos espalhados pelo Brasil, são um grave problema que afeta a sociedade como um todo. O uso social de drogas lícitas e ilícitas não se restringe mais às classes menos favorecidas da população. Ele alcançou um grande contingente de pessoas com alto nível de instrução e bom poder aquisitivo, pessoas cientes da armadilha em que estão caindo.

Toda sorte de violências praticadas nas ruas, nos cruzamentos, nas invasões dos lares, tem como protagonistas jovens que, quando presos, confessam que são viciados em drogas proibidas. Roubam e matam sob ação de drogas e assim agem para obter os recursos com os quais vão adquirir mais drogas.

Li a história de um jovem chamado Samuel e fiquei comovido com seu relato. Fiz contato com ele, que ficou feliz por poder contribuir com seu depoimento.

Diz o depoimento:

“(…) Até os meus quatorze anos eu era um garoto normal, feliz com a vida, com mil sonhos na cabeça, vários amigos. Na verdade eu era meio “Caxias” na época, pode-se até dizer “Mauricinho”. Andava a cavalo em uma hípica, já tinha passado meus pais e minhas irmãs em altura (me achava o máximo por causa disso).

Eu era um cara meio esnobe até. Até que nessa mesma idade aconteceu algo que iria mudar minha vida pra sempre. Não só minha vida, mas minha personalidade também. Eu fui seqüestrado e passei 12 dias em cativo (não vou relatar sobre esse período, pois não é esse o objetivo), depois que me libertaram eu nunca mais fui a mesma pessoa.

Meu pai em seguida me deixou por dois meses em uma clínica. Isso serviu para que eu me recuperasse e também para abafar o caso entre a comunidade. Quando voltei reiniciei os estudos. Tentava não pensar no que havia acontecido, mas no meu íntimo aquele Samuel havia morrido.

Eu sabia que jamais seria o mesmo (na época inclusive contei muito com o apoio da minha atual esposa, na época namorada.

Um dia eu estava na casa de um amigo e ele me ofereceu um baseado. Eu na hora recusei, mas depois acabei fumando. Depois disso sempre que a gente saía a gente fumava e tudo era desculpa para acender um. A Bia ficava “P” da vida, mas ficava calada. Minha família, se por acaso percebia, também ficava calada.

Eu adorava a sensação que tinha. Me sentia relaxado, não tem como dizer que era ruim.

Um dia, em uma rave, um amigo me chamou e me deu um pacotinho com pó para cheirar. Falou que eu iria adorar e eu adorei mesmo. Comecei a cheirar com uma certa frequência. Meus pais descobriram, e eu parei. Fiz terapia, terminei o colegial e a Bia engravidou.

Fiquei muito feliz. Para mim era como uma redenção. Me sentia extremamente responsável, comecei a planejar o futuro.

Ao mesmo tempo, via em meus pais e nos pais dela olhares de reprovação. Ninguém queria essa criança, nem mesmo a Bia. Ela estava no segundo colegial e aquilo foi uma bomba na vida dela.

Só eu comemorava, no íntimo e abertamente. Então ela teve sangramento no quinto mês de gestação e a médica pediu repouso. O que ela fez por um mês e meio. Quando tive que viajar para prestar vestibular ela foi à uma festa e acabou tendo nossa filha naquela noite.

Nasceu de seis meses e meio....viveu durante dez dias. Longos dias....

Ela tinha vários problemas de saúde e dificilmente sobreviveria, ou poderia ter seqüelas. Eu amei aquele “serzinho”. Passava o dia e a noite no hospital.

Recomecei a usar cocaína, fumar crack, beber...

Detonei. Perdi a namorada, bati nela, roubei meus pais, meus cunhados, minhas irmãs. Tive overdose, voltei pra rua. Detonei de novo...

Até que um dia eu estava muito doido, fora de mim, quando senti uma picada no meu braço. Um dos caras estava injetando pó em mim. Fiz isso por várias vezes.

Nisso eu não comia mais e estava fora de casa, há dias, deixando minha família desesperada, desestruturada e muito longe de ser a família feliz e unida dos meus 14 anos.

Acabou do jeito que vocês estão vendo. Peguei uma infecção violenta por usar seringa contaminada o que acabou se transformando em artrite reumatóide e endocardite crônica.

Sou portador do vírus da hepatite C e só não peguei Aids porque Deus não quis, apesar de durante muito tempo desconfiar de que minha família estava omitindo o que realmente tenho.

Fiz vários exames que deram negativo e agora acredito neles. Estou sem conseguir andar desde novembro e coloquei várias próteses.

Sinto dores em todo o meu corpo 24 horas por dia. Minha vida jamais será a mesma.

Não deixe ser tarde demais. Mude isso agora.

Talvez todas essas limitações em que me encontro sejam uma vantagem: a de não ter a chance de ceder para essa maldita, mas você não precisa ter que passar pelo que eu estou passando.

Olhe pra dentro de si. Não deixe ela tomar as rédeas da tua vida. Ela é TUA, só TUA e, com certeza, de Deus também, mas Ele não pode fazer nada se você não der um empurrãozinho.”

Infelizmente as marcas que o vício deixa são profundas. Suas raízes não produzem, elas se nutrem de tudo que é sadio para depois secar e matar sua fonte. Temos que encontrar meios de substituir estas marcas por afagos que venham gerar saúde, energia e VIDA.

14. Gesto simbólico

Quando estava indo para o plenário da Câmara naquela terça-feira, dia 27 de novembro de 2001, a minha chefe de gabinete, Márcia Closs, me avisou que em Caxias do Sul estava havendo paralisação de trabalhadores em protesto contra o Projeto de Lei 5483/01. Em Porto Alegre e no Vale dos Sinos, os trabalhadores das fábricas, pela manhã, fizeram ato público e retardaram o horário de entrada em protesto contra o projeto. Em Brasília, havia em torno de 15 mil pessoas, divididas entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, protestando. E em todos os aeroportos do país ocorriam manifestações contra o projeto.

Quando discursava na tribuna fiz um gesto que simbolizou toda a repulsa que o movimento sindical brasileiro tinha pela proposta do governo. “Destaquei uma folha da Constituição e encaminhei por via aérea o exemplar da nossa Carta Magna em direção do deputado Ricardo Izar. O livro da Constituição acabou atingindo o deputado André Benassi, também da base governista. Após o ato, pedi desculpas aos membros da Mesa”. Essa simbologia foi para mostrar que o projeto do governo significava “arrancar o coração e a alma da Constituição representados pelos direitos sociais”.

O que fiz, posso assim dizer, também foi uma reação às agressões verbais e até mesmo racistas que sofri naquele momento. Quando me encontrei com o deputado Izar no Salão Verde da Câmara disse a ele que não tinha intenção de fazer aquilo, mas que não consegui suportar as provocações que ele me dizia

enquanto eu discursava contra o projeto. No dia seguinte, o jornal Folha de São Paulo, registrou o gesto com foto na capa.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio de Mello, saiu em minha defesa. Ele declarou que via no meu ato “respeito à Constituição”: “Não podemos ver simplesmente no ato do deputado Paulo Paim uma agressão à lei maior da República. Ao contrário, ele procedeu a esse ato, que é extremo, visando preservá-la”.

Recebi inúmeros telefonemas, e-mails e cartas de solidariedade. Dentre tantas há uma que me emocionou muito. O deputado Nilson Mourão do PT do Acre disse:

“Há momentos na vida em que os símbolos falam tudo, são compreensíveis por si mesmos, e expressam muitos sentidos em várias direções. Seu gesto no plenário, na sessão que examinava o projeto que flexibiliza a CLT, foi duro, contundente, próprio dos melhores e mais expressivos profetas do mundo bíblico. Naquele momento você foi o nosso profeta. Seu longo, polêmico e oportuno discurso, teve um desenlace que ficará para a história do Parlamento e do PT e engrandece a sua trajetória. Não podíamos enfrentar o debate daquela matéria, enquadrados numa ordem hipócrita e injusta, sem que tivéssemos a coragem de chamar a atenção do país para o que estava em jogo naquele momento. Você teve essa coragem. O simbolismo de seu gesto é o que ficará marcado na história do nosso país. O nosso partido, por meio de sua ação profética, será reconhecido como o partido realmente dos trabalhadores. Identificado com as causas populares, em defesa dos pobres, dos explorados, dos esquecidos. Assim sendo, faço chegar até você a minha total e irrestrita solidariedade”.

Tenho total convicção que faria tudo outra vez para garantir os direitos dos trabalhadores na Carta Magna e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

15. Prévias

No dia 17 de março de 2002 ocorreram as prévias para a escolha do candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Dois nomes concorreram: o governador Olívio Dutra e o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

Sempre fui favorável ao consenso e fazia questão de deixar claro o meu posicionamento, tanto internamente no partido como na opinião pública. Fui e sou contra as prévias. Lutei até o último minuto para que não houvesse o confronto, pois entendia que o projeto da Frente Popular poderia tranquilamente ser reconduzido ao Palácio Piratini. Não houve consenso, e assim, democraticamente partimos para as prévias. Entendo que aquela posição foi equivocada e até hoje está se refletindo negativamente no PT.

Tive oportunidade por várias vezes de dizer que “Feliz do partido que tem quadros de grande expressão. Feliz do partido que pode se dar ao luxo de escolher um entre grandes nomes para concretizar o mesmo projeto”.

Como sou um democrata, respeitei a vontade da maioria. Fomos às prévias. Nosso partido defende a democracia com garra, e é com garra que demonstramos à população a transparência que sempre tivemos. Nada temos a esconder.

A Frente Popular do Rio Grande do Sul que, na época, era composta por PSB, PT e PC do B, participou de forma direta, ostensiva e positiva do processo. Foram realizados cinco debates na capital e no interior do estado, nos quais ambos os candidatos defenderam, de suas maneiras, um projeto único focalizando a questão social.

Sabíamos que tanto Olívio, como Tarso, tinham maneiras diferentes de governar. Mas, o objetivo era o mesmo. São dois grandes nomes que agregam grandes lideranças. O Partido dos Trabalhadores tem orgulho de ter esses companheiros em seu quadro.

Entrevistado por uma rádio da capital eu disse: “esperamos que o debate seja feito no mais alto nível, pois as divergências, com certeza, ficarão no campo das idéias e na forma de dar andamento ao projeto que beneficia tantos gaúchos”.

Terminei citando um pensamento que construímos durante a luta por aqueles que defendemos: “Sonhar com um mundo melhor para todos é um direito, mas lutar para construir este mundo é um dever daqueles que amam a liberdade e buscam a justiça”.

O encontro foi uma festa da democracia. Os debates sobre a conjuntura nacional iniciaram-se no sábado, e, no domingo, escolhemos, de forma democrática e plural, a chapa do Partido dos Trabalhadores para disputar o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa e o Governo do Rio Grande do Sul.

O meu nome foi apresentado na convenção depois de uma verdadeira cruzada feita pelo Rio Grande do Sul com 54 pré-lançamentos. Em cada delegado senti o calor e o carinho do povo e a vontade de que meu nome estivesse contemplado na chapa majoritária como um dos candidatos ao Senado Federal.

Disse na convenção: “vi no rosto de cada petista presente a resistência de Nelson Mandela, que ficou 27 anos na prisão para libertar seu povo do apartheid – refiro-me ao apoio que recebi do movimento negro”.

Vi no rosto do militante Santos Fagundes que é cego, o apoio das pessoas com deficiência. Ali assumi o compromisso de no Senado agilizar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência de minha autoria.

Lembrei também da figura de Gandhi, com sua forma de fazer política, sua ternura, sua bandeira da paz – refiro-me aos rebeldes aposentados que, embora não possam fazer greve, firmaram seu apoio a nossa candidatura. Recebi ainda o amparo incondicional da federação e de todas as associações gaúchas de aposentados, bem como, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Durante o encontro, também me lembrei, sim, como negro, da figura do indomável Zumbi dos Palmares – refiro-me aos negros e aos brancos que ali estavam lutando pela liberdade, pela igualdade e por uma Pátria na qual a capacidade do homem não se defina pela cor da pele.

Evoquei a figura de Che Guevara e Sepé Tiarajú aos companheiros socialistas e revolucionários. Optei por este caminho ao fazer parte daquela chapa que ora se formava.

Foi indicado como candidato a governador o então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro. Como vice-governador foi mantido o nome de Miguel Rosseto.

Recebi a maior votação das prévias – 384 votos. A senadora Emília Fernandes recebeu 363 votos. O companheiro Flávio Koutzi obteve 260 votos.

Fiz uma homenagem a todos os participantes da convenção, especialmente Flávio Koutzi, que tem uma história que orgulha o povo brasileiro. Resistiu durante a ditadura e lutou permanentemente pela construção do nosso partido ao longo desses vinte anos.

No encerramento da convenção fiz questão de homenagear o Olívio Dutra, pelo brilhante trabalho até o momento desempenhado e pela forma como encarou o resultado das prévias, com a grandeza dos grandes homens, dirigindo o governo até o final e se apresentando ao debate político para reeleger nosso projeto como militante a defender a figura de Tarso Genro no campo majoritário.

16. Lula

Durante a campanha para o Senado Federal, o então candidato à presidência Luis Inácio Lula da Silva gravou para a televisão um depoimento que me deixou muito emocionado:

“Eu conheço o companheiro Paulo Paim desde o tempo em que ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, depois fundador da CUT e seu secretário geral. Enquanto deputado constituinte tive uma convivência mais estreita com ele, e aí é que eu pude ter certeza da dimensão de homem público que é o Paim. Ele foi intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores. Eu sempre digo que se a gente tivesse vinte ou trinta sindicalistas com a dedicação e com o compromisso com os trabalhadores que o Paim tem, certamente nós poderíamos ter avançado muito

mais na Constituinte de 88. Conheço o Paulo Paim na defesa da luta contra o preconceito racial, em defesa do trabalhador negro, em defesa da mulher negra, em defesa de uma igualdade independentemente de raça, cor ou credo religioso. Digo que conheço o Paulo Paim como o mais competente deputado em defesa do salário mínimo, acho que poucas vezes ou nenhuma vez na história do Congresso Nacional, nós tivemos um parlamentar com a dedicação do companheiro Paim em defesa do salário mínimo. Eu penso que se os deputados tivessem a sensibilidade, o apelo, e os argumentos que o companheiro Paim tem, certamente nós já teríamos conseguido aumentar o salário mínimo nos níveis necessários para recuperar a dignidade e a qualidade de vida do trabalhador brasileiro. Eu conheço o Paim da luta pela redução da jornada de trabalho, ou seja, quem acompanha a luta do companheiro Paim sabe que ele se dedica 24 horas a defender os interesses dos trabalhadores e aposentados brasileiros. O que eu espero é que o Brasil olhe atentamente para o trabalho desse parlamentar, o que eu espero é que as pessoas percebam que o dia que nós tivermos capacidade de melhorar o nível dos nossos deputados e eleger pessoas que tem o compromisso em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros que estão perdendo muito, afinal de contas recuperar o salário mínimo, reduzir a jornada de trabalho pensando em gerar mais empregos, defender os aposentados, defender o fim do preconceito no país, defender a reforma agrária, são coisas que o nosso partido faz e dentro do nosso partido certamente o companheiro Paim faz melhor do que qualquer um de nós. Paim você é um exemplo dignificante para o nosso partido, você é o espelho mais concreto do tipo de político que o movimento sindical pode produzir e você Paim certamente, como é muito jovem ainda, terá uma carreira política ainda mais brilhante do que essa que já tem”.

Eu procuro com a minha coerência ser fiel as palavras do então candidato a presidência Luis Inácio Lula da Silva.

17. Décio Freitas

No dia 9 de março de 2004, faleceu em Porto Alegre, aos 82 anos, o historiador Décio Bergamaschi Freitas. Ele escreveu mais de uma dezena de livros, porém ficou conhecido com “Palmares – la guerrilha negra”, publicado em 1971. Essa obra comprovou a existência do herói Zumbi dos Palmares. O Movimento Negro do Rio Grande do Sul o considera “o pai da nossa história”.

Não o conheci pessoalmente. Mas, sabia que era um grande homem. Trabalhou com Mário Quintana na banca de tradutores da antiga editora Globo e do Correio do Povo. Nos Diários Associados foi colega do

escritor Josué Guimarães. Teve contato com Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. Foi amigo do presidente da República João Goulart. Décio era simpatizante do Velho PTB.

Depois do golpe militar de 1964, auto-exilou-se, até 1972, em Montevideú. Na capital uruguaia cursou a faculdade de História e começou vasculhar o passado do Brasil. De 1982 até 1985, presidiu em Brasília o Comitê Nacional de Anistia.

No dia 20 de outubro de 2002, alguns dias depois que me elegi senador da República, tive a grata satisfação de ler no jornal Zero Hora de Porto Alegre um artigo de sua autoria com o nome de Zumbi no Senado. Em homenagem a ele, faço a transcrição na íntegra de seu artigo.

“Paulo Paim, que dia 6 de outubro, se elegeu senador pelo RS, nasceu em Caxias do Sul, numa família de 10 filhos. Os pais analfabetos, ganhavam salário mínimo. Estudou em escola pública e fez seu aprendizado de metalúrgico no Senai. Inato e notável talento para a liderança revelado já nas escolas tornou-o um dos líderes mais importantes do sindicalismo estadual e nacional.

Já morando em Canoas, elegeu-se deputado federal, cumprindo quatro mandatos sucessivos e projetando-se como um dos parlamentares mais operosos. O eleitorado gaúcho fez-lhe toda justiça, elegendo-o para o Senado.

Mas o fato de ser Paulo Paim um negro de origem pobre em rigor, é redundante, dizer-se que um negro tenha origem pobre – pode paradoxalmente contribuir para retroalimentar o racismo antinegro brasileiro. Pois, para começar, isso poderá reforçar o conhecido argumento liberal de que o indivíduo nascido e criado na pobreza não está necessariamente condenado à exclusão social. Pelo trabalho e pelo estudo poderá superar tal condição e ser bem sucedido na vida, mesmo se negro.

Está aí subliminarmente dito que a pobreza não é fruto de marginalização social – no caso do negro, de discriminação racial-, mas de conformismo e indolência. Os negros que escaparam do gueto sociorracial e conquistaram posições de sucesso seriam prova da inexistência de discriminação. Exemplos do passado e do presente poderiam se multiplicar. Comprovariam isso Machado de Assis e Aleijadinho, nosso maior escritor e nosso maior escultor.

Nos EUA, em que pese um racismo visceral, sempre houve negros bem sucedidos, em todas as atividades, mesmo a econômica, como prova a existência de forte burguesia negra. O argumento é falacioso. Sempre houve, em todas as sociedades, mesmo nas mais rigidamente estratificadas, indivíduos que vence-

ram a barreira da pobreza ou do preconceito, ascendendo a posições importantes. Mas deveram isso ao gênio ou ao talento, de resto acidentes biológicos que permitem derrubar todos os obstáculos, por maiores que sejam.

A grande massa é feita de gente comum, sem predicados para se afirmar. Paulo Paim sem dúvida compreende – embora jamais venha a ter a imodéstia de afirmá-lo publicamente – que nasceu intelectualmente privilegiado e seu caso não pode ser generalizado. Chega ao Senado graças a um notável talento político, e não porque o Brasil seja uma democracia racial.

Militante de partido de esquerda, o senador deverá contribuir para que se corrija o equívoco histórico de pensar no Brasil como a clássica sociedade de classes do tipo euro-ocidental.

Quando os pensadores europeus do século 19 elaboraram suas doutrinas sobre as sociedades de classes, estavam pensando no capitalismo ocidental, no qual a posição social do indivíduo era determinada pela condição econômica. Não pensavam na sociedade de castas do Brasil escravista, onde o nascimento como escravo ou homem livre é que determinava a condição social.

Passado mais de século da Abolição, para mais de metade da população brasileira ainda é o nascimento que determina a condição social: nascer branco ou não-branco. O simples fato de nascer não-branco acarreta exclusão em grau variável, segundo a policromia pigmentária da nossa mestiçagem. Por outra, continuamos sociedade de castos. Por que razão a massa de excluídos e miseráveis se compõe quase totalmente de não-brancos? De duas uma: ou são biologicamente inferiores, como sustentam os racistas, ou são mesmo discriminados. No Brasil, privilégio e exclusão baseiam-se na cor da pele.

Quando se fala na imoral, concentração de renda do Brasil, é preciso ter em mente que ela atinge fundamentalmente a massa não-branca.

Um jornalista americano, após servir vários anos como correspondente na África, escreveu, ao regressar, um livro que começava assim “Graças a Deus que meus antepassados foram trazidos como escravos para os EUA”. Se houvesse servido no Brasil, decerto poderia escrever “Graças a Deus que meus antepassados não foram levados como escravos para o Brasil”. Pois após uma história de tenebrosa segregação, os EUA são hoje o país em que apesar de tudo os negros melhor vivem no mundo. As lutas dos negros contribuíram para isso, mas também houve por parte das elites dirigentes americanas a percepção de que a discriminação racial comprometia perigosamente a coesão nacional.

Os que aos domingos lêem os textos publicados neste espaço terão notado a frequência com que se comenta o obstáculo ao nosso desenvolvimento que é o viés racista da cultura brasileira. Torna-se ao assunto, neste artigo, por sugestão da bela entrevista de Lasier Martins com Paulo Paim no canal 36. O senador negro terá todas as condições para ser no Senado um Zumbi capaz de mostrar que nossa democracia racial é um blefe e que uma herança cultural escravista nos divide pela cor—fazendo-nos assim uma nação inconclusa”.

Acredito que Décio Freitas é daqueles homens que nunca morrem. Esse artigo demonstra que suas idéias continuam norteando nossas vidas na construção de um mundo melhor para todos.

O RUFAR DOS TAMBORES

SENADOR PAULO PAIM

CAPÍTULO IV AMASSANDO BARRO COM O POVO

1. Idosos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) é taxativa: até 2025 o Brasil será o 6º país do mundo em população de idosos, tendo aproximadamente 32 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos. Por isso, tornam-se urgentes ações que garantam condições de vida digna para esse grupo que continua discriminado em vários setores da sociedade.

Depois de um longo debate com entidades ligadas à terceira idade, aposentados e pensionistas, apresentei em setembro de 1997, Projeto de Lei 3561, instituindo o Estatuto do Idoso que trata da vida dos “nossos velhos”. Pontos como a responsabilidade da União para com o idoso, a criação de conselhos do idoso, o direito do idoso à vida, à saúde, à alimentação, à convivência familiar e comunitária e à questão do trabalho são abordados. Trata também da questão da educação, da cultura, do esporte, do lazer, de uma Previdência Social digna, da assistência social e jurídica e, naturalmente dos vencimentos dos idosos.

Confesso que me espelhei em um projeto semelhante e que fora aprovado pela Câmara em 1996: o Estatuto da Criança e do Adolescente que hoje é lei. O Estatuto do Idoso segue a mesma linha.

Em 1999, a Comissão de Seguridade da Câmara aprovou o projeto, sendo criada então uma Comissão Especial que, na tarde de 29 de agosto de 2001, aprovou-o de forma unânime.

O projeto de lei ganhou aliados fortíssimos em 2003. A Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve como tema “Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida Digna e Espe-

rança”. Já a novela da TV Globo, “Mulheres Apaixonadas” abordou o tema da velhice por intermédio de um casal maltratado pela neta.

O Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara dos Deputados, na noite de 21 de agosto de 2003. O relatório do deputado Silas Brasileiro incorporou alguns dispositivos sugeridos em emenda substitutiva do governo, sendo fruto de trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais das áreas de saúde, Direito, Assistência Social e de entidades e organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos e proteção aos idosos.

No dia 22 de agosto eu estava no exercício da presidência do Senado Federal. Ao receber o texto das mãos do relator, deputado Silas Brasileiro, que estava acompanhado pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Viana, disse que “aquele momento era um marco para a sociedade brasileira”. Estavam ainda presentes, o cônego, José Carlos Dias Toffoli da CNBB, representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), da Frente Parlamentar das Entidades em Defesa da Previdência Pública, do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) e do Conselho Nacional de Direitos do Idoso, entre outras entidades.

Indagado por um repórter da Agência Senado sobre o que estava sentindo, disse: “Estou muito feliz. O mundo olha para o Brasil neste momento. Esse Estatuto já está sendo discutido em outros países a partir da peça construída aqui. Tudo está contemplado no Estatuto. A saúde, a educação, a habitação, a ação do Ministério Público para acelerar processos em defesa do idoso. Então é um momento ímpar”.

O Estatuto do Idoso foi aprovado pelo plenário do Senado Federal no dia 23 de setembro de 2003. Ao encerrar a Sessão o presidente da Casa, senador José Sarney, disse: “Declaro aprovado o projeto do Estatuto do Idoso, marco desta Legislatura, um grande passo no caminho da justiça social no Brasil”.

No dia 1º de outubro do mesmo ano, o Estatuto do Idoso (Projeto de Lei 10741/03) foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na solenidade no Palácio do Planalto fiz o seguinte pronunciamento:

“A sanção do Estatuto do Idoso, no dia de hoje 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso, é o coroamento de um longo trabalho desenvolvido por mais de sete anos no Congresso Nacional com os mais representativos setores da sociedade.

Agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que não mediu esforços para que este Estatuto fosse aprovado antes do 27 de setembro, data nacional dos idosos.

Essa posição confirma a marca registrada deste governo com a área social.

Destacamos o apoio que recebemos do presidente do Senado, Senador José Sarney, e do presidente da Câmara dos Deputados, deputado João Paulo Cunha.

O Brasil envelheceu rapidamente e a sociedade não se deu conta disso. Não dedicou aos idosos a devida atenção, o devido respeito.

Esta é a situação que o Estatuto se propõe reverter.

Para isso, estabelece como dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Para garantir o cumprimento do que estabelece, o Estatuto transforma em crime, com penas que vão até 12 anos de prisão, maus-tratos a pessoas idosas.

Proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados por idade.

Assegura o fornecimento de medicamentos, especialmente os de uso continuado, como para tratar hipertensão e diabetes.

Prevê o fornecimento gratuito de órteses e próteses no tratamento de habilitação e reabilitação.

Garante aos idosos descontos em atividades culturais e de lazer.

Assegura aos idosos com mais de 65 anos que vivem em famílias carentes o benefício de um salário-mínimo.

Garante prioridade ao idoso na compra de unidades em programas habitacionais públicos.

Senhores e Senhoras, ao longo dos seus 119 artigos, o estatuto estabelece um novo marco de vida para homens e mulheres com mais de 60 anos.

Por toda essa proteção que oferece ao idoso, estou certo de que esse novo diploma legal representará um divisor de águas na vida dos mais de 20 milhões de brasileiros que já atingiram os 60 anos de idade.

Senhores e Senhoras, durante estes sete anos de debate sobre este tema apaixonante, choramos, cantamos e, com certeza, nos emocionamos muito, muito mesmo. Talvez tanto quanto o jovem poeta Pierro no momento em que escreveu:

Meu Velho
 “Velho, meu querido velho,
 Agora já caminhas lento
 Como perdoando o vento
 Eu sou teu sangue, meu velho
 Sou seu silêncio e teu tempo”

Com esses versos, quero homenagear a todos aqueles que construíram a Política Nacional do Idoso, incluída no Estatuto. A todos os partidos no Congresso Nacional. A todos as entidades que atuaram nessa condução, desde o Ministério Público, a Cobap, o Mosap e tantos outros.

É com carinho que lembro da Comissão Especial do Idoso, na Câmara. Como não posso listar todos, cito o deputado Eduardo Barbosa, presidente desta; o deputado Silas Brasileiro, o grande relator.

Senador Sérgio Cabral, presidente da Comissão no Senado e também relator do Estatuto.

Senador Demóstenes Torres, relator na Comissão de Constituição e Justiça no Senado, que foi decisivo para a tramitação.

A Senadora Lúcia Vânia que abriu mão da relatoria em nome do entendimento.

As Deputadas Ângela Guadagnin, Telma de Souza, Luiza Erundina, Aldo Rebelo e os senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante pela articulação que fizeram junto aos ministérios que tratavam deste tema.

Senhor Presidente, a Comissão Especial do Idoso viajou muito por este país, para ouvir a sociedade e também os idosos de forma individual.

Tivemos momentos de tristeza e de alegria.

De tristeza ao perceber que o abandono, as agressões, as apropriações dos bens dos idosos são alarmantes. Um dado que nos deixou ainda mais perplexo é o de que a agressão em 90% nos casos, vem da própria família.

Mas tivemos também momentos de alegria ao ver o brilho no olhar, nos cabelos prateados de homens e mulheres, o brilho da esperança, do otimismo, não se deixando derrotar pelos pessimistas ou pelo medo da realidade em que vivem.

Senhor Presidente,
 Este momento é deles!

Gostaria de homenagear aqueles que lutaram muito para construir este Estatuto, mas infelizmente não estão mais juntos de nós. Homenageio, portanto a letra de uma canção de Sérgio Bintencourt:

“Naquela mesa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim.

Naquela mesa, ele juntava gente e contava contente

O que fez de manhã e os seus olhos era tanto brilho

Que eu mais que seu filho eu fiquei seu fã
 E não sabia que doía tanto uma mesa no canto

Uma casa um jardim se eu soubesse o quanto dói a vida

Essa dor tão doída não doía assim.”

Senhor Presidente, senhores e senhoras convidados, a vida na sua sabedoria nos ensina que os mais velhos são os mais sábios.

A sabedoria milenar é quem diz:

“A vida é fruto da energia do Universo”.

Essa energia acompanha a Lei de Causa e Efeito. O caminho que precisamos construir é o da generosidade. É o da solidariedade entre as gerações. Até porque, o jovem de hoje será o idoso de amanhã.

Quero também dar meus Parabéns a CNBB pela Campanha da Fraternidade deste ano com o Título “Com os olhos voltados para o Idoso”.

Cumprimento ainda o autor da novela Mulheres Apaixonadas, Manoel Carlos, bem como os artistas, que contribuíram para que o tema “idoso” fosse debatido Nacionalmente.

Destaque especial:

Carmem Silva – 87 anos – a nossa gaúcha

Oswaldo Louzada – 91 anos – Carioca

Gostaria de concluir, não somente agradecendo a todos vocês que ajudaram a construir este momento bonito, muito bonito de nossas vidas. Dizendo o que os idosos gostariam de dizer se tivessem a oportunidade que eu estou tendo.

O sonho se tornou realidade

O Estatuto do Idoso agora é lei!

É coisa nossa!

Parabéns presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Parabéns idosos do Brasil”.

2. Negros

Depois de mais de uma década de discussões, debates, seminários, encontros, simpósios e audiências públicas realizadas em todo o país com a participação efetiva do movimento negro e da sociedade civil, o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, foi apresentado por mim no dia 30 de julho de 2000 na Câmara dos Deputados.

No Grande Expediente, eu disse: “O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento que foi construído para defender aqueles que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça, cor e dá outras providências. Infelizmente, de geração em geração, a discriminação do homem pelo homem, quer seja por sexo, raça, cor, etnia, procedência, origem, religião, idade, classe social ou deficiência física, continua. Entendemos que essa integração passará por mudanças na espiritualidade do ser humano. Acreditamos que mudanças de uma visão solidária, fraternal e igualitária da sociedade se darão pela transformação do homem no campo espiritual. Somente quando o homem puder olhar para dentro de si e perceber que não há resquícios de ódio, de orgulho, de egoísmo,

quando o homem olhar para o seu irmão com total transparência e dignidade, vendo-o como indivíduo, em igualdade de condições, o mundo começará a ter um profundo processo de transformação. Aí, sim, os velhos preconceitos de raça, cor, etnia, enfim, ficarão para trás, e o limiar de uma nova era então surgirá”.

Em 2003, como senador da República e apostando numa tramitação mais rápida, apresentei o mesmo projeto na “Casa de Rui Barbosa”.

O Estatuto da Igualdade Racial tramitou no Senado por 18 meses e foi aprovado no dia 9 de novembro de 2005, por aclamação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Tudo foi feito para apressar a votação do substitutivo de senador Rodolpho Tourinho, apreciado em decisão terminativa. O presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães, obteve a aprovação dos demais senadores para extinguir o interstício de prazo para o turno suplementar de votação e assegurou o segundo exame da proposta na mesma reunião.

A mobilização teve como objetivo apressar o envio da proposta (PLS 213/03) à Câmara. A intenção era assegurar a sanção da matéria até 20 de novembro, a tempo das comemorações do Dia da Consciência Negra – data da morte do herói negro Zumbi, o que não ocorreu. O substitutivo do senador Tourinho manteve os aspectos principais defendidos por mim.

O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-descendente, assegurando entre outros direitos, por exemplo:

O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população;

Serão respeitadas atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses e condições dos afro-brasileiros;

Os direitos fundamentais das mulheres negras estão contemplados em um capítulo;

Será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil;

O sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira;

Os remanescentes de quilombos, segundo dispositivo de lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam;

A herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do país será garantida pela veiculação pelos órgãos de comunicação;

A disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil”, integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo negro, das raízes da nossa gente;

A instituição de ouvidorias garantirá às vítimas de discriminação racial o direito de serem ouvidas;

Para assegurar o cumprimento de seus direitos, serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho;

A criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, assim como a concessão de bolsas de estudo para a educação fundamental, média, técnica e superior.

É bom destacar que o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial na forma como estava contemplado no estatuto só poderia ser autorisativo, caso contrário, seria inconstitucional. Devido a isso apresentei uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 2/06 que especifica a origem e o percentual dos recursos a serem destinados ao Fundo, determina que o mesmo terá um conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes de poder público e da sociedade civil, versa sobre a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como do Conselho.

Agora, o Estatuto da Igualdade Racial, está tramitando na Câmara dos Deputados, em comissão especial. Acredito que aquela casa que me abrigou por 16 anos, aprove o quanto antes o projeto, pois o considero a verdadeira carta de alforria do povo negro.

A política de cotas nas universidades foi construída mediante entendimento feito com o governo e a oposição através de dois projetos de leis: o PLC nº 73/1999, de autoria da deputada, Nice Lobão (PFL/MA), e o PLS 453/2003, de nossa autoria. Ambos prevêm 50% das vagas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas.

A nossa proposta foi aprovada por unanimidade no Senado Federal e encaminhada para a Câmara dos Deputados. Como os dois projetos tratam do mesmo tema e, sendo o autor do Estatuto da Igualdade Racial, decidimos trabalhar em conjunto na construção de um substitutivo global para o PLC 73 que contemplasse os cortes racial e social, cabendo a relatoria ao deputado Carlos Abicalil (PT/MT).

O Governo Federal, na tentativa de se antecipar à questão, lançou o programa de governo PROUNI, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

No final do primeiro semestre de 2006 uma forte campanha contra a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e Contra a Lei de Cotas nas universidades foi desencadeada de norte a sul no país pela elite conservadora.

O fato levou um grupo de intelectuais e artistas a escrever um manifesto favorável às cotas e ao estatuto que foi entregue ao presidente do Senado, senador Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, bem como aos demais deputados e senadores.

Parte do manifesto diz o seguinte: “A desigualdade racial vigente hoje no Brasil tem fortes raízes históricas e esta realidade não será alterada significativamente sem a aplicação de políticas públicas dirigidas a este objetivo. A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade puramente formal entre todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, à renda, ao conjunto de direitos sociais definidos como “direitos de todos”, e à instrução para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado de trabalho que se instalava no país. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil.

Esse mesmo racismo estatal foi reproduzido e intensificado na sociedade brasileira ao longo de todo o século vinte. Uma série de dados oficiais sistematizados pelo IPEA no ano 2001 resume o padrão brasileiro de desigualdade racial: por 4 gerações ininterruptas, pretos e pardos têm contado com menos escolaridade, menos salário, menos acesso à saúde, menor índice de emprego, piores condições de moradia, quando contrastados com os brancos e asiáticos. Estudos desenvolvidos nos últimos anos por outros organismos estatais, como o MEC, o INEP e a CAPES, demonstram claramente que a ascensão social e econômica no nosso país passa necessariamente pelo acesso ao ensino superior.

Acreditamos que a igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio e sim uma meta a ser alcançada. As ações afirmativas, baseadas na discriminação positiva daqueles lesados por processos históricos, são a figura jurídica criada pelas Nações Unidas para alcançar essa meta.

Rejeitar simultaneamente a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial significa aceitar a continuidade do quadro atual de desigualdade racial e de genocídio e adiar sine die o momento em que o Estado brasileiro consiga nivelar as oportunidades entre negros, bran-

cos e indígenas. Por outro lado, são os dados oficiais do governo que expressam, sem sombra de dúvida, a necessidade urgente de ações afirmativas: ou adotamos cotas e implementemos o Estatuto, ou seremos coniventes com a perpetuação do nosso racismo e do nosso genocídio”.

Em fevereiro de 2003 um pai me procurou na vice-presidência do Senado para denunciar um triste fato. A sua filha não queria ir mais a escola pois estava sendo ridicularizada pelos colegas em função de um livro.

O livro que estava sendo adotado em escolas da rede de ensino do Distrito Federal veiculava preconceitos contra negros. Essa foi a primeira vez que recebi uma denúncia desse tipo aqui no Senado.

Examinei atentamente o livro e fiquei estarelecido com a carga de preconceitos existentes em seu conteúdo e suas ilustrações. O livro editado pela Harba, chamava-se “Banzo, Tronco e Senzala”.

Até hoje não sei que espécie de perversão pedagógica permite a circulação desse material como elemento formador de nossas crianças.

O título “Banzo, Tronco e Senzala” já diz bastante dos limites definidos pelas autoras para abordar o tema da escravidão no Brasil. A narração em primeira pessoa está entregue à Princesa Isabel, artifício que reforça a ilusão de testemunho, sugerindo às crianças que, como personagem histórica, ela narra o que viveu e testemunhou.

As pessoas negras escravizadas só o foram por “traição de sua raça”. E mais: a escravidão retira-lhes, automaticamente, a dimensão de sua humanidade. Inacreditável que as autoras fizeram esta afirmação: os seres humanos perdem essa condição quando escravizados.

Da tribuna eu disse: “Essa leitura falaciosa vai de encontro à historiografia mais recente sobre o tema da escravidão, a qual tem buscado ressaltar as ações e reações de sujeitos históricos, afastando explicações do processo de libertação dos escravos ou a dinâmica impessoal dos meios de produção, ou o sentimentalismo e a boa índole da elite escravocrata. As pessoas escravizadas eram pessoas e nunca perderam essa condição. Eram guerreiros, eram lutadores, onde grande parte morreu na busca da liberdade tão sonhada. E os crimes e as atrocidades cometidas atingiram a humanidade de pessoas e não de mercadorias. O fato de pessoas serem objeto de tráfico e de comércio não lhes retira sua dimensão de humanidade. É preciso que se entenda que um povo heróico termina as vezes por ser escravo não por falta de coragem e fibra, mas sim, por ter perdido um confronto desigual naquele momento, mas a chama da liberdade levará esse mesmo povo a vitória antes da guerra terminar”.

As ilustrações do livro eram um tópico especial. Elas estavam afinadas com o espírito da narrativa. Foi uma tentativa nada sutil de afirmar a inferioridade biológica das pessoas negras. A reação possível diante das gravuras é a rejeição.

Formato de cabeça, olhos e narizes deformados, estatura sempre reduzida e inferior à representação dos personagens brancos. A expressão vazia dos rostos animalizados é não apenas produto da técnica, mas de um conjunto de valores ideológicos voltados para a negação das humanidades de pessoas negras.

O **Correio Braziliense** publica editorial no dia 11 de março sobre as denúncias que eu fizera. O jornal faz uma análise dos avanços que o país vem realizando na luta contra o racismo, desde o marco significativo da Constituição de 1988. Destaca com propriedade a importância das ações afirmativas e a política de cotas na superação das desigualdades raciais.

Falei para a TV Senado que o editorial foi muito feliz quando afirmou que não se podem evitar manifestações individuais de discriminação racial, o mesmo não ocorre com a disseminação de racismo por meio de obras culturais. E, mais grave ainda, que sejam usadas na rede pública de ensino.

Após a denúncia, tanto a editora quanto as autoras, tomaram todas as providências para que os milhares de exemplares do livro fossem incinerados.

Destaco dois personagens da vida pública de Brasília que tomaram providências imediatas para que o livro saísse de circulação. Numa demonstração de que o combate ao racismo não pode ser partidário, fui recebido na casa do então governador Joaquim Roriz, que de pronto determinou a retirada de circulação do livro. Da mesma forma, o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, deu a mesma orientação ao MEC.

Atualmente está tramitando no Senado Federal Projeto de Lei nº 63/03, de minha autoria que assegura que os livros didáticos e paradidáticos passem por uma avaliação do Ministério da Educação. Isso a fim de impedir a disseminação de preconceitos e estereótipos.

3. Pessoas com deficiência

No início de 2000 apresentei na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.638 que institui o Estatuto da Pessoa Com Deficiência. Eleito senador da República, um dos meus primeiros atos foi o de apresentar o projeto na Casa sob o nº 6/03, sendo o senador Flávio Arns o relator. Tenho um carinho especial por essa proposta. É o projeto que mais mexe com minhas emoções.

Talvez muitos não saibam, mas no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas têm algum tipo de defici-

ência. Temos uma ampla legislação que garante os direitos do cidadão com deficiência, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), e a Lei nº 7.853/99, conhecida com a Lei da Corde, e regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, onze anos após a sanção da lei.

O estatuto reúne, aprimora e amplia a legislação vigente garantindo direitos básicos, tais como, educação, saúde, trabalho, desporto, lazer, previdência social, transporte, habitação e cultura. É importante ressaltar que o estatuto garante à pessoa com deficiência, não tendo ela outro tipo de rendimento, direito a receber pelo menos um salário mínimo.

Na Carta Magna de 1824, as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes. Logo, não tinham direitos. Chamados de deficientes, empreenderam uma longa batalha de avanços e recuos até conquistarem um espaço na Constituição de 1988. A partir daí, inúmeras leis vieram estimular sua inclusão na sociedade.

A grande barreira para a participação integral da pessoa com deficiência no nosso meio é cultural. A humanidade carrega uma história de preconceito em relação a esse assunto. Aristóteles, ainda nos anos 322 a. C., declara: “é mais fácil ensinar um aleijado a desempenhar uma tarefa útil do que sustentá-lo como indigente”. Mais de 2 mil anos se passaram, e vemos poucos progressos nessa área.

As pessoas com deficiência precisam de referenciais na história que lhes restituam a auto-estima, perdida após tanta discriminação e sofrimento. No Brasil, temos exemplos vivos de homens que superaram suas dificuldades, como Aleijadinho, artistas cujas obras embelezam a história do Brasil no mundo inteiro e Marcelo Rubens Paiva, um dos melhores escritores da atualidade. Outros exemplos como Louis Braille, cego, que inventou o sistema de comunicação para cegos, ou o grande compositor Ludwig Von Beethoven, que, surdo, no final da vida compôs a Nona Sinfonia, servem de incentivo aos heróis anônimos que enfrentam diariamente as barreiras físicas das cidades nas ruas, nos prédios, nos meios de transporte, no mercado de trabalho. E o que é pior: as barreiras veladas do preconceito.

Muitos poderiam questionar a presença de mais uma lei no meio de tantas que já temos. A resposta envolve nosso trabalho nestes vinte anos de Congresso Nacional. Esta Casa cumpre um papel imprescindível não apenas na legislação e fiscalização, mas no envolvimento da sociedade, através de discussões e debates; na divulgação de propostas, de direitos, de campanhas de esclarecimento e conscientização; na adequação das propostas à realidade. Nossa intenção

é abrir as portas para todos os que sempre lutaram em defesa das pessoas com deficiência.

Não nos consideramos sabedores universais, nem donos de qualquer verdade absoluta. Aceitamos críticas, sugestões, contribuições que elevem o patamar das discussões dessa matéria, para que fuja o perigo de ela se tornar letra morta.

Queremos ver o Estatuto da Pessoa Com Deficiência tornar-se instrumento de política viva e real.

Conscientizar a sociedade a viver o ideal de que todos somos iguais é uma grande tarefa. Queremos fazer a nossa parte para atingir esse objetivo, enfrentando os tentáculos desse monstro chamado “discriminação” e contribuindo para soluções reais às vítimas dele.

O Censo 2000, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que 14,5% da população brasileira têm algum tipo de incapacidade para ver, ouvir, mover-se, ou alguma deficiência física e mental. O Brasil apresenta números semelhantes aos de países como os Estados Unidos (15%) e a Austrália (18%). Das deficiências declaradas, a mais citada é a visual, com 48%. Em seguida vêm os problemas motores (22%), os auditivos (16,7%), os mentais (8,3%) e os físicos (4,1%).

A realidade dessas pessoas urge medidas que enfrentem a desinformação, por meio de campanhas publicitárias, filmes, peças teatrais, grupos de dança, etc, em que haja participação efetiva dos portadores de necessidades especiais, exercendo as mais diversas atividades.

Necessitamos de políticas urgentes de prevenção pré-concepcional (antes da gravidez), pré-natal (durante a gestação), perinatal (no momento do parto) e pós-natal (após o nascimento). Os acidentes na infância podem ser evitados se investirmos em políticas voltadas às crianças e aos adolescentes nas áreas de educação, lazer e cultura. Os acidentes de trânsito podem ser prevenidos por meio de políticas que incluam educação, legislação, sinalização das vias e outras medidas de segurança. Os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais podem ser evitados com a legislação, fiscalização, organização sindical e redução dos ritmos de produtividade, além de políticas salariais e aumento do índice de empregos para evitar o estresse do trabalhador.

Nosso objetivo está bem próximo e ao alcance de todos os que têm sensibilidade para perceber a urgência da construção de uma sociedade onde haja espaço aos que queiram defender os direitos dos discriminados. Que seja uma batalha conjunta, composta de indivíduos com coragem de arregaçar as mangas e fazer, simplesmente, a sua parte.

O Luciano Ambrósio Campos é meu assessor em Brasília. Quando o entrevistei para fazer parte da minha equipe falei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Imaginei que ele fosse discorrer sobre legislação, sobre direitos ou discriminação, no entanto, o que ouvi foi uma frase bem simples: “a inclusão da pessoa com deficiência é uma via de mão dupla”.

No início dessa longa caminhada levando a bandeira das pessoas com deficiência meu despertar não foi diferente. A partir do momento que uma de minhas irmãs (Marlene) ficou cega por causa da diabete e glaucoma, passei a enxergar que existiam pessoas que, apesar das limitações, eram capazes de desempenhar as mais variadas atividades e que, por isso mesmo, necessitavam de instrumentos que lhes assegurassem o direito de demonstrar essa capacidade para o trabalho e a vida.

Quando estava finalizando este livro recebi uma carta da minha sobrinha Dani, filha da Marlene:

“Tio Renato. Gostaria através desta carta, manifestar toda minha gratidão e orgulho pelo senhor. Quero dizer o quanto fiquei feliz por saber que o senhor continua lutando pelos menos favorecidos. Mais precisamente pelos direitos das pessoas com deficiência. Quero que tenha sempre gravado na sua memória, a imagem da minha Mãe,.....fazendo esculturas sem enxergar..... Será que conseguiríamos???? Não quero que lembre dela como uma mulher frágil de 50 anos que perdeu totalmente a visão em 6 meses. Ela não era frágil. Foi uma guerreira e uma vitoriosa. Afinal passou 12 anos da vida, convivendo com a escuridão total. Será que conseguiríamos? Quero que lembre dela em cada pauta que for defender no Congresso. Tem muitas pessoas confiando no Senhor para dizer ao mundo “Sou apenas diferente, nem melhor e nem pior. Se ela estivesse entre nós, com certeza estaria orgulhosa do senhor, assim, como eu estou agora. Eu gostaria de ser uma pessoa conhecida como o senhor, para poder dizer ao mundo o que é ter uma pessoa com deficiência dentro de casa, do quanto aprendemos com eles, de quanto amam, de quanto são amados e o quanto eles nos fazem dar valor à vida, mesmo que ela não seja perfeita, como sonhamos. Apesar da dor de ter perdido a visão na melhor parte da vida, de enxergar o colorido da vida e num piscar de olhos ver tudo escurecer, acredito e o senhor sabe, que ela enfraqueceu, mas não caiu. Passou por muitas dificuldades até realmente assumir que não iria mais enxergar. Porém, venceu mais essa batalha. Ela foi uma fortaleza para todos nós. Lembro da alegria que via nos olhos daquela mulher, que não enxergava nada, mas via muito, e dizia: Eu sou feliz do meu jeito. Infelizmente hoje ela não está mais entre nós, porém fico a me per-

guntar “Quem era deficiente? Ela que não enxergava, ou nós, que vemos apenas o que nos convém, o que nos interessa? Será que a minha mãe, era mais cega do que essa sociedade hipócrita que hostiliza seus velhos, negros, deficientes, crianças, homossexuais? Não ela não era....ela enxergava com os olhos do coração. Que preço cruel é esse que a sociedade impõe a essa minoria? Porque é que eles precisam passar por humilhações por serem diferentes? Isso tem que acabar. A sociedade tem que permitir que as pessoas sejam felizes do jeito que são e como podem ser. Se ela estivesse entre nós, com certeza estaria orgulhosa do senhor, assim como eu estou agora. Não deixe jamais de lutar por esta causa tão nobre. Faça a sociedade ter consciência da dor que causa nessas pessoas quando as rejeitam, quando as agridem. Seja a voz dos humildes. Sinto muitas saudades dela, do seu abraço, do seu amor. Mas, sei que de onde ela estiver, vai estar aplaudindo o senhor de pé e com lágrimas nos olhos. Parabéns tio Renato. Parabéns senador Paulo Paim. Você é um homem público que vê além do que nossos olhos podem enxergar”.

Em um pronunciamento, citei o escritor Rúben Alves. Uma de suas frases me chamou bastante atenção: a “cabeça não pensa aquilo que o coração não sente”.

Mas, não basta sentir e ver que existem pessoas com deficiência, pessoas que necessitam de ajuda, de caridade alheia, de benefício do governo; é preciso que esse estado inicial de sensibilização evolua para um estado de conscientização. Somos seres humanos e somos todos capazes de aprender e desempenhar quaisquer atividades

Em maio de 2006, participei da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Lá reafirmei a intenção que o Estatuto da Pessoa com Deficiência estivesse em consonância com os avanços da legislação internacional. No final de agosto deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou a primeira convenção internacional de Direitos Humanos do século 21, destinada a proteger e a promover os direitos das pessoas com deficiência.

Ao longo da história, as pessoas com deficiência viveram à margem da sociedade, como que esquecidas, não enxergadas por aqueles que se dizem normais. Aliás, um amigo que tem deficiência visual me falava exatamente isso, que eles precisavam ser vistos e que para isso a pessoa com deficiência tem sua responsabilidade.

4. Cantando as diferenças

O projeto Cantando as Diferenças tem por objetivo a inclusão política das diferenças, articulando Municípios e comunidade para a adoção de medidas

práticas para uma verdadeira inclusão social, através do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Criança e Adolescente, dos movimentos da mulher, do índio, da Juventude e daqueles que lutam pela livre opção sexual.

É uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade ou condição física e social, ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Não basta a intenção de criar leis que contemplem direitos básicos desses cidadãos, é preciso ouvir essas pessoas.

Todos nós sabemos que esta não será uma mudança fácil e que ela não ocorrerá da noite para o dia, mas, só com a implantação de políticas concretas de afirmação de cidadania é que realizaremos uma verdadeira revolução social.

Quando formulamos o projeto Cantando as Diferenças, o objetivo foi justamente que esse corte viesse a dar espaço a esse setor da sociedade que é tão discriminado.

Desde o início incentivei o projeto Cantando as Diferenças. Hoje ele está implantado em inúmeras cidades, ultrapassando inclusive as fronteiras do Rio Grande do Sul. O município de Gravataí que foi um dos primeiros a implantar o projeto já levou essa experiência para a França. Como vemos o Cantando as Diferenças está se tornando um projeto internacional. Posso dizer que hoje essa é uma proposta não só do Centro de Integração Paulo Paim (CIPP), mas de inúmeros parceiros. É do povo brasileiro. O Cantando as Diferença é coisa nossa.

Santos Fagundes é meu assessor para o “Cantando as Diferenças”. Quando pedi para ele escrever um depoimento para este livro, não imaginava que o retorno seria tão emocionante para mim:

“Em 1986 fui apresentado a Paulo Paim numa atividade de filiação do Partido dos Trabalhadores. Foi ele – agora senador da República – quem abonou a minha ficha, simbolizando confiança e estimulando minha perseverança. Algo nos aproximava, além da profissão de metalúrgicos. Seguimos por estradas diferentes, mas com objetivos comuns e clareza nas metas que almejávamos alcançar. A caminhada sempre foi árdua, mas nossos atos consistentes. Em 2002, num sábado, à tarde, tive a oportunidade de reencontrá-lo em Nova Petrópolis. Eu era candidato a deputado estadual pelo PT e junto com a militância não só entregava materiais no comércio da cidade, mas também promovia o debate político com os cidadãos. Lembrome que entreguei um panfleto na porta de uma loja para uma pessoa que me conduziu até o interior do

estabelecimento e começou a me apresentar às pessoas que ali estavam. Essa pessoa pegou das minhas mãos um punhado do meu material e saiu distribuindo junto. A minha surpresa foi quando estávamos saindo da loja e meu filho Eduardo disse quem era a pessoa que me acompanhara. Quem distribuiu junto comigo os panfletos era o então candidato ao senado, Paulo Paim. Hoje sei, mais do que nunca, nossos sonhos, lutas e sentimentos eram idênticos... Logo que terminamos o trabalho o agradei e recebi seu convite para acompanhá-lo até outras cidades. De lá para cá, acompanho diretamente toda sua trajetória não só para chegar ao Senado, como também para garantir melhores condições de vida para os brasileiros. Sabe-dor das dificuldades enfrentadas todos os dias pelos diferentes, ao eleger-se, levou para o Senado três bandeiras – propostas importantes – como instrumentos da luta em forma de estatutos. São eles: o da Pessoa Idosa, o da Pessoa com Deficiência e o da Igualdade Racial. Além de assessorá-lo em atividades diversas, estou na articulação nacional do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que representa uma discussão avançada, não acabada, com a população que como eu apresenta diferenças. No Senado, Paim já rompeu alguns paradigmas com a contratação de pessoas com deficiência, mesmo existindo um decreto que proíbe a reserva de mercado para os cargos de confiança e cargos em comissão. A maior luta do homem Paulo Paim é pelo ser humano, reconhecendo politicamente a diversidade humana. Ele mesmo sentiu na pele a discriminação por pertencer a uma etnia. Com a criação dos Estatutos Paim fortalece a luta do ser humano pelo ser humano; uma luta pela vida. A importância do seu trabalho em todo o Brasil transcende suas conquistas profissionais justamente porque o povo o reconhece como cidadão comprometido com a vida. Paim teve uma irmã também cega, como eu, a Marlene, ele também viveu muito o preconceito, a exclusão e a falta de oportunidades. Por isso insiste na organização social e é aclamado pelos movimentos comunitários, culturais e educacionais. Aliás, a educação e o trabalho, é claro, nos empurram para esta consciência coletiva. Ouso afirmar que pessoas como ele lutam silenciosamente e por isso suas ações encontram eco, chegando ao coração não apenas de mais de dois milhões de gaúchos que o elegeram. Paim não se permite atitudes artificiais nem superficiais, pois entende que a mudança necessária deve ser profunda. Paulo Paim é referência porque abre espaço para os movimentos sociais – homens e mulheres trabalhadoras que investem em dias melhores para seus filhos e futuras gerações. Ele faz política de um jeito diferente, amassando barro, com o povo. Paim aprendeu a fazer política sonhando, lutando

e sentindo na pele as dificuldades. Naquelas eleições em 2002 a força de Paim me incentivou bastante junto com o apoio de muitos gaúchos que, através do voto, demonstraram confiança no meu trabalho e me estimularam a continuar na luta, agora ao lado dele. Brota mais uma semente de uma grande árvore que deverá ter raízes profundas fixadas na inclusão social, grande tronco fortalecido na acessibilidade universal; sombra fresca e oxigênio para as diferenças; flores exalando direitos humanos e frutos com sabor de cidadania. É o “Cantando as Diferenças” mais um projeto apoiado pelo Paim, que, além de tornar-se uma referência na luta pelo direito dos trabalhadores, dos aposentados, pela igualdade racial, pela pessoa idosa e pela pessoa com deficiência, está propondo o reconhecimento político das diferenças culturais, sociais e individuais. As sementes que plantamos e a felicidade que sonhamos são possíveis e verdadeiras porque estão sendo semeadas por muitas mãos diferentes”.

4. Índios

O Brasil ficou aterrorizado no dia 21 de abril de 1997 com a notícia de que cinco rapazes de classe média jogaram álcool e atearam fogo ao corpo do índio Galdino Jesus dos Santos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Ele dormia num banco de uma parada de ônibus em Brasília, juntamente com outros de seu povo que estavam na capital federal para tratar de assuntos relacionados à demarcação de suas terras. Considerei um ato covarde e terrorista.

A defesa disse que “o homicídio foi praticado sem intenção”. Isso, no meu entendimento, foi no mínimo um atentado contra a inteligência de qualquer ser humano. Em qualquer lugar do mundo esses assassinos passariam o resto de seus dias presos.

O assassinato do índio Galdino foi mais um exemplo de impunidade num país onde quem paga são os pobres, os negros e os índios. Mas, há outros mártires da causa indígena que foram assassinados. São eles, os índios Ângelo Pankararé, Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Tupã-i Guarani, Simão Bororo, Arnaldo Apurinã, Xicão Xukuru, Marcos Veron, Aldo da Silva Mota Macuxi, Josenilson José dos Santos Atikum, José Ademilson Barbosa da Silva Xukuru, João Araújo Guajajara, Dorival Benitez Guarani-Kaiowá, Adenilson dos Santos Truká (Dena), Jorge dos Santos, Dorivalino Rocha Guarani-Kaiowá, e os missionários Rodolfo Lunkenbein, João Bosco Penido Burnier, Vicente Cañas, Cleusa Rody Coelho e Ezequiel Ramin.

Como forma de homenagear esses mártires e, é claro, dar a eles o merecido reconhecimento histórico, o Senado Federal aprovou por unanimidade no dia 21 de março de 2006, o PLS 342/05, de nossa autoria que institui o dia 7 de fevereiro, data da morte do índio

guarani Sepé Tiarajú, como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

Sepé Tiarajú tombou frente a um exército binacional formado por Espanha e Portugal no dia 7 de fevereiro de 1756 onde hoje é a cidade de São Gabriel (RS). Três dias depois cerca de 1500 indígenas foram dizimados.

Parte do parecer do senador Gilberto Mestrinho diz que: (...) A instituição do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas certamente constituirá a oportunidade para que índios e setores da sociedade civil que se ocupam da questão indígena se mobilizem para a conquista de direitos pelos pré-colombianos brasileiros ou para a implementação das prerrogativas que lhes são legalmente asseguradas”.

No dia 18 de abril do mesmo ano, outro projeto de minha autoria foi aprovado por unanimidade. A proposta inscreve o nome de Sepé Tiarajú no “Livro dos Heróis da Pátria”. O projeto agora está na Câmara. Mas, é bom destacar que a nação indígena solicitou que o projeto fosse apresentado tanto no Senado como na Câmara. O deputado Marco Maia é o autor da proposição na Câmara.

Assim sendo, Sepé Tiarajú, deverá figurar ao lado de Tiradentes, Zumbi dos Palmares, D. Pedro I, Marechal Deodoro, Duque de Caxias, Almirante Tamandaré, Plácido de Castro e Chico Mendes, no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado na Praça dos Três Poderes em Brasília.

A Senadora Maria do Carmo Alves que relatou o projeto disse: “sem dúvida, o índio guarani Sepé Tiarajú é um símbolo na luta pela liberdade. Grande líder do seu povo, lutou até a morte para defender o direito de permanecer em sua terra. Sepé Tiarajú é hoje uma lenda para os nossos indígenas, e os de toda a América Latina. Simboliza o ideal de liberdade, de dignidade e de bravura, tão preciosos para os índios e exemplares para todos os cidadãos brasileiros”.

Ainda nesses dias, e por minha solicitação, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal realizou uma concorrida audiência pública para discutir os direitos dos povos indígenas. Audiência essa que contou com a participação de mais de 500 lideranças de todo país, além de mais de 20 Senadores, fato considerado inusitado.

Os participantes colocaram à CDH que as populações indígenas no Brasil enfrentam dois grandes problemas: a não demarcação de suas terras e condições precárias de saúde. Segundo os índios o governo federal não prioriza a questão no país.

No dia 19 de abril, Dia do Índio, subi na tribuna para falar de uma reivindicação histórica do movimento indígena organizado. Na noite anterior, em sessão

conjunta do Congresso, sendo o último item da pauta, foi aprovada proposta de minha autoria que cria uma Comissão Especial Mista Temporária, composta de 11 senadores e 11 deputados com igual número de suplentes para estudar, debater e propor mecanismos de inclusão social e concessão de cidadania aos povos indígenas.

Essa comissão pretende ouvir governadores, prefeitos, ministros, Ministério Público, especialistas, sociedade civil, organizações não-governamentais, mas, principalmente, os índios.

Também terá como tarefa reunir as mais de cem propostas que estão tramitando na Câmara e no Senado sobre o assunto. Percorrer o país e conhecer “in loco” a realidade das comunidades indígenas. E, quem sabe no final, o Congresso Nacional possa aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas.

A aprovação da comissão é mais um exemplo de que discurso e prática caminham juntos no Senado. Palavra dada é palavra empenhada. Digo isso porque no dia 06 de abril de 2006, a nosso pedido, o presidente do Senado, senador Renan Calheiros, recebeu várias lideranças indígenas que estavam em Brasília participando do Terceiro Acampamento Terra Livre. Os caciques apresentaram várias reivindicações, dentre as quais, a criação de uma comissão especial para discutir a situação atual dos direitos indígenas.

O Presidente Renan foi firme e não fugiu ao compromisso social e aos avanços democráticos que o Senado possui e que tem dado, como todos nós sabemos, exemplos para o país inteiro. Ele se comprometeu perante as lideranças indígenas a aprovar a criação da comissão até o dia 19.

Acredito que essa comissão será um marco para o Poder Legislativo e para os povos indígenas. Ela terá a responsabilidade de discutir e apresentar propostas para solucionar os problemas dos índios brasileiros. Problemas que os nossos olhos não vêem, mas que estão aí, ligados diretamente à saúde, educação, regularização de terras e proteção à biodiversidade nas áreas indígenas. Todos os direitos da cidadania aos povos indígenas!

Os Krahô/Kanela são descendentes de dois povos originários do estado do Maranhão: os Krahô e os Kanela. A partir de 1920 eles começam a habitar o estado de Tocantins. No território onde se fixaram, chamado de Mata Alagada, município de Lagoa da Confusão, estabeleceram moradia, cultivaram seus alimentos e fortaleceram seus mitos, cultura e identidade.

Em 1977 este povo foi violentamente expulso de seu território tradicional e, a partir de então enfrentaram uma dolorosa jornada em busca de seus direitos. Primeiro foram transferidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a ilha do Bananal, onde sofreram humilhações, maus tratos e ameaças de funcionários desse órgão. Posteriormente foram levados para os assentamentos Tarumã, em Araguacema e Loroty, em Dueré onde, novamente, sofreram humilhações.

Nas duas tentativas de retomar suas terras, a primeira em 2001 e a segunda em 2004, os Krahô/Kanela foram obrigados a abandoná-la após receberem a liminar de reintegração de posse.

Em junho de 2005, cerca de 22 famílias, somando um total de 90 pessoas, encontravam-se confinadas, em condições sub-humanas, na antiga Casa do Índio na cidade de Gurupi (TO).

A Constituição Federal define como “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Desconsiderando o relatório antropológico e contrariando todo o amparo legal que é dado às comunidades indígenas, sobretudo em relação ao “direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las” (CF 1988), a Funai não reconhece a legalidade da Terra Indígena dos Krahô/Kanela.

Como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), do Senado Federal, recebi em meu gabinete uma comitiva do povo Krahô/Kanela. Em dezembro de 2005 realizamos uma grande audiência pública para debater o tema e buscar uma solução. Marcamos uma reunião com o presidente da Funai, com representantes dos krahôs/kanelas, Inkra, Ministério Público e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

No final da audiência declarei:

“Que vocês da comunidade Krahô/Kanela ganhem soluções e não apenas mais debate”.

Na ata de reunião realizada no dia 13 de dezembro sobre a regularização fundiária da área dos Krahô/Kanela consta que: 1º – Será criada uma reserva indígena na área pleiteada pelos índios; 2º – o Inkra disponibilizará em caráter emergencial recursos até

31 de janeiro de 2006 para a Funai adquirir a área; 3º – Tal proposta foi aceita pelas índios.

Estou na iminência de fazer uma visita ao povo Krahô/Kanela, em Tocantins. Termina com uma frase do cacique Mariano:

“A Terra é um elemento sagrado para os povos indígenas. A Terra é Mãe e Pai. Os indígenas não podem viver fora de sua terra”.

5. Conselhos

Há muitos anos tinha a idéia de criar conselhos políticos. Lembro-me que a partir do meu terceiro mandato de deputado federal comecei a dar mais atenção para o assunto. A oportunidade surgiu quando eu me elegi Senador da República. Nas vésperas de deixar a vice-presidência do Senado, em dezembro de 2004, determinei que o meu assessor de relações sindicais, Jorge Caetano Pires, voltasse para o Rio Grande do Sul com a missão de instalar os conselhos políticos do meu mandato. Dei total apoio a ele.

Nas reuniões preliminares que fizemos com os nossos amigos e colaboradores muitas dúvidas e perguntas surgiam, como por exemplo: mas, afinal, o que vêm a ser o conselho político do mandato do Senador Paulo Paim? O que queremos com isso? De onde surgiu essa idéia? Quais os objetivos do conselho? Quem participa? Como eu posso ajudar?

É claro que todos nós tínhamos uma visão ampla. Os conselhos seriam interlocutores do mandato do senador Paulo Paim junto à sociedade civil organizada. Seria um espaço privilegiado para se debater as demandas das regiões. Um espaço onde os cidadãos poderiam opinar sobre a realidade do seu bairro, da sua cidade, da sua região, do seu estado, do nosso Brasil.

Sabíamos que os conselhos deveriam ter a participação de prefeitos, vereadores e deputados, independente de cores partidárias. Seria aberto aos movimentos populares, sindicais, estudantis, negros, mulheres, aposentados, GLS e associações. Disse várias vezes ao Jorge que o único requisito para participar dos conselhos é ter o sonho de ver o Rio Grande do Sul um estado que tenha desenvolvimento social e econômico.

Atualmente são dez conselhos políticos instalados: Vale do Taquari, Vale dos Sinos, Porto Alegre,

Região da Serra, Litoral Norte, Vale do Rio Caí, Alto da Serra, Região Central, Coletivo São Leopoldo e Coletivo da Brigada Militar. Estou na iminência de oficializar os conselhos das regiões Metropolitana, Carbonífera, Fronteira Sul, Costa Doce, além do coletivo do idoso.

O jornal Informativo do Vale veiculou a seguinte matéria no dia 11 de abril de 2005: “Um movimento inédito reuniu cerca de 300 lideranças no último final de semana na cidade de Estrela na primeira plenária do Conselho Político do mandato do senador Paulo Paim região do Vale do Taquari. A presença de 8 prefeitos de diversos partidos (PP, PTB, PT, PMDB, PPS e PDT), lideranças sindicais ligadas a todas as centrais (CUT, Força, SDS, Nova Central, CAT, CGT e CGTB), e representantes da sociedade civil, entre eles, o reitor da UNISC, Luis Augusto Costa a Campis, deixou o senador petista emocionado, que disse “estar surpreendido pela recepção e carinho de todos”.

No dia 15 de julho de 2006, realizamos no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Alegre e Região (STIAPOA), o primeiro encontro estadual dos conselhos políticos. Confesso que foi um momento de muita felicidade para mim. Encerrei aquele encontro citando uma frase que recebi em 2000 de um eleitor: “o fácil fizemos ontem; o difícil realizamos hoje; o impossível alcançaremos amanhã”.

AVISO DA PRESIDÊNCIA

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 50, de 2006 (MSF 215/2006), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS)
– Com essas informações, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 21 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE**Nº 051 , de 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e competências regimentais e regulamentares, e

Considerando o disposto no inciso II do art. 37 e no inciso XIII do art. 52, todos da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada Comissão Especial para implementar as análises e estudos prévios necessários à realização de Concurso Público de provas ou de provas e títulos para fins de preenchimento de cargos efetivos na estrutura administrativa do Senado Federal.

Art. 2º - A Comissão Especial de que trata este Ato será integrada pelos servidores JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO, matrícula nº 53330; JOÃO CARLOS ZOGHBI, matrícula nº 39308; ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO, matrícula nº 53275; JULIO WERNER PEDROSA, matrícula nº 36710; EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO, matrícula nº 18597; DIRCEU TEIXEIRA DE MATROS, matrícula nº 48929 e HELIVAL RIOS MOREIRA, matrícula nº 51436.

Parágrafo Único - A Comissão será presidida pelo primeiro servidor designado no *caput*, e em suas ausências e impedimentos será substituído pelo segundo servidor.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar relatório final apontando o número de cargos a serem preenchidos pela via do concurso público, observadas as necessidades de cada órgão.

Art. 4º - Poderá a Comissão, a seu critério, solicitar informações aos Diretores quanto à específica demanda de pessoal de cada órgão da estrutura administrativa do Senado Federal, visando subsidiar o relatório final a ser apresentado.

Parágrafo Único - Na hipótese de ser solicitada a informação de que trata o *caput*, deverá a resposta, devidamente fundamentada, ser apresentada à Comissão no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2006.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 209 , DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 021/99-DGER.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2006.

Senado Federal, 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 210, DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão de Gestão dos Contratos - COPEGE, sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social, seus órgãos subordinados e Instituto Legislativo Brasileiro - ILB.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2006.

Senado Federal, 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1857 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.325/06-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **OCTÁVIO BAKER**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos termos do *art. 3º, inciso III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, acrescidos das vantagens previstas no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/1994, e arts. 7º e 9º da Resolução (SF) nº 07/2002*, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1858 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CARLOS ALBERTO CORREA**, matrícula nº 25449, e **EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES**, matrícula nº 45527, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002096/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de Setembro de 2006.

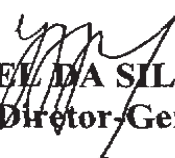

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1859 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012911/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES, matrícula 54498, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Informática e Transmissão da Secretaria Agência Senado, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Difusão Cultural da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, a partir de 22 de agosto de 2006.

Senado Federal, 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1860 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012845/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor **RICARDO ABREU ALAGEMOVITS**, matrícula 31772, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Difusão Cultural da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 21 de agosto de 2006.

Senado Federal, 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1861 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013874/06-3**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **PAULA MESCHESE OLIVEIRA SOUZA**, matrícula n.º 165715, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1862 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013875/06-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANIA PINHEIRO MACHADO**, matrícula n.º 197674, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1863 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013873/06-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ESTHER ALVES RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 15 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



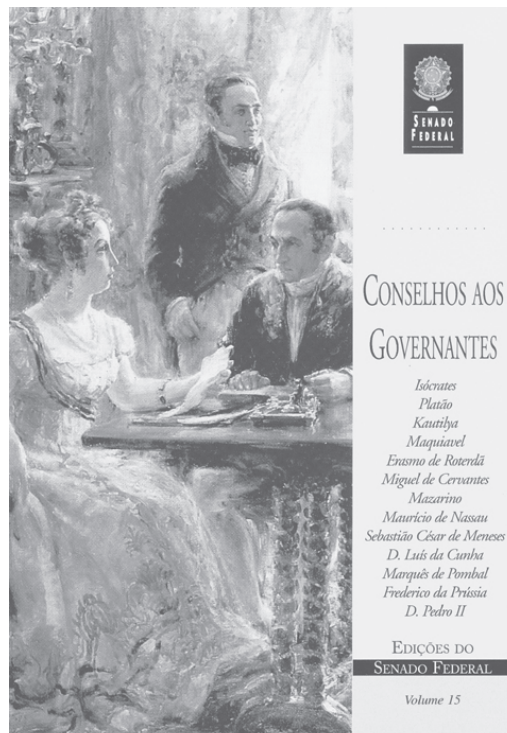
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS